



UNIVERSIDADE FEDERAL DE SERGIPE
PPGA – PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ANTROPOLOGIA
MESTRADO EM ANTROPOLOGIA

GLADSTON OLIVEIRA DOS PASSOS

ORGULHO, LUTA E RESISTÊNCIA:
UMA ANÁLISE ANTROPOLÓGICA DA PARADA LGBT DE SERGIPE

São Cristóvão/SE

2022

GLADSTON OLIVEIRA DOS PASSOS

**ORGULHO, LUTA E RESISTÊNCIA:
UMA ANÁLISE ANTROPOLÓGICA DA PARADA LGBT DE SERGIPE**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Antropologia da Universidade Federal de Sergipe como requisito para a obtenção do título de Mestre em Antropologia.

Linha de Pesquisa: Relações de Poder, Política e Sociedade Contemporânea.

Orientadora: Dra. Patrícia Rosalba Salvador Moura Costa.

São Cristóvão/SE

2022

**FICHA CATALOGRÁFICA ELABORADA PELA BIBLIOTECA CENTRAL
UNIVERSIDADE FEDERAL DE SERGIPE**

P289o Passos, Gladston Oliveira dos
Orgulho, luta e resistência : uma análise antropológica da
Parada LGBT de Sergipe / Gladston Oliveira dos Passos ;
orientadora Patrícia Rosalba Salvador Moura Costa. – São
Cristóvão, SE, 2022.
120 f. : il.

Dissertação (mestrado em Antropologia) – Universidade
Federal de Sergipe, 2022.

1. Antropologia. 2. Paradas de orgulho gay - Sergipe. 3.
Identidade de gênero. I. Costa, Patrícia Rosalba Salvador Moura,
orient. II. Título.

CDU 572.028:305(813.7)

**ORGULHO, LUTA E RESISTÊNCIA:
UMA ANÁLISE ANTROPOLÓGICA DA PARADA LGBT DE SERGIPE**

GLADSTON OLIVEIRA DOS PASSOS

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Antropologia da Universidade Federal de Sergipe como requisito para a obtenção do título de Mestre em Antropologia.

Data de apresentação: 13/12/2022

BANCA EXAMINADORA

Prof^ª. Dr^ª. Patricia Rosalba Salvador Moura Costa (UFS)
Orientadora e Presidenta da Banca

Prof. Dr. Thiago Barcelos Soliva (UFRB)
Avaliador Externo

Prof. Dr. Ulisses Neves Rafael (UFS)
Avaliador Interno

Prof^ª. Dra^a Elayne Messias Passos (SEDUC/SE)
Avaliadora Externa - Suplente

*Dedico este trabalho a todas as pessoas que
contribuíram e contribuem para a existência da
Parada LGBT de Sergipe.*

AGRADECIMENTOS

Primeiramente a Deus por ter me dado forças durante toda essa caminhada cheia de obstáculos. Desistir nunca foi uma opção!

A minha mãe que tem sido meu tudo. Sem ela eu não teria chegado até aqui.

A minha professora querida e orientadora, Dra. Patrícia Rosalba Salvador Moura Costa.

Sou extremamente grato pelos seus ensinamentos, lições e oportunidades. Obrigado por ter segurado a minha mão ao longo dessa jornada.

Ao professor Marcos Ribeiro de Melo, pela coorientação. Sou extremamente grato por ter te conhecido.

A Thiago Soliva, Ulisses Neves Rafael e Elayne Passos pelas contribuições necessárias na construção dessa pesquisa.

Aos professores do mestrado, em especial Frank, Ugo e Wilson, que, mesmo num período pandêmico, conseguiram desempenhar seus ofícios, fazendo com que eu aprendesse bastante em cada disciplina.

Aos meus amigos. Rogério Fernandes, que é como se fosse um irmão e esteve me apoiando em todos os momentos, inclusive na qualificação. A Mônica Dantas, que mesmo de longe me incentivou e me acalmou nos momentos de tensão. A Tereza, por entender minhas recusas quando não pude ser sua companhia, ela sabia que era por um bom motivo. A Erikson, pelas conversas sobre teorias e perrengues acadêmicos. A Jumar, que teve um papel fundamental na busca deste título. A Maria Eduarda, pelas energias positivas assim que soube do tema desta pesquisa.

Ao pessoal do Xique-Xique, em especial Elielma e Pedro, pelas reuniões que me agregaram conhecimento e pelas trocas e experiências sobre a vida acadêmica.

Aos meus colegas de turma, Mari, Josi, Matheus, Jéssica, Jenny, Lu, Suzy e Laila, pela união que foi formada. Sem ela estaríamos todos perdidos.

A toda militância LGBT sergipana, em especial a Wellington Andrade, Jéssica Taylor, Geovana Soares, Marcelo Lima, Kika Salomão, Cláudio, Givaldo e Érica. Meu muito obrigado pelo tempo que cada um cedeu na contribuição desta pesquisa.

Ao pessoal da ASTRA que atendeu os meus pedidos, em especial Tathiane e Eduardo. A voz e a arte de vocês nunca serão esquecidas!

A Mário Leony, Almir Santana, Linda Brasil, Edna Lima, Elber Batalha, figuras públicas que tanto admiro.

A colegas com quem não estou tendo contato diário, mas que significam muito para mim: Gleice, Edla, Flavinha, Deise, Elba e Monica Apenburg.

A Raianne, que me ajudou bastante na submissão do projeto e me auxiliou na escolha do programa.

Aos meus parentes mais próximos, em especial a minha falecida vó Marivalda e ao meu amado pai que, mesmo não estando nesse plano, sabe que essa conquista é fruto de sua educação.

E por último, a mim mesmo. Por nunca deixar de acreditar que esse sonho seria possível.

Etérea
Uma bala
Quase hétero
Etérea, massa, complexo
De não se entender
Um canalha
Quase hétero
Ignorar amor por complexo
Medo de nele se ver
É necessário quebrar os padrões
É necessário abrir discussões
Alento pra alma, amar sem portões
Amores aceitos sem imposições
Singulares, plural
Se te dói em ouvir, em mim dói no carnal
Mas se tem um jeito esse meu jeito de amar
Quem lhe dá o direito de vir me calar?
Eu sou todo amor, medo e dor, se erradicar
Feito o sol que ilumina a umidade suspensa do ar
Homo, homo, homo
Homo, homo, homo
Homo, homo, homo
Homo sapiens, errou

Criolo¹

¹ Em 2019 o *rapper* e cantor Kleber Cavalcante Gomes, de nome artístico Criolo, homenageou a população LGBTQIA+ através do projeto “Etérea”, que é composto por música, videoclipe, documentário e *website* (<http://www.criolo.net/eterea/>). A música foi indicada ao Grammy Latino na categoria Melhor Canção em Língua Portuguesa, o documentário soma 47 mil visualizações no Instagram (14/11/2022), já o videoclipe (<https://www.youtube.com/watch?v=anBTZLoWhJg>) que foi lançado na semana do julgamento da criminalização da homotransfobia pelo Supremo Tribunal Federal do Brasil (STF), considerado uma “ode à arte *queer*”, tem 1,4 milhões de visualizações no YouTube e mais de 3.976 comentários. Em agosto de 2021, um professor de artes exibiu o videoclipe da canção para uma turma de estudantes do 9º ano, de 14 a 15 anos, na cidade de Criciúma-SC. O caso ganhou repercussão nacional quando o prefeito da cidade, Clésio Salvaro (PSDB), publicou um vídeo informando que o profissional seria exonerado por exibir “material inapropriado” e “erotizado” na sala de aula. O político conclui: “não permitiremos viadagem em sala de aula”. Em resposta, parte da comunidade local realizou uma Parada LGBTQIA+ no fim de semana seguinte ao ocorrido (SÁ; VECCHIA; STOFFELS; 2022).

RESUMO

A Parada LGBT de Sergipe é fruto do engajamento de ONGs, ativistas e militantes individuais que reivindicam melhorias para a população LGBTQIA+. A sua existência é resultado da luta do movimento homossexual que existia na capital desde os anos 80. Ao longo de duas décadas, a Parada LGBT se tornou uma ferramenta no enfrentamento do preconceito, apontando direitos que são negligenciados pelo Estado. É também através dela que a comunidade LGBTQIA+ se sente empoderada e representada para fazer cobranças ao poder público e denunciar as violências sofridas diariamente. A realização da Parada é o momento no qual essas pessoas vivenciam formas de liberdade para demonstrarem o que são em sua plenitude e consequentemente se orgulharem da sua identidade de gênero ou de sua orientação sexual. Por muitos anos, gays, lésbicas, travestis e transexuais sofreram com a falta de visibilidade, pois eram impedidos de se assumirem em seus espaços de vivência, fruto de uma cultura machista, heteronormativa e preconceituosa. Na busca de uma mudança cultural, diversas ONG's, coletivos e militantes individuais se uniram na construção desse evento que perdura até os dias atuais. Durante o planejamento e a execução da Parada surgem divergências que ocasionam tensões e conflitos entre os (as) envolvidos (as). Dessa forma, a presente dissertação tem como objetivo analisar como se apresentam as relações de poder que constituem a construção da Parada LGBT de Sergipe. O percurso metodológico do trabalho envolveu levantamento bibliográfico, consulta de jornais e entrevistas. A partir desta análise, percebe-se que a Parada é construída com muito diálogo entre as partes envolvidas, mas há também muitas divergências nos posicionamentos, especialmente de ordem política por parte de alguns/as coordenadores/as e apoiadores/as do evento. Tais atitudes terminam por resultar no rompimento de parcerias entre as instituições e/ou entre os/as militantes, seja de forma temporária ou definitiva.

Palavras-Chave: Parada LGBT; Política; Direitos; Sergipe.

ABSTRACT

Sergipe's LGBT Parade is the result of the engagement of NGOs, activists and individual activists who demand improvements for the LGBTQIA+ population. Its existence is a result of the struggle of the homosexual movement that existed in the capital since the 1980s. Over two decades the LGBT Parade has become a tool for confronting prejudice, pointing out rights that are neglected by the State. It is also through the Parade that the LGBTQIA+ community feels empowered and represented to make demands to the public power and denounce the violence suffered on a daily basis. The Parade is the moment in which these people experience forms of freedom to demonstrate who they are in their fullness and consequently to be proud of their gender identity or sexual orientation. For many years, gays, lesbians, transvestites and transsexuals have suffered from a lack of visibility because they were prevented from coming out in their living spaces, the result of a macho, heteronormative, and prejudiced culture. In the search for a cultural change, several NGOs, collectives and individual activists got together in the construction of this event that lasts until today. During the planning and execution of the Parade, disagreements arise, causing tensions and conflicts among those involved. Thus, the present dissertation aims to analyze how the power relations that constitute the construction of the Sergipe LGBT Parade are presented. The methodological path of the work involved bibliographic research, consulting newspapers and interviews. From this analysis, we can see that the Parade is built with a lot of dialogue between the parties involved, but there are also many divergences in positions, especially political ones on the part of some coordinators and supporters of the event. Such attitudes end up resulting in the rupture of partnerships between institutions and/or between militants, either temporarily or permanently.

Keywords: LGBT Parade; Politics; Rights; Sergipe.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 – Integrantes da Comissão de Direitos LGBTQI+ da OAB e Defensores Públicos na 17ª edição da Parada LGBT de Sergipe.....	22
Figura 2 – Bandeira “Progress Pride”	23
Figura 3 – Matéria da Folha de São Paulo sobre a 17ª Conferência da ILGA.....	34
Figura 4 – Lisboa desfilando na segunda edição do Baile das Atrizes	39
Figura 5 – Homens fantasiados de Odaliscas no Bloco “As Cajuranas”	41
Figura 6 – Mapa do Percurso da 18ª Parada LGBT de Sergipe	50
Figura 7 – Cartaz da 1ª Edição da Parada do Orgulho GLBT de Sergipe.....	52
Figura 8 – Matéria sobre a Primeira Parada LGBT de Sergipe.....	53
Figura 9 – Cartaz da 13ª Parada LGBT de Sergipe	58
Figura 10 – Folder sobre a Lei 3.963/2010	59
Figura 11 – Cartaz do XVII ENTLAIDS	60
Figura 12 – Cartaz da 19ª Parada LGBT de Sergipe	65
Figura 13 – Arte elaborada pela comissão de comunicação.....	67
Figura 14 – Gravação do vídeo em frente da Secretária de Segurança Pública de Sergipe	69
Figura 15 – Gravação do vídeo no Parque Ecológico Poxim.....	69
Figura 16 – Gravação do vídeo na Praça Tobias Barreto.....	70
Figura 17 – Cartaz da 12ª Parada LGBT de Sergipe	72
Figura 18 – A musa da 20ª Parada LGBT de Sergipe, Alana Vasconcelos	75
Figura 19 – Drag Masllova Werneck (direita) recebendo a faixa da Drag Klox (esquerda)...	75
Figura 20 – Print da 3ª reunião da 21ª Parada LGBT de Sergipe no Google Meet.....	78
Figura 21 – Print da 4ª reunião da 21ª Parada LGBT de Sergipe no Google Meet.....	80
Figura 22 – Lançamento da 21ª Parada LGBT de Sergipe.....	82
Figura 23 – Lançamento da 21ª Parada LGBT de Sergipe.....	82
Figura 24 – Lançamento da 21ª Parada LGBT de Sergipe.....	84
Figura 25 – Coordenadores recepcionando o público na abertura do Circuito do Orgulho 2022	85
Figura 26 – Cartaz do 13º Seminário Estadual Direitos e Cidadania LGBTQIA+	86
Figura 27 – Grupo Batalá na 21ª Parada LGBT de Sergipe	88
Figura 28 – Grupo Batalá se apresentando na frente do palco sobreviver	88
Figura 29 – Cantora Pérola se apresentando no palco Sobre(viver)	89

Figura 30 – Drag se apresentando no palco Sobre(viver)	90
Figura 31 – Cantor Henrique Menezes se apresentando no palco Sobre(viver)	90
Figura 32 – Pessoas realizando os testes durante a 21ª Parada LGBT de Sergipe	96
Figura 33 – Funcionário fantasiado de preservativo feminino	96
Figura 34 – Stand da Defensoria Pública na 21ª Parada LGBT de Sergipe	97
Figura 35 – Stand da ANOREG/SE na 21ª Parada LGBT de Sergipe	97
Figura 36 – Panfleto da ANOREG/SE sobre a retificação de nome e gênero	98
Figura 37 – Patrulha Maria da Penha no Palco Sobre(viver)	99
Figura 38 – Cantora Lorena Simpson na 21ª Parada LGBT de Sergipe	100
Figura 39 – Bandeirão estendido na Passarela do Caranguejo durante a 21ª Parada LGBT de Sergipe	100

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 – Edições da Parada LGBT de Sergipe	49
---	----

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ADHONS – Associação de Defesa Homossexual de Sergipe
ASTRA – Associação de Travestis e Transgêneros de Aracaju
ONG – Organizações Não Governamental
OAB – Ordem dos Advogados do Brasil
GLF – Gay Liberation Front
GAA – Gay Prides Parades
GGB – Grupo Gay da Bahia
PNA – Programa Nacional de AIDS
GAPA – Grupo de Apoio à Prevenção da AIDS
ABIA – Associação Brasileira Interdisciplinar de AIDS
ISER – Instituto Superior de Estudos da Religião
ILGA – International Lesbian and Gay Association
EBGLT – Encontro Brasileiro de Gays, Lésbicas e Travestis
ASC – Associação Sergipana de Cultura
ALESE – Assembleia Legislativa de Sergipe
GDS – Grupo Dialogay de Sergipe
APOGLBT – Associação da Parada do Orgulho LGBT de São Paulo
USES – União Sergipana de Estudantes Secundários
UMESA – União Metropolitana dos Estudantes Secundaristas de Aracaju
UNIDAS – Associação de Travestis e Transsexuais Unidas na Luta pela Cidadania
AMOSERTRANS – Associação e Movimento Sergipano de Transexuais e Travestis
ASTRAL – Associação das Travestis e Liberados do Rio de Janeiro
ENTLAIDS – Encontro Nacional de Travestis e Transexuais
ATRAS – Associação das Travestis de Salvador
ANTRA – Articulação Nacional de Travestis, Transexuais e Transgêneros
IBRAT – Instituto Brasileiro de Transmasculinidade
LPJ – Levante Popular da Juventude
CCH – Centro de Combate a Homofobia
PSOL – Partido Socialismo e Liberdade

PTB – Partido Trabalhista Brasileiro

ASTRAL – Associação de Travestis de Lagarto

ABRAI – Associação Brasileira de Intersexos

AADA LGBT – Associação a Diversidade em Ação em Busca da Cidadania LGBT do Baixo São Francisco

GHB – Grupo Homossexual do Bugio

ASTRAES – Associação Sergipana de Transgêneros Estanciana

TEA – Transtorno do Espectro Autista

PCD – Pessoa Com Deficiência

CONSER – Conselho Estadual das Pessoas com Deficiência e Altas Habilidades em Sergipe

CONLGBT – Conselho Estadual da Promoção da Cidadania e Direitos de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais de Sergipe.

AGS – Associação Gay Simão-diense

NEDSDH – Núcleo Estanciano de Diversidade Sexual e Direitos Humanos

ANOREG/SE – Associação dos Notários e Registradores do Estado de Sergipe

CNJ – Conselho Nacional de Justiça

RCPN – Registro Civil das Pessoas Naturais

NUDEDH – Núcleo de Defesa dos Direitos Humanos e Promoção da Inclusão Social

STJ – Superior Tribunal de Justiça

PMP – Patrulha Maria da Penha

COM – Coordenadoria de Políticas para Mulheres

DDH – Diretoria de Direitos Humanos

NUPEVA – Núcleo de Prevenção de Violências e Acidentes

GMA – Guarda Municipal de Aracaju

CMDM – Conselho Municipal da Mulher

PT – Partido dos Trabalhadores

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO	15
2. ENTRE PROTESTOS E COMEMORAÇÕES: DA BUSCA PELA LIBERDADE SEXUAL AO SURGIMENTO DAS PARADAS DO ORGULHO LGBT	27
2.1 Folia e militância LGBT em terras sergipanas	36
3. “NÃO HÁ REVOLUÇÃO SEM MOVIMENTO”: DISPUTAS E TENSÕES EM TORNO DA PARADA LGBT DE SERGIPE.....	54
4. QUE PARADA É ESSA? PERCEPÇÕES, REPRESENTAÇÕES E SIGNIFICADOS DA PARADA LGBT DE SERGIPE	67
4.1. “Muito mais que uma festa”: Planejamento e execução da 20ª Parada LGBT de Sergipe.....	67
4.2. As reuniões da 21ª Parada LGBT de Sergipe.....	76
4.3 O lançamento da 21ª Parada LGBT de Sergipe e o Circuito do Orgulho	81
4.4. De volta às ruas: Etnografando a 21ª Parada LGBT de Sergipe	87
5. CONSIDERAÇÕES FINAIS	102
6. REFERÊNCIAS	105
7. ANEXOS	110

1. INTRODUÇÃO

“Parada não é lugar de falar de política!”. Esta frase foi proferida pelo proprietário de um dos trios que fizeram parte do cortejo da 21ª Parada LGBT² de Sergipe no dia 28 de agosto de 2022. Na ocasião estavam presentes diversos militantes e apoiadores da causa LGBT e ficou perceptível o sentimento de indignação e revolta daqueles que presenciaram a intimidação deste rapaz, que se viu no direito de cercear as falas políticas que fazem parte dessa manifestação festiva. Isso ocorreu assim que Lurian Cordeiro Lula da Silva³, filha do ex-presidente Lula, foi convidada por um dos militantes para discursar em cima do trio e ao se aproximar do microfone acabou sendo proibida; imediatamente o público comandou um coro “*Olê, olê, olê, olá. Lula, Lula*”.

O tema da Parada LGBT de Sergipe do ano de 2022 foi relacionado com as eleições⁴: “*Vote Colorido, dê vez a nossa voz!*”, com o objetivo de incentivar a sociedade, e em especial a comunidade LGBT, a escolher candidatos(as) LGBTs a ocuparem esses espaços. A fala do proprietário do trio elétrico mostra um pouco das disputas e tensões em torno da Parada, desde a sua construção até o dia do evento. Por ser o dono do trio e ter convicções políticas divergentes dos que estavam presentes na Parada, ele decidiu quem deveria ou não se expressar. Seu modo de agir denotava uma hierarquização das relações e a sua ação determinou a ação de outras pessoas gerando uma espécie de drama da vida cotidiana (BRANDÃO, 2007). Além disso, ele fez uma afirmação que destoa do real significado do que vem a ser a Parada: ao definir essa manifestação apenas como um evento festivo, nota-se a falta de compreensão do quanto a festa é política. Por muitos anos eu também compartilhava dessa ideia, que se modificou quando me

² Muito se discute sobre qual a sigla correta quando se refere à diversidade sexual e de gênero. Ao longo da história houve diversas modificações que estão relacionadas aos processos de “centramento” e “descentramento” dos sujeitos políticos do movimento, essas transformações surgem devido as disputas por visibilidade como ocorreu com a modificação de GLBT (gays, lésbicas, bissexuais e travestis) para LGBT (lésbicas, gays, bissexuais e travestis), após reivindicação do movimento lésbico, exigindo a troca na ordem de uma das letras (FACCHINI, 2005; 2020). Inicialmente foi criada a sigla MHB (movimento homossexual brasileiro); em seguida a GLS (gays, lésbicas e simpatizantes) que se popularizou como uma sigla mercadológica; posteriormente GLT (gays, lésbicas e travestis) e GLBT, a proliferação de siglas e a segmentação de categorias com a finalidade de nomear o sujeito político do movimento foram alvos de tratamento irônico na mídia, que acusava as entidades que então passavam a utilizar a sigla GLBT de criar uma “sopa de letrinhas” (FACCHINI, 2005). A sigla LGBT é a que irei utilizar quando me referir a Parada, optei por usá-la porque a coordenação do evento ainda a utiliza na sua identidade visual. Atualmente surgiram novas siglas, a exemplo de LGBTI+ que incluiu as pessoas intersexo, depois LGBTQIA+ com a inclusão de pessoas queer e assexuais, por fim temos LGBTQIAPN+, através da qual foram acrescentadas as pessoas pansexuais, não binárias e outras mais.

³ Lurian reside em Aracaju, trabalha como assessora parlamentar do senador Rogério Carvalho pelo PT – Partido dos Trabalhadores e protagonizou nos anos 1980 o episódio da campanha do presidente Luíz Inácio Lula da Silva sobre o aborto (AGUIAR, 2005).

⁴ O primeiro turno das eleições gerais no Brasil ocorreu em 2 de outubro de 2022 e o segundo ocorreu no dia 30 de outubro. O combate às *Fake News* foi um dos principais desafios da mídia e do sistema eleitoral, tendo em vista que esse se tornou um dos principais métodos de manipulação do eleitorado. Numa disputa bastante acirrada, Lula foi eleito presidente do Brasil pela terceira vez, com 50,90% dos votos válidos.

aproximei da militância e conseqüentemente do meu objeto de estudo. Considerando o contexto, a minha pesquisa tem como objetivo analisar como se apresentam as relações de poder que constituem o planejamento, a construção e execução da Parada LGBT de Sergipe. Para isso foi realizada uma observação participante nas Paradas de 2021 e 2022 e foram feitas entrevistas com pessoas dos movimentos e autoridades públicas.

O meu contato com o tema se inicia desde a época da graduação, quando conheci a arte drag⁵ e o transformismo⁶. Um colega que se travestia para se apresentar em boates e casas de shows me convidou para dançar no *Chá Cultural*⁷, que estava em sua décima edição e era organizado pela Associação de Defesa Homossexual de Sergipe - ADHONS⁸. À época, existia na diretoria da ADHONS um militante bastante engajado na realização da Parada, mas que por algumas discordâncias com uma das coordenadoras do evento preferiu se afastar dessa construção. Mesmo que para alguns isso possa ser compreendido como uma grande perda para o movimento, as discordâncias e tensões entre os próprios militantes existem e são uma realidade não só de Sergipe, mas também de outros estados.

A divergência de opiniões entre as pessoas envolvidas pode causar embates e conflitos, alguns simples e outros mais graves, podendo acarretar no rompimento dessa relação e conseqüentemente na saída de um deles, de forma temporária ou permanente. Apesar dos aspectos negativos oriundos dos desentendimentos, existe também um lado positivo que surge dos conflitos, tendo em vista que na formação da sociedade se faz necessário uma razão quantitativa de harmonia e desarmonia, de associação e de concorrência, de tendências favoráveis e desfavoráveis. (SIMMEL, 2011). Analisando como esses acontecimentos moldam e impactam no resultado do evento percebi que as teorias antropológicas que se dedicam aos estudos dos rituais podem servir na compreensão deste fenômeno, e por isso uso como referência os estudos de Turner (1974, 2017), Maggie (2001), Max Gluckman (2011), Maria Laura Viveiros de Castro Cavalcanti (1988, 2006) e DaMatta (1997).

⁵ “Drags são feitas de maquiagem, texto, modos de ser/estar no meio do público, de performances, de dublagens, de fantasias, de desejos.... As drag queens, de modo geral, são homens que se transvestem, mas sem o intuito de se vestir de mulheres, mesmo que de forma caricata” (VENCATO, 2002, p. 3).

⁶ O transformismo se engendra nos entremeios das identidades travesti, transexual, homossexual e artista, produzindo uma intersecção complexa entre a vivência da sexualidade, das práticas sociais, dos desejos, da construção da identidade de gênero e de outras identidades sociais. Para a compreensão do fazer artístico transformista e de sua repercussão nas identidades sociais – bem como, inversamente, da repercussão da construção identitária no fazer artístico – é fundamental não considerar o processo de construção identitária no âmbito da sexualidade e do gênero de forma isolada das trajetórias sociais (BORTOLOZZI, 2015, p. 128).

⁷ O evento tinha como objetivo estimular a autoestima da comunidade LGBT, visando promover e profissionalizar as manifestações culturais deste público, além de arrecadar alimentos para doar a pessoas que vivem com HIV.

⁸ Organização não governamental fundada no ano de 2003, após a extinção do Grupo Dialogay (MELO, 2013, p. 113)

Turner (2017), em sua obra “Dramas, Campos e Metáforas: Ação simbólica na sociedade humana”, faz uma definição de *Campos, Arenas e Dramas Sociais*:

“Campos” são os domínios culturais abstratos nos quais os paradigmas são formulados, estabelecidos e entram em conflito. Tais paradigmas consistem em um conjunto de “regras” pelas quais vários tipos de sequências de ação social podem ser gerados, mas que especificam mais adiante quais sequências devem ser excluídas. “Arenas” são os palcos concretos onde os paradigmas transformam-se em metáforas e símbolos com referência o poder político que é mobilizado e no qual há uma prova de força entre influentes paladinos e paradigmas. “Dramas sociais” representam o processo escalonado dos seus embates. (TURNER, 2017, p.15)

Trazendo esses conceitos para a minha pesquisa, identifiquei que a Parada seria o *Campo*, onde alguns paradigmas são formulados, a exemplo da percepção de que alguns o identificam como um evento festivo, enquanto outros o entendem como uma manifestação política e também festiva. Quanto às *Arenas*, pude vislumbrar dois espaços que se enquadrariam na definição do autor: o primeiro é a sede da Associação de Travestis e Transgêneros de Aracaju – ASTRA⁹, local onde ocorrem as reuniões de planejamento até o dia do evento, e é durante esses momentos ficam perceptíveis os diferentes modelos e ideais dos participantes, sendo através deles que podemos medir a força e o poder que cada um exerce. Interpretei essas reuniões como uma ação ritual onde se configuram uma sociabilidade própria, onde se forma a coesão do grupo e onde são constituídas as arenas de disputas, algo semelhante que é abordado na dissertação de Marcos Andrade Rocha (2021) ao tratar das assembleias que ocorrem nos movimentos rurais e urbanos da ocupação dos sem-teto como um ritual político. O segundo seria a Orla de Atalaia, local onde ocorre o cortejo; nesse espaço são expostos e apresentados diversos símbolos, como a diversidade, as vestimentas coloridas, a ornamentação da festa e a busca intensa pela liberdade sexual. Já os *Dramas sociais* estariam relacionados com a ruptura de alguns militantes que estão envolvidos na construção do evento.

Segundo Turner (2017), os *Dramas sociais* são unidades de processo anarmônico ou desarmônico que surgem em situações de conflito. Tal conceito se originou a partir dos estudos com os *Ndembu*, quando o autor detectou um padrão de distúrbios e crises que ocorriam na vida social desse grupo, identificando que esses dramas seguem uma lógica processual. Essa mesma observação está presente também na etnografia realizada pela Maggie (2001) no terreiro Tenda Espirita Caboclo Serra Negra, onde as crises, os conflitos e os incidentes que ocorriam naquele espaço seguiam certo padrão de desenvolvimento. Para a autora, o drama social, além de ser

⁹ Organização não governamental sem fins lucrativos fundada no ano de 2001 na cidade de Aracaju-SE. Atualmente sua nomenclatura foi modificada para ASTRA – Direitos Humanos e Cidadania LGBT.

um instrumento teórico, serve de guia para a própria descrição etnográfica de um sistema em funcionamento. Nessa descrição, parte-se não apenas da observação do pesquisador, mas das versões que os membros do grupo dão aos fatos ocorridos. Dessa forma, me aproprio deste conceito para compreender como se manifestam as relações de poder presentes na construção da Parada, a partir dos conflitos que surgem durante o planejamento e execução do evento, pois segundo Gluckman (2011) todo sistema social é um campo de tensões, cheio de ambivalências, cooperações e lutas contrastantes.

Diversas Organizações Não Governamentais (ONGs), coletivos e militantes individuais se unem durante esse processo de construção da Parada que é coordenado pela ASTRA. Meu primeiro contato com a instituição se deu através de um amigo que presta um trabalho voluntário e que está envolvido diretamente na execução do evento. A minha aproximação com a ONG foi aumentando, principalmente enquanto eu escrevia a monografia intitulada “Uma fonte para o estudo dos novos direitos em Sergipe Contemporâneo: o processo de Adriana Lohanna dos Santos visando a alteração do seu registro civil”. Adriana Lohanna foi a primeira transexual do Estado a ter nome e gênero retificados na certidão de nascimento a partir de uma decisão inédita do Tribunal de Justiça de Sergipe (TJ-SE) em 2012. Além disso, no ano de 2018 Lohanna se tornou também a primeira transexual a ser diplomada mestre em educação pela Universidade Federal de Sergipe (UFS)¹⁰. Tal feito foi extremamente importante para que outras pessoas trans possam ocupar esses espaços e consigam exercer diversas profissões. Segundo a ANTRA (2019), 90% da população de Travestis e Transexuais utilizam a prostituição como fonte de renda e possibilidade de subsistência, devido à dificuldade de inserção no mercado formal de trabalho e a deficiência na qualificação profissional causada pela exclusão social, familiar e escolar.

À medida que a minha aproximação com a ASTRA me ajudava a entender como funcionava a realização da Parada, também contribuía no meu processo de descoberta e aceitação. Esse conhecimento é oriundo de algumas atividades que instituição executava, a exemplo do *Refresco cultural*, que é um encontro onde se reúnem diversas pessoas LGBTQIA+ para debater questões ligadas à sexualidade, ao gênero e aos Direitos Humanos. Segundo Hall (2000), os espaços institucionais são locais que influenciam de alguma forma na formação identitária. Segundo o autor, as identidades “são construídas dentro e não fora do discurso que nós precisamos compreendê-las como produzidas em locais históricos e institucionais

¹⁰ Para a obtenção do título, Lohanna defendeu sua dissertação, cujo tema foi “Formação das pessoas transexuais na Universidade Federal de Sergipe: Enfrentamento e resistências das normas de gênero no espaço acadêmico”.

específicos, no interior de formações e práticas discursivas específicas, por estratégia e iniciativas específicas” (HALL, 2000, p. 109).

Mesmo o meu amigo, que à época era vice-presidente da instituição, tendo me informado sobre a responsabilidade e o trabalho de se realizar um evento desse porte, só compreendi quando comecei a acompanhar a sua execução. Pude observar a necessidade de um planejamento para que não ocorresse nada errado e a importância de valorizar a força de vontade dos envolvidos. Também identifiquei as tensões e os conflitos que surgiram nessa construção, e que serão melhor trabalhadas nos capítulos da dissertação.

Por muitos anos eu tive vontade de participar da Parada, mas tinha medo de descobrirem a minha orientação sexual e contarem à minha família. De acordo com Butler (2000), esse medo resulta do imperativo heterossexual que possibilita certas identificações sexuadas e acaba impedindo ou negando outras: “o sujeito é constituído através da força da exclusão e da abjeção, uma força que produz um exterior constitutivo relativamente ao sujeito, um exterior abjeto que está, afinal, "dentro" do sujeito, como seu próprio e fundante repúdio” (BUTLER, 2000, p. 112).

Acrescentaria a esse impedimento outro fator: a vergonha. O processo de se aceitar e se assumir para a sociedade perpassa por esse grande obstáculo que é o de desmistificar a negatividade que ronda a homossexualidade (BORRILLO, 2010; SCHULMAN, 2010), sendo por isso que muitas pessoas preferem não expor sua orientação sexual. Em contrapartida, as práticas relacionadas à vergonha são fundamentais para o que Sedgwick (1993) denomina de “epistemologia do armário”, pois foram contra elas que as reivindicações de orgulho emergiram. Ao tratar sobre políticas de nomeação, Katz (1995) segue esse entendimento, afirmando: “muitos de nós passamos do vergonhoso homossexual para o assertivo gay e lésbica, tomando o poder dessas palavras o centro de nosso movimento político”.

Diversos comentários de amigos meus que já tinham ido à Parada atiçavam minha curiosidade. No ano de 2016, finalmente criei coragem e acabei indo. A impressão que tive do evento era de que sua existência era extremamente necessária, e presenciei muitas pessoas felizes, algumas vestidas com roupas comuns e outras fantasiadas, além de muitas *drags*. Percebi que não havia apenas LGBTs, mas também heterossexuais, gente acompanhada ou não e até crianças, que ao som de diversos gêneros musicais se divertiam na Passarela do Caranguejo, localizada próximo a Orla da Atalaia, um dos principais pontos turísticos da cidade de Aracaju.

No pouco tempo que me fiz presente, vi que não havia motivo de ter medo em participar do evento nas edições futuras. Não tinha nada de proibido, maldoso ou perigoso na sua

execução; pelo contrário, a Parada fazia com que muitas pessoas se sentissem acolhidas, livres de todo preconceito que muitas enfrentam diariamente, e naquele dia elas podiam ser quem elas quisessem ser. Também identifique aqui o que Soliva (2016) aponta em sua tese de doutorado, de que o caráter lúdico das festas e as fantasias produzem solidariedade entre os envolvidos, e consequentemente um “sentido de comunidade”. É isso que faz com que o evento seja bem mais que uma festa. Nesse sentido, faço uma comparação com a Noite Rainha Cross, uma festa direcionada às crossdressers¹¹, admiradores e simpatizantes. Esse evento é mencionado na tese de Grunvald (2016), que realizou uma pesquisa sobre políticas e poéticas do travestimento. A Noite Rainha Cross aparentemente poderia ser apenas uma festa para entreter, porém é bem mais do que isso (GRUNVALD, 2016, p.147).

Esse apontamento também é abordado no trabalho de Soliva (2016), que apresenta o carnaval como um local onde os homens se beneficiavam do contexto lúdico em que a transgressão era a norma para pôr em prática suas “formas de vida” não apresentáveis em uma sociedade marcada por normas heteromasculinistas (SOLIVA, 2016, p.47).

A partir do primeiro contato com o objeto de estudo, consegui ter a experiência de um participante, e, como mero espectador, essas impressões de certa forma são superficiais. É inegável que para conhecer mais a fundo como se dá toda a organização é preciso estar presente desde o planejamento até o dia em que acontece o evento. Ao decorrer dos anos, a minha aproximação com a ASTRA foi aumentando, principalmente quando advoguei pelo Projeto “*Pode Contar Conosco: A Formação como estratégia para o exercício da cidadania da população LGBT de Sergipe*”¹². Mesmo sendo conhecido por algumas pessoas que já frequentavam e eram assistidas pela ASTRA, a diretoria da instituição escolheu um momento estratégico para divulgar o projeto e também me apresentar ao público LGBTQIA+, agora como advogado. Esse momento ocorreu no dia 25 de agosto de 2018, um dia antes da realização da 17ª Parada, em um dos eventos que fizeram parte do Circuito do Orgulho, que é denominado como o conjunto de atividades educativas que ocorrem durante o mês do evento. Nessa edição,

¹¹ Em teoria, travestis e transexuais também se travestem, mas quando alguém diz “sou crossdresser” está dizendo que é algo diferente de travesti e transexual. (...) A maioria das crossdressers se diferencia das travestis por não estarem montadas em todos os momentos de sua vida e das transexuais por não reivindicarem que sua subjetividade está em total dissonância com o sexo com o qual foram designadas ao nascer, possuindo duas subjetividades, uma masculina e uma feminina (GRUNVALD, 2016).

¹² O projeto tinha como objetivo levar conhecimento e qualificar as pessoas LGBTQIA+ sobre seus direitos, além de orientar e assessorar juridicamente com o intuito de reduzir os índices de discriminação e violência sofrida por este público pelo fato de sua orientação sexual, identidade de gênero ou mesmo por viverem ou conviverem com HIV/AIDS, garantindo assim a promoção da sua cidadania e Direitos Humanos no município de Aracaju e estado de Sergipe. Por meio de um processo seletivo realizado pela instituição, eu fui selecionado para ocupar a vaga de advogado e junto com a assistente social Maria Eduarda realizamos diversos atendimentos pelo período de onze meses.

pude acompanhar mais de perto o trabalho que a coordenação e as ONGs parceiras realizam ao ter acesso aos trios. A sensação foi bem diferente da anterior, pois se trata de um local privilegiado onde várias pessoas querem estar, seja para ficarem próximo da atração do evento ou até mesmo dar seu *close*.

Naquele ano a convidada do trio principal foi a cantora Jojo Todynho¹³, que estourou com o hit “*Que tiro foi esse?*”. Devido à sua popularidade, Jojo atraiu bastante público para o evento. Segundo a organização, já era esperado a quantidade bem expressiva que iria comparecer e essa projeção fez com que houvesse uma preocupação em torno da segurança tanto da artista quanto das pessoas que participaram.

Lembro de presenciar algumas discussões de pessoas que estavam em cima do trio com os seguranças e os coordenadores do evento, porque se recusaram a descer, e estava nítido que algumas não eram autorizadas a subir, mas tiveram êxito por algum motivo. Esse mal-estar gera um debate de quem pode ou não estar no trio, e notei que alguns *influencers* digitais que não fizeram parte do processo de construção se achavam no direito de estar naquele espaço, o que causou indignação por parte de alguns militantes.

No que tange à segurança do evento, a preocupação por parte da coordenação é sempre muito grande. Em algumas edições ocorreram alguns fatos que abalaram a imagem da Parada, sendo um deles o latrocínio que vitimou Tayrone Rodney Menezes Ribeiro no ano de 2015 e o homicídio de Maxs Ray Andrade, que ocorreu no ano seguinte, fazendo com que a família deste último ingressasse uma ação indenizatória por danos morais. Segundo a requerente, o seu filho havia sido assassinado durante a execução da 15ª edição da Parada LGBT de Sergipe no dia 28 de agosto de 2016, alegando que a falta de segurança do evento ocasionou o crime. Ao tomar ciência do processo, a ASTRA me procurou e pude, como advogado, representá-la; a defesa que elaborei foi acatada na primeira e segunda instância¹⁴. Por ser um evento consagrado, esses acontecimentos não afetaram a credibilidade da Parada, mas ligaram o alerta da necessidade de reforçar a segurança no evento.

¹³ Jordana Gleise de Jesus Menezes, mais conhecida pelos nomes artísticos Jojo Todynho ou Jojo Maronttinni é uma cantora e apresentadora brasileira, vencedora da 12ª edição do reality show *a fazenda*.

¹⁴ Fundamentei contrapondo que não houve irresponsabilidade dos organizadores em manter a realização da Parada, pois foram enviados ofícios a Secretária de Segurança Pública solicitando o policiamento, e esta alegou que o quantitativo necessário só seria atendido através do pagamento pelo Estado. A SSP se defendeu afirmando que a princípio não havia a possibilidade da realização por ainda não ter ocorrido o repasse, mas os coordenadores haviam sido informados por eles que até a data do evento essa pendência seria sanada. Além disso, argumentei que o evento foi realizado em espaço aberto, e que mesmo que existisse um policiamento mais do que o solicitado, não haveria garantia de que não ocorresse nenhum delito.

Ainda sobre o meu contato com a Parada, no ano de 2019, quando fiz parte da comissão de Direitos LGBTQIA+ da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB), a presidente teve a ideia de montar uma tenda próximo ao percurso onde ocorreria o evento, algo inédito e que deu certo. Essa ação contou com a parceria do Ministério Público e da Defensoria Pública, e seu objetivo era explicar e sanar dúvidas sobre os Direitos conquistados pela comunidade LGBT (ver figura 1). Contudo, ninguém imaginaria que essa edição da Parada seria, por enquanto, a última de forma presencial, pois nos anos de 2020 e 2021 a Parada precisou ocorrer de forma virtual, por causa da pandemia da Covid- 19, sendo realizadas no formato de *live*¹⁵. Mesmo de forma virtual houve tensões e conflitos durante a sua execução, assunto que será abordado posteriormente.

Figura 1 – Integrantes da Comissão de Direitos LGBTQI+ da OAB e Defensores Públicos na 17ª edição da Parada LGBT de Sergipe.



Fonte: ASCOM/DPE-SE, 2019

Essas experiências possibilitaram que eu descobrisse a Parada LGBT de Sergipe como meu objeto de estudo e ratificasse o objetivo da pesquisa, que é analisar como se apresentam as relações de poder que constituem a construção da Parada LGBT de Sergipe. Durante o desenvolvimento da pesquisa, surgiram alguns questionamentos que regem a escrita dos capítulos desse trabalho, os quais foram: Os conflitos presentes na construção da Parada

¹⁵ A 19ª Parada LGBT de Sergipe teve uma ótima repercussão, atingindo cerca de sete mil visualizações no YouTube na primeira semana da publicação original. Tanto a 19ª quanto a 20ª edição podem ser conferidas através no canal do YouTube da ASTRA: <https://www.youtube.com/c/AstraLGBT/videos>.

decorrem de que motivos? Como os conflitos se manifestam? Há uma disputa de protagonismo na realização do evento?

Para obter essas respostas, realizei uma etnografia através da observação participante, que, segundo Oliveira (1998), é a responsável pela caracterização do trabalho de campo antropológico, sendo por meio dos atos cognitivos (olhar, ouvir e escrever) que construímos nosso saber. Para o autor, os atos de olhar e ouvir são funções de um gênero de observação muito peculiar, por meio da qual o pesquisador busca interpretar – ou compreender – a sociedade e a cultura do outro “de dentro”, em sua verdadeira interioridade. Foram feitas observações participantes na 20ª Parada, que ocorreu de forma virtual, e também da 21ª, já no formato presencial, onde pude acompanhar durante quatro meses todo o planejamento do evento, desde as reuniões como também as atividades que precederam o evento.

Busquei compreender qual o significado e o sentido desses conflitos para os/as coordenadores/as e figuras públicas que realizavam e vivenciam a construção do evento. Os dados foram obtidos por meio de entrevistas – dezessete ao todo, das quais analisei catorze. As outras três foram excluídas pois não consegui obter dados que fossem relevantes para a pesquisa.

As pessoas entrevistadas foram divididas em dois grupos, um de organizadores/as e apoiadores/as do evento e o segundo com personalidades e figuras públicas do Estado; para cada grupo foi elaborado um questionário diferente (Anexo). Os nomes das autoridades públicas foram mantidos, diferentemente dos que compõem o grupo dos/as organizadores/as e apoiadores/as, os quais tiveram suas identidades preservadas; nesse caso, apoiei-me nos trabalhos desenvolvidos por Melo (2013), Varjão (2020), Passos (2020) e Guber (2001). A escolha de não ter identificado as pessoas surgiu depois de entrevistar uma das organizadoras, pois ela solicitou que um dos nomes citados não fosse mencionado. Nesse sentido, tomei todos os cuidados e decidi substituir os nomes pelas cores da bandeira do Orgulho LGBTQIAP+, um símbolo que está presente no evento.

A bandeira do Orgulho LGBTQIAP+ foi criada em 2018 pelo designer Daniel Quasar, de Portland, nos Estados Unidos (ver Figura 2), e difere da criada pelo Gilbert Baker em 1994. Esse novo modelo denominado de “*Progress Pride*” mantém as cores do arco íris e adiciona mais cinco (branco, rosa, azul claro, marrom e preto) que fazem parte de uma seta direcionada para a direita representando progresso. A inclusão das cores tem por objetivo representar também as pessoas trans, negras e pardas da comunidade.

Figura 2 – Bandeira “Progress Pride”



Fonte: <https://danielquasar.com/work/>, 2022.

Quanto aos entrevistados, *Rosa* é alta, loira, de etnia parda, trans e sabe se expressar muito bem e tem por volta dos 40 anos; *Preto* é um gay que tem 67 anos, de etnia parda, dono de uma voz potente e ao falar de militância LGBTQIA+ seus olhos brilham; *Marrom* é uma mulher trans, negra tem 48 anos e muito simpática; *Violeta* é travesti tem 27 anos, tem a pele clara e possui certa facilidade ao se expressar; *Vermelho* é lésbica, tem 45 anos, parda, gosta de se comunicar e é muito detalhista; *Amarelo* é negra, tem 34 anos, bastante vaidosa e carismática; *Anil* é gay, de etnia branca, tem 29 anos, se dá bem com todo mundo e é muito solícito; *Verde* é gay, negro, tem 44 anos, escritor e quase sempre se controla pra não falar em inglês; *Branco* é uma mulher trans, de etnia parda, tem 39 anos e possui uma voz bem suave, além de ser bem delicada; *Azul* é gay, de etnia branca e tem 53 anos, é uma pessoa bastante esforçada e toda vez que relembra sua trajetória de luta no movimento se emociona; e *Laranja* é gay, negro, tem 59 anos, é educador e bastante comunicativo.

Por fazer parte da militância, eu tive uma maior facilidade em realizar as entrevistas, porém observei que alguns informantes não conseguiram distanciar o militante do pesquisador. Isso revela que, mesmo que o antropólogo busque a objetividade ao adentrar em campo, este tem uma dimensão muito intensa de subjetividade (BRANDÃO, 2007).

Ainda que o antropólogo possa se armar de toda uma intenção de objetividade, de obtenção, de produção de dados e informações, os mais objetivos, os mais reais (não sei se com aspas ou sem aspas) possíveis, de qualquer maneira, muito mais do que em outros casos, todo trabalho de produção de conhecimento aí se passa através de uma relação subjetiva. A pessoa que fala, fala para uma outra pessoa. Uma relação entre pessoas que tem uma dimensão social, e uma dimensão afetiva se estabelece. Dados de troca, de sinais e símbolos entre as pessoas se estabelecem inevitavelmente e isso marca não só a realização do trabalho, mas o material produzido por esse trabalho realizado. (BRANDÃO, 2007, p. 13)

Ainda segundo o autor,

Dizer que o trabalho de campo, numa pesquisa antropológica, passa muito pela relação interpessoal e, conseqüentemente, pelo domínio da subjetividade não quer dizer que seja um trabalho espontaneísta, muito pelo contrário. A própria relação interpessoal e o próprio dado da subjetividade são partes de um método de trabalho, por isso que a gente vai falar em observação participante; que vai falar, numa outra dimensão, em pesquisa participante; vai falar em envolvimento pessoal do pesquisador com as pessoas, com o contexto da pesquisa e assim por diante, como dados do próprio trabalho científico. Ou seja, como dados que, em vez de serem tomados como alguma coisa que se põe contra e precisa ser controlada, são tomados como alguma coisa que faz parte da própria prática do trabalho de campo (BRANDÃO, 2007, p. 13).

A estrutura da dissertação divide-se em três capítulos, além das considerações finais. O primeiro capítulo, “Entre protestos e comemorações: da busca pela liberdade sexual ao surgimento das Paradas do Orgulho LGBT”, tem como objetivo abordar a história do movimento LGBT, desde um protoativismo na Europa, a revolta de Stonewall até o contexto brasileiro, dando ênfase ao surgimento do movimento LGBT sergipano e conseqüentemente a Parada LGBT, sendo utilizado como referências teóricas os trabalhos de Green (2019) e Trevisan (2018).

O segundo capítulo, “‘Não há revolução sem movimento’: disputas e tensões em torno da Parada LGBT de Sergipe” tem como objetivo apontar alguns conflitos que estiveram presentes em sua construção. De acordo com Clifford (1998), a “cultura” é sempre algo relacional, uma inscrição de processos comunicativos que existem, historicamente entre sujeito em relações de poder. Além disso, partilho do entendimento de Regina Facchini (2020) de que a convivência entre enquadramentos e repertórios baseados em identidades e em experiências nem sempre é pacífica. E essa afirmativa será melhor desenvolvida na construção dessa dissertação através do aporte teórico de autores no campo de estudos das sexualidades: Wolf (2009), Simões (2009), Facchini (2005), Costa (2016), Melo (2013) e Quinalha (2022).

Já no terceiro capítulo, “Que Parada é essa? Percepções, representações e significados da Parada LGBT de Sergipe”, tenho como objetivo apresentar a importância da existência e permanência desse evento para o movimento LGBT sergipano e para a sociedade em geral. Essas percepções podem ser identificadas por meio dos depoimentos das pessoas que foram entrevistadas ao longo dos seis meses, seja pessoalmente ou de forma virtual. Transcrever o significado do que o evento representa para militantes e organizadores também define o que é uma etnografia, conforme os ensinamentos de Restrepo (2018): “un estudio etnográfico le

interessa tanto las prácticas (lo que la gente hace) como los significados que estas prácticas adquieren para quienes las realizan (la perspectiva de la gente sobre estas prácticas)”¹⁶.

Lo que busca un estudio etnográfico es describir contextualmente las a menudo complejas y específicas relaciones entre prácticas y significados para unas personas concretas sobre algo en particular (sea esto un lugar, un ritual, una actividad económica, una institución, una red social, o un programa gubernamental). La articulación entre las prácticas y los significados de esas prácticas de las que se ocupa la etnografía, permite dar cuenta de algunos aspectos de la vida de unas personas sin perder de vista cómo estas personas entienden tales aspectos de su mundo. (RESTREPO, 2018, p. 25)¹⁷.

Por fim, nas considerações finais, busco apontar as principais questões elencadas em cada capítulo para abordar como a construção da Parada torna-se palco de disputas e tensões entre coordenadores e apoiadores, seja no planejamento ou na execução do evento.

¹⁶ “Um estudo etnográfico interessa-se tanto pelas práticas (o que as pessoas fazem) quanto pelos significados que essas práticas adquirem para aqueles que as realizam (a perspectiva das pessoas sobre essas práticas)”. (tradução minha)

¹⁷ “O que um estudo etnográfico procura é descrever contextualmente as relações muitas vezes complexas e específicas entre práticas e significados para pessoas específicas sobre algo em particular (seja um lugar, um ritual, uma atividade econômica, uma instituição, uma rede social ou um programa de governo). A articulação entre as práticas e os significados dessas práticas de que trata a etnografia permite dar conta de alguns aspectos da vida de algumas pessoas sem perder de vista como essas pessoas entendem tais aspectos de seu mundo”. (tradução minha)

2. ENTRE PROTESTOS E COMEMORAÇÕES: DA BUSCA PELA LIBERDADE SEXUAL AO SURGIMENTO DAS PARADAS DO ORGULHO LGBT

Esse capítulo tem por objetivo apresentar historicamente os primeiros passos para a formação do movimento LGBT, desde o surgimento de um protoativismo na Europa até a revolta de Stonewall nos Estados Unidos. Em seguida será abordado como se deu a organização desse movimento no contexto brasileiro, dando origem às Paradas LGBT no país, e consequentemente a de Sergipe.

Ao longo das minhas observações, ouvi de algumas pessoas que a Parada LGBT de Sergipe é a Parada da *Rosa*¹⁸ e, por mais que ela tente se desvincular dessa relação, a sua posição como coordenadora a coloca nesse lugar. Por ter sido a idealizadora, a sua opinião tem um peso enorme diante das decisões que precisam ser tomadas para a realização do evento, seja pela sua experiência adquirida a cada edição como também pelo seu poder de persuasão. Nem todos que criticam a sua influência compreendem que o protagonismo que se adquire com a Parada é fruto de muita dedicação, mas acompanhado de muito risco.

Pude perceber que esse lugar de protagonismo é reivindicado quando em uma edição ocorre tudo bem, mas poucos ou quase ninguém se importa quando acontece algum fato que prejudica o responsável. A prova disso foi quando a ASTRA e a ADHONS foram processadas pela indenização que citei anteriormente; nesse momento não notei o mesmo empenho da militância em defender as instituições ou reivindicar o protagonismo de liderança como acontece nos quatro meses que precedem o dia da Parada. Esse é mais um motivo para que a palavra final seja dada por *Rosa*, pois cabe à Presidente da instituição em exercício responder pelas consequências provenientes do evento.

Em mais de vinte anos de existência, foram poucos os anos em que *Rosa* não esteve na presidência da instituição, e, quando não estava, normalmente assumia o cargo de vice. Mesmo com tanto tempo na associação, seria impossível uma só pessoa dar conta de tantas atribuições e demandas, por isso a construção do evento envolve várias ONGs, coletivos e militantes que contribuem de alguma forma para sua execução. Dessa maneira, pontuo como é importante esses processos coletivos para que ocorram mudanças sociais, institucionais e culturais. E foram através deles que surgiu a primeira geração do movimento por libertação sexual. Segundo QUINALHA (2022), no século XIX a perda de espaço do discurso religioso acaba colocando em maior destaque outras esferas discursivas no amplo campo da sexualidade.

¹⁸ *Rosa* é um dos nomes que foi substituído por uma das cores que fazem parte da bandeira LGBTQIAP+, como informei anteriormente.

Nesse momento histórico, a maior parte dos países europeus possuíam legislações que criminalizavam as relações sexuais entre pessoas do mesmo sexo. (...) Vale ressaltar que a criminalização das homossexualidades foi um dos fatores principais de aglutinação e de mobilização dessa geração pioneira no protoativismo. (...). Assim, as batalhas contra a patologização e a criminalização das homossexualidades são as duas grandes bandeiras que marcaram o surgimento desse movimento com epicentro na Europa. (QUINALHA, 2022, p.49-50)

A Alemanha se destaca nesse protoativismo europeu por oferecer condições que conjugadas permitiriam a emergência desse movimento, quais sejam: a existência de uma legislação de criminalização da homossexualidade masculina; uma sociedade que possuía um grande nível de alfabetização, letramento e educação para os padrões da época; a existência de uma forte cultura masculinista; e a urbanização acelerada das cidades. Todos esses fatores permitiram a criação de espaços de sociabilidade com uma relativa tolerância às pessoas que buscavam parceiros e parceiras do mesmo sexo. Essas características produziram na Alemanha do fim do século XIX uma identidade homossexual cada vez mais estabilizada e com contornos mais claros, uma condição fundamental para o ativismo emergir (QUINALHA, 2022).

Segundo Russo e Russo (2020), o jurista Karl Heinrich Ulrichs e o médico Magnus Hirschfeld defendiam a naturalidade da homossexualidade e a sua descriminalização, a busca da liberdade sexual, o reconhecimento legal de pessoas transgênero e os direitos civis dessas comunidades. Vale destacar a importância de Magnus e outros médicos como agentes dentro de uma mudança cultural maior nos valores, leis, comportamentos e política ocidentais. Em 1897, Magnus e alguns pesquisadores e ativistas organizaram o Comitê Científico Humanitário (*Wissenschaftlich-humanitäres Komitee*), sendo o primeiro movimento abertamente gay, e no ano de 1919 sua proximidade com o Partido Social Democrata possibilitou a construção do Instituto para Estudos da Sexualidade (*Institut für Sexualwissenschaft*).

A partir dos anos 1930, a Europa acaba sendo devastada com o advento da Segunda Guerra Mundial e do nazifascismo, fazendo com que o epicentro dos ativismos passasse a ser nas Américas, principalmente no Estados Unidos. E assim como na Alemanha, existia a presença de uma subcultura gay urbana, sendo os bares os locais mais escolhidos para a sociabilidade das pessoas LGBT, por serem espaços mais escuros e reservados. Conforme Fernandes (2011), a identidade gay tornou-se um elemento central para que se forjasse um senso de comunidade, havendo assim a possibilidade da emergência de um movimento, que foi mobilizado na década de 1950 e 1960 pelo feminismo e pelo movimento negro.

Os primeiros grupos surgem nos anos 1950, com a criação da Sociedade *Mattachine* e o *Daughters of Bilitis*. Ambos tinham como pauta as questões relacionadas com a discriminação

no trabalho e as legislações de criminalização. As legislações repressivas eram a base para as violências policiais contra as pessoas LGBT e ocorriam com frequência em vários bares, ocasionando diversas revoltas. Dentre elas, a mais famosa é a de Stonewall¹⁹, que se iniciou em 28 de junho de 1969 e durou até o dia 03 de julho do mesmo ano. O que era para ser simplesmente uma ação policial rotineira suscitou uma reação inédita.

O procedimento realizado pelos invasores, as conhecidas “batidas policiais”, eram uma praxe e vinha sendo realizado sem grandes conflitos até a noite em que os frequentadores saíram às ruas e enfrentaram os policiais com pedras e pedaços de madeira. Gritava-se palavras de ordem como “Poder Gay”, “Sou bicha e me orgulho disso”, “Eu gosto de rapazes” e, a partir daí, deflagrou-se um conflito de rua de grandes proporções e com reverberações nos anos posteriores (FERREIRA, 2012). Para Wolf (2021), o que fez com que a revolta de Stonewall fosse diferente de todo o ativismo gay até aquele momento não foi apenas a inesperada duração do conflito nas ruas, que ocupou várias noites,

Mas a mobilização consciente de ativistas novos e experientes que expressaram esse clima mais militante. Como em uma represa, Stonewall foi a explosão gestada por vinte anos de avanços lentos, gota a gota, fruto do esforço realizado por homens e mulheres cuja organização consciente criou condições para a onda espontânea de fúria. Os levantes, por si só, não seriam lembrados hoje por seu papel de transformadores da política e da vida gay se não tivessem sido seguidos por organizações que transformaram a indignação em força social crescente. (WOLF, 2021, p. 168-169)

A partir dessa revolta houve um deslocamento na forma de se fazer o ativismo, onde o orgulho seria o vetor ideológico principal de um modo eroticamente subversivo de ser contra uma ordem social e sexual conservadora. Isso se refletiu na criação de novos grupos que inseriram a expressão “gay” nos seus nomes, a exemplo da *Gay Liberation Front* (GLF) e do *Gay Activists Alliance* (GAA). No ano seguinte, na região da cidade de São Francisco, iniciou-se uma tradição de luta por direitos para os homossexuais através de grandes manifestações públicas, que ficaram conhecidas como *Gay Prides Parades* (QUINALHA, 2022; FERREIRA, 2012).

Segundo Ferreira (2012), os novos movimentos sociais da segunda metade do século XX ganharam relevo e se organizaram principalmente durante os anos 1960, 1970 e 1980, impulsionando novas formas de mobilização em que a resistência nas ruas contra expressões

¹⁹ Notoriamente reconhecido como um dos marcos históricos nas lutas LGBT e quase sempre sendo demarcado e recordado por grupos do movimento LGBT, constantemente se remete ao episódio ocorrido nas imediações do bar Stonewall Inn, na cidade de Nova York, como a data de referência para o começo significativo movimento gay norte-americano e para o surgimento de uma nova onda de mobilizações em torno dos debates sobre sexualidades. (FERREIRA, 2012, p.32).

de violência e repressões de todo tipo foi o mote principal para o surgimento e organização de muitos grupos em diversas partes do mundo, incluindo o Brasil.

Até que ocorresse a Primeira Parada LGBT no Brasil, muitos eventos e acontecimentos marcaram as diferentes gerações de ativismo em nosso país, e durante essa construção existiram tensões e conflitos entre gays, lésbicas e pessoas trans no interior do movimento que perduram até os dias atuais. Nesse sentido, com o intuito de compreender o porquê dessas disputas ainda estarem presentes, é necessário descobrir como se dava a convivência e o tensionamento de pautas, gerações e repertório de ações na organização do movimento LGBT brasileiro.

Assim como o movimento feminista, a interpretação da periodização do movimento LGBT vem sendo metaforizada por meio de ondas. Isso foi feito pioneiramente por Green (2015), que definiu duas ondas, a primeira de 1978 até 1985 e a outra a partir desse momento até os dias atuais. Simões e Facchini (2009) adotaram a mesma metáfora, porém em um modelo de três ondas. A primeira se deu no período da “abertura política” da ditadura, a segunda durante o período da redemocratização e a terceira a partir dos anos 1990 até o presente. É essa periodização que utilizarei ao decorrer deste capítulo.

Antes mesmo de existir um movimento homossexual político e organizado já haviam sido formadas subculturas homossexuais urbanas em diversas cidades, uma “movimentação” presente tanto nas reuniões em ambientes domésticos como nos encontros em espaços públicos. Vale ressaltar que são escassas as informações sobre espaços de convivência e sociabilidade de mulheres homossexuais. A subcultura homossexual esteve presente entre os anos 1960 e meados dos anos 1970 em diversos territórios físicos e simbólicos como clubes, saunas e boates, se expandindo e se diversificando abrindo o caminho para a expressão de um movimento político homossexual (SIMÕES E FACCHINI, 2009).

Após esse momento “pré-histórico” do movimento, surge a primeira onda, entre o fim da década de 1970 e meados dos anos 80, caracterizada como um período antiditatorial e contracultural. Durante esse momento, algumas referências de mobilização política em defesa da homossexualidade se destacam: o jornal *Lampião da Esquina*, que possibilitou a constituição de identidades individuais e coletivas; o Grupo Gay da Bahia (GGB) fundado na cidade de Salvador, contribuindo com a despatologização das homossexualidades; e o Grupo Somos, de São Paulo.

Segundo Simões e Facchini (2009), as disputas que ocorriam dentro do grupo Somos ocasionaram duas cisões: a primeira foi oriunda das lésbicas, que justificaram a necessidade de se criar uma organização independente, tentando equilibrar a questão feminista com a homossexualidade e criando assim o Grupo de Ação Lésbica-Feminista (Galf). Já a outra diz

respeito à alegação de que o grupo estava com sua autonomia comprometida em virtude da atuação de membros ligados a organizações político-partidárias, levando ao desligamento de nove membros, que formaram o grupo Outra Coisa.

Logo após o “racha” no Somos, aconteceria a principal ação pública dos militantes homossexuais da época: a campanha contra a “Operação Limpeza” promovida pela polícia civil de São Paulo, capitaneada pelo delegado José Wilson Richetti contra os frequentadores noturnos do centro da cidade, atingindo especialmente a rua Vieira de Carvalho e o largo do Arouche, pontos de efervescente sociabilidade homossexual. (SIMÕES & FACCHINI, 2009, p.111).

Em resposta a essa campanha, ocorreu no dia 13 de junho de 1980 a primeira manifestação de rua que se tem notícia no movimento homossexual de São Paulo. De acordo com França (2006), tratava-se do protesto contra o delegado Richetti, que promovia uma ampla operação de “limpeza social” no centro de São Paulo, concentrando-se nas ruas que compunham o “gueto” gay da cidade e prendendo arbitrariamente prostitutas, homossexuais e travestis.

A segunda onda é caracterizada como o período onde se desenvolve um estilo de militância de ação mais pragmática, mais preocupada com aspectos formais de organização institucional e voltada para a garantia dos Direitos Civis e contra a discriminação e a violência dirigidas aos homossexuais. Ela surge com a epidemia do HIV/AIDS, que obrigou o movimento homossexual a deslocar a sua luta contra o autoritarismo para o combate à doença. Os primeiros casos de pessoas infectadas pelo HIV no Brasil ocorreram em 1983. Segundo Calazans (2020), somente em 1985, sob o governo de José Sarney, foi criado o Programa Nacional de AIDS (PNA) que só conseguiu ser consolidado em 1988, às vésperas da primeira eleição presidencial direta pós-ditadura militar. Neste período, segundo Trevisan (2018), o país ocupava o quarto lugar do mundo com maior número de doentes pela AIDS, contabilizando mais de quatrocentos casos registrados de pessoas infectadas pelo vírus e duzentos óbitos. A criação do programa se deu após diversos protestos e pressão dos grupos de ativistas e soropositivos em todo o país.

A política de AIDS abriu-se para várias frentes, muitas vezes corajosamente, organizando grupos de trabalho nos próprios focos críticos de contágio, como locais de prostituição, nas ruas e nos portos, e pontos de consumo de droga injetável. (...). Aos poucos, o atendimento aos infectados se estendeu pelos estados e cidades mais atingidos e melhorou sua qualidade em todo o país, com distribuição gratuita de um número cada vez maior de medicações (...). (TREVISAN, 2018, p. 418-419)

Nesse contexto, é fundada a primeira organização não-governamental criada para trabalhar especificamente com AIDS, o Grupo de Apoio à Prevenção da AIDS (GAPA), localizado em São Paulo. Conforme Galvão (1995), uma das marcas mais fortes do GAPA/SP quando da sua fundação foi a militância no que dizia respeito à discriminação das pessoas com HIV/AIDS.

Por isso, não é de estranhar que uma das principais contribuições do GAPA/SP para o cenário da AIDS no Brasil tenha sido a instalação de um serviço de assessoria jurídica às pessoas com HIV/AIDS. Este serviço pioneiro realizado pelo GAPA/SP fez surgir, entre as ONGs/AIDS brasileiras, a preocupação com os direitos civis das pessoas com HIV/AIDS. (GALVÃO, 1995, p. 86)

Além do GAPA, outras ONGs foram criadas no ano de 1986, incluindo a Associação Brasileira Interdisciplinar de AIDS (ABIA), com uma proposta de interdisciplinaridade, e o ISER – Instituto Superior de Estudos da Religião, que oferece apoio religioso frente à AIDS e abriga posteriormente um grupo voltado aos trabalhadores do sexo, homens e mulheres, que propicia a criação da ASTRAL – Associação de Travestis e Liberados, em 1992. Em 1989, é criado o Grupo Pela Vidda/RJ, que, como o GAPA, também levará à criação de outros grupos no Brasil (SILVA, 1998).

A partir do ano de 1989, o PNA passou a induzir políticas de prevenção de AIDS com fundamento nas estratégias de educação entre pares, através de convênios e financiamentos de ONGs (GALVÃO, 2000). Essa aproximação da agenda de combate à AIDS com as organizações de direitos civis não foi algo automático (CAETANO, NASCIMENTO e RODRIGUES, 2018).

Mesmo com o fato de que a epidemia alcançasse a toda população LGBT, seja pelo contágio com o HIV ou a (auto) repressão social e política, algumas organizações tinham tensões internas quando o assunto era a resposta comunitária à epidemia. Parte hegemônica do grupo entendia que a mobilização e respostas à epidemia era de responsabilidade das políticas governamentais (CAETANO, NASCIMENTO e RODRIGUES, 2018, p. 289).

Segundo Galvão (1995) o crescimento da epidemia de HIV/ AIDS no Brasil foi também acompanhado de significativas mudanças tanto no tocante à atuação das ONGs quanto das entidades governamentais. “O fato de a AIDS passar a ser encarada como uma doença que veio para ficar leva a que as ONGs deixem de atuar como "bombeiros" e passem a trabalhar, cada vez mais, na área de prestação de serviços e elaboração de projetos específicos de intervenção” (GALVÃO, 1995, p.96).

No que tange os projetos de intervenção desenvolvidos pelas ONGs, eles acabaram sendo projetos de informação/prevenção, por se basearem na implementação de respostas imediatas. Assim como ocorreu com as ONGs, a prevenção também foi bastante trabalhada pelas entidades governamentais através das campanhas nacionais que passaram a ser realizadas periodicamente, onde o tema do uso do preservativo camisinha começou a ser integrado definitivamente.

Segundo Costa (2016), o Estado de Sergipe foi um dos primeiros a criar o programa de DST/AIDS. Diversas ações foram desenvolvidas pelo médico Almir Santana²⁰, popularmente conhecido como “Doutor Camisinha”, e uma delas foi a criação do Bloco da Prevenção, um bloco carnavalesco que abre o desfile da prévia carnavalesca do Estado, o Pré-Caju, que ocorre todos os anos na capital Aracaju e será explicado posteriormente. Os interessados/as em participar do desfile do bloco trocam os kits por alimentos que são distribuídos para as pessoas carentes que convivem com o vírus HIV. Geralmente os kits contêm camisetas, informativos e também preservativos que dão acesso ao bloco e à festa (COSTA, p. 224). Além disso, a articulação de Dr. Almir com o movimento homossexual foi extremamente importante na busca de consolidação de políticas públicas de saúde na área da DSTs/AIDS.

Ainda na segunda onda, surgiram campanhas que ajudaram a forjar uma nova percepção do ativismo em relação às institucionalidades. Uma delas foi encabeçada pelo Grupo Gay da Bahia (GGB), que teve como objetivo a organização de um abaixo-assinado reivindicando a despatologização da homossexualidade²¹, enquanto a outra tinha como objetivo a inclusão da “expressa proibição da discriminação por orientação sexual” na Constituição, tendo como porta-voz o advogado João Antônio Mascarenhas, fundador do grupo Triângulo Rosa, ONG criada em 1985 no Rio de Janeiro.

A partir da década de noventa se inicia a terceira onda, quando o movimento multiplica as categorias de referência ao seu sujeito político. E isso ocorre por dois motivos: o primeiro é a influência de processos globalizados que adotam uma autoidentidade o mais fiel possível às especificidades de determinado “segmento”; e o segundo é o diálogo socio estatal que exigia uma delimitação de sujeitos e demandas (FACCHINI, 2005). É nesse período que se organizam também as Paradas do Orgulho LGBT, no molde de uma política de visibilidade de massa mais

²⁰ José Almir Santana, natural de Aracaju/SE, é médico formado pela Universidade Federal de Sergipe em 1981, com especialização em Saúde Pública, responsável técnico pelo programa estadual IST/AIDS desde 1987 e leciona biologia desde 1982.

²¹ No dia 9 de fevereiro de 1985, o Conselho Federal de Medicina atendeu à reivindicação e retirou a homossexualidade do código 302.0 e passando-a para o código 2062.9, referente a “outras circunstâncias psicossociais” (QUINALHA, 2022).

agregadora do que suas congêneres norte-americanas (SIMÕES & FACCHINI, 2009). Ainda conforme a autora, o sucesso do formato desse evento faz pensar sobre o acerto do enquadramento transgressor e da produção de uma visibilidade plural, baseada em trios elétricos e corpos-bandeira.

As Paradas foram a face pública do movimento, mas também a ponte de contato entre categorias forjadas no âmbito de um campo restrito de ativistas cada vez mais voltado às gramáticas estatais e de uma enorme e multifacetada arena. Contando com ativistas e organizações, as Paradas evocavam experiências, buscando conectá-las com categorias como “homofobia”, “orientação sexual” e “identidade de gênero”, entre outras (FACCHINI, 2020, p. 49).

Apesar de alguns pesquisadores considerarem a Parada de São Paulo como a primeira a ser realizada no país, fontes demonstram que esse pioneirismo pode ser atribuído à do Rio de Janeiro, que ocorreu em 25 de junho de 1995, como encerramento da 17ª Conferência Internacional da *International Lesbian and Gay Association* - ILGA²² (ver figura 3).

Figura 3 – Matéria da Folha de São Paulo sobre a 17ª Conferência da ILGA



Fonte: Folha de São Paulo, 1995.

Porém, em entrevista à *Revista Lado A* o antropólogo Luiz Mott divergiu desse pioneirismo. Para ele, o último dia do VIII Encontro de Lésbicas e Gays marcou a primeira

²² A Conferência contou com cerca de 1.200 participantes. Segundo os registros no Guia Oficial da Conferência, houve apoio do Ministério da Saúde, por meio do Programa Nacional de DST e Aids; da Secretaria Estadual de Saúde do Rio de Janeiro, por meio da Divisão de Controle de DST e Aids; dos sindicatos dos Bancários e Previdenciários, ambos do rio e dos Trabalhadores na Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ); do Centro de Filosofia e Ciências Humanas da UFRJ; de duas ONGs internacionais ligadas à temática dos direitos humanos; de quatro empresas privadas e de quatro associações brasileiras: a ABIA e o Grupo pela VIDDA (ONGs-Aids sediadas no Rio); o Grupo Gay da Bahia (GGB) e o grupo Dignidade. (SIMÕES & FACHINI, 2009, p.144-145).

Parada Gay do Brasil, seguindo o padrão internacional e mantido até hoje no Brasil (JOHAN, 2015). É nesse encontro que a Associação Brasileira de Gays, Lésbicas e Travestis foi fundada. De acordo com Mott, no dia 31 de janeiro de 1995 em Curitiba foi realizada a maior passeata GLT da história do Brasil até então, a primeira a apresentar o mesmo layout das “*gays parades*” norte-americanas. Estiveram presentes 40 grupos GLT e mais de 500 participantes, dois carros de som, muitos balões e bandeiras com as cores do arco-íris, travestis, Drag-Queens e transformistas em profusão, percorrendo as ruas principais do Centro, com falações na famosa Boca Maldita (JOHAN, 2015).

No ano seguinte, segundo Camargos (2018), o acontecimento mais próximo que antecede ao que podemos chamar de Parada teria ocorrido em São Paulo, no dia 28 de junho, através de um ato público na Praça Roosevelt promovido pelo Grupo Corsa. Em 1997, depois de uma passeata realizada no final do IX EBGLT (Encontro Brasileiro de Gays, Lésbicas e Travestis), alguns militantes do Grupo Corsa começaram a planejar um evento de maior porte, em comemoração ao 28 de junho daquele ano (FACCHINI, 2005). Dessa forma, no dia 28 de junho São Paulo realizava a sua primeira edição.

Com cerca de dois mil participantes, a “Parada do Orgulho de Gays, Lésbicas e Travestis”, como denominado à época, foi fruto do trabalho dos grupos CORSA, Núcleo de Gays e lésbicas do PT de São Paulo, Caheusp, Etc. e Tal, APTA (Associação para Prevenção e Tratamento da AIDS), AnarcoPunks e Núcleo GLTT do PSTU. Saiu da Avenida Paulista e terminou na Praça Roosevelt. Uma perua do tipo Kombi, emprestada pelo Sindicato das costureiras de São Paulo, fazia as vezes de trio elétrico, e, diferentemente das Paradas seguintes, que seguiam predominantemente ao som da música que tocava nas boates GLS, na primeira Parada ouviu-se MPB, advinda de três fitas K-7 gravadas por uma das organizadoras e reproduzidas pelas caixas de som da perua. Em todo o trajeto os militantes revezavam-se ao microfone para discursar e puxar palavras de ordem entre as músicas. (FRANÇA, 2006. p. 79)

O modelo da Parada de São Paulo se expandiu para outras capitais e cidades do interior, gerando uma visibilidade inédita para as demandas do movimento LGBTQIA+, como também consolidando um mercado voltado para esse segmento. Na sua vigésima sexta edição, que ocorreu em 19 de junho de 2022 com o tema “*Vote com orgulho – Por uma política que representa*”, a Parada bateu seu recorde de público em sua retomada presencial, reunindo quatro milhões de pessoas.

2.1 Folia e militância LGBT em terras sergipanas

Em Sergipe, a Parada LGBT vem, ao longo dos seus vinte anos, atraindo um número expressivo de participantes que, em sua grande maioria, são pessoas LGBTQIA+. Dentre os diversos motivos que as fazem sair de casa, um dos principais é o de reencontrar seus/suas amigos/as. Essa é uma característica dos rituais populares, a exemplo dos carnavais, que objetivam o encontro e não a separação (DAMATTA, 1997).

É interessante observar que DaMatta, ao analisar diversos rituais, apresenta a oposição categórica entre *rua* e *casa* como ponto focal para o entendimento do mundo social, e quando se refere ao carnaval aciona a dicotomia dessas categorias ao explicar que nesse ritual existe a dialética do que deve ficar escondido e do que é abertamente revelado. Para o autor, essa súbita conscientização do “escondido” e do “exibido” conduz à oposição básica na sociedade brasileira entre o “ver” e o “fazer”: “De fato, em todo carnaval existem as pessoas que fazem coisas (desfilam, brincam, cantam etc.) e as pessoas que simplesmente olham. É uma relação de absoluta complementariedade, como a que ocorre entre a *casa* (de onde se olha) e a *rua* (onde as coisas acontecem)” (DAMATTA, 1997, p.145). Assim como acontece no carnaval, na Parada algumas pessoas acompanham o cortejo enquanto outras ficam apenas olhando.

Green (2019) afirma que a presença de homossexuais nas festas carnavalescas dividia a sociedade, que reagiam numa oscilação entre a aceitação e a repressão, entre a curiosidade e a repulsa. Segundo o autor, na virada do século XIX para o XX os homossexuais masculinos “invadiram” os bailes com seus trajes femininos.

Eles também organizavam grupos de travestis que participavam do carnaval de rua. Nos anos 40, os bailes de travestis emergiram como o lugar privilegiado para performances públicas da inversão da representação de gêneros. Ao longo de toda a década de 1950, a projeção desses bailes aumentou, à medida que eventos organizados exclusivamente para a subcultura homossexual cresciam em número, tamanho e visibilidade. Embora os adeptos do carnaval de rua também se travestissem, os bailes de travestis eram os principais locais onde a regra era o desregramento, onde se podiam transgredir normas de masculinidade e feminilidade sem preocupação com a hostilidade social ou punições. Em meados da década de 1970, os bailes de travestis passaram a ser parte integrante do carnaval carioca. (GREEN, 2019, p.342)

Nota-se que o travestismo e a transgressão de gênero se expandiram das ruas para os espaços fechados. Em Sergipe, por falta de incentivo do poder público, havia muita dificuldade para realizar o carnaval de rua nos anos 1960. E para suprir essa lacuna, coube aos clubes

realizarem um carnaval privativo. Para Melo (2013), por não haver um carnaval de rua, os clubes concentravam quase toda a animação da capital.

O clube era um local para ver e ser visto na sociedade, onde se concentravam todas as atenções da cidade no período festivo. E na manhã da quarta-feira de cinzas, ocorria um encontro de foliões do Iate com os do Cotinguiba, entre cinco e seis horas da manhã, na principal avenida de acesso ao bairro Treze de Julho, com direito a orquestra, e percorrendo as ruas adjacentes com o intuito de coroar o carnaval que passou; e também como forma de “dar uma colher de chá” para aqueles que não tiveram condições financeiras para pagar a entrada nos clubes citados. (MELO, 2013, p.52)

Na década de 1970 e 1980, os bailes carnavalescos presentes nos clubes eram abertos pelo “*Baile dos Artistas*”, criado pelo cronista e comunicador social João de Barros, popularmente conhecido como Barrinhos, uma personalidade bastante importante para a cultura sergipana. Foi um dos responsáveis pela criação da Associação Sergipana de Cultura (ASC). Exerceu diversos cargos na área da cultura, foi secretário executivo da Sociedade de Cultura Artística de Sergipe e Secretário Executivo do Conselho Estadual de Cultura. Com o programa de rádio “Vanguarda Cultural”, da ASC, iniciou sua caminhada na imprensa sergipana. Nos jornais, trabalhou na *Tribuna de Aracaju*, no jornal *O Estado de Sergipe* e no *Jornal da Cidade*.

Posteriormente fez parte da Rádio Cultura, saindo para a rede Atalaia de Televisão. Como colunista social, promoveu o Baile dos Artistas por 17 anos e trouxe estrelas do Brasil inteiro; realizou diversos festivais e encontros, a exemplo do Festival da Mulher, o encontro social só para mulheres, a festa anual das mães e vários encontros regionais de colunistas sociais; criou o primeiro salão de arte em Aracaju, que foi o Salão Atalaia de Pintura; e realizou inúmeros concursos de decoração de clubes no carnaval e outras diversas promoções. Além disso, criou a Associação dos Colunistas Sociais de Sergipe e coordenou por oito anos o Miss Brasil em Sergipe (SANTOS, 2004). Barrinhos faleceu em 2001 de infarto fulminante, e, para homenageá-lo, a Assembleia Legislativa de Sergipe (ALESE) instituiu em 2019 a Medalha do Mérito “Radialista e Jornalista João de Menezes Barros Filhos (Barrinhos)”, a fim de prestigiar pessoas que contribuíram com a comunicação no Estado de Sergipe (LACERDA, 2021).

Segundo Melo (2013), o “*Baile dos Artistas*” era protagonizado pelas fantasias exóticas de foliões homossexuais e das travestis, que eram

discriminados durante o ano todo, porém naquele momento festivo eram aplaudidos e as pessoas que não entravam no baile, ao menos iam para a porta dos clubes para vê-los exibindo suas fantasias extravagantes. Eram realizados ou no Vasco ou no Cotinguiba, clubes que toleravam a condição sexual da maior parte dos partícipes do baile; ao contrário do Iate e da Atlética que negavam seus espaços para esse tipo de baile. Alguns deles chegaram a contar

com a participação de personalidades nacionais como Elke “Maravilha”, Clóvis Bornay, Clodovil, Roberta Close e Jorge Lafond (mais conhecido através do personagem Vera Verão). (MELO, L., 2013, p.52)

Mesmo com a tolerância aos homossexuais e travestis em espaços exclusivos para heterossexuais, percebe-se que não havia uma unanimidade desses clubes, a exemplo do Iate e da Atlética, que eram locais ocupados pela classe média e alta. Na década de 1990, Barrinhos passa a coordenação do evento para o advogado, cabelereiro e transformista Antônio Lisboa Neto, que é uma referência tanto para a comunidade LGBT quanto para a sociedade sergipana em geral. Lisboa nasceu em 2 de julho de 1947, na cidade de Ilha das Flores, e se apaixonou pela arte da maquiagem e do cabelo após uma viagem que fez à Brasília ao ver seu amigo de nome Jô fazer os cabelos de seus clientes. Quando voltou à Aracaju, decidiu seguir a carreira de maquiador e posteriormente partiu para São Paulo para realizar um curso de cabelo.

Lisboa foi tenor solista por 15 anos do coral da Universidade Federal de Sergipe e fazia transformismo imitando diversas artistas: Clara Nunes, Liza Minelli, Marisa Monte, dentre outras; além disso, produziu por 12 vezes o Lisboa Halley Show. Era conhecido também como o estilista das noivas, tendo mais de 15 noivas de destaque da sociedade sergipana que foram ao altar com roupas criadas por ele. Atuou na televisão sergipana, precisamente na TV Atalaia, nos anos 89 e 90, com o programa “Lisboa à Tarde”. E na imprensa escrita, fez uma passagem pelo jornal *Gazeta de Sergipe*²³, assinando a coluna “Lisboa Socialmente”, publicada na edição dominical do suplemento “A Gazetinha” (SANTOS, 2004).

Na madrugada do dia 27 de julho de 1998, Lisboa foi assassinado no quarto de sua residência por Márcio Pinto do Monte, que deferiu 14 facadas contra a vítima. Márcio morreu num acidente automobilístico próximo a Maceió, no dia 29 de setembro de 1998, sem explicar as razões que levaram a cometer tamanha brutalidade. A morte de Lisboa criou um clamor na população e ao mesmo tempo foi importante para a divulgação dos casos de assassinatos contra homossexuais em Sergipe (OLIVEIRA, 2012). Segundo Costa (2016), durante a década de 1990 muitos homossexuais foram vítimas de crimes violentos. Alguns dos assassinatos acometeram pessoas que galgavam certo prestígio junto à sociedade por ocuparem cargos importantes ou serem de famílias da elite, fato que chamou atenção da população para esse problema, que também repercutia com bastante intensidade na mídia.

Assim que Barrinhos passou a coordenação do Baile dos Artistas para Lisboa, uma das suas primeiras iniciativas foi modificar o nome do evento para *Baile das Atrizes*, que em sua

²³ Principal periódico sergipano no período de 1950-2000. O jornal se auto intitulava “combativo” e defensor de uma política “mais justa” (REIS, 2014).

segunda edição teve como tema os 80 anos de Carmem Miranda. No evento ocorria o desfile de fantasias e para a competição o júri votava em três categorias: luxo, originalidade e melhor Carmem Miranda. Nesta edição competiram cerca de 20 travestis e houve uma homenagem a Everaldo Alves Campos, mais conhecido como “Magnólia”²⁴, a primeira e mais famosa travesti de Aracaju, que faleceu em 20 de setembro de 2022 com 74 anos. Como convidada especial, Magnólia se fantasiou de “Carmem Sergipana” em homenagem ao grande talento da música popular brasileira. Essa preferência pela Carmem Miranda se tornou uma tentativa de acionar uma “brasilidade” a partir da imagem da cantora, sendo muita das vezes utilizada pelas travestis nos repertórios de shows. Esse dado é analisado por Soliva (2016) através da confirmação de Rogéria²⁵, que em entrevista ao jornal *O Pasquim*, no ano de 1973, disse que no período em que estava no *Carrousel*²⁶ todas as brasileiras que lá faziam show tinham algum número de Carmem Miranda em suas composições.

Assim como Magnólia, Lisboa se vestiu de Carmem Miranda e desfilou em uma fantasia luxuosa nas cores rosa e preto, com bastante brilho e acompanhado da leveza do dançar das plumas (ver figura 4). Segundo SOLIVA (2016), consolidou-se identidades a partir das formas de classificação que emergem do período carnavalesco para nomear os homens que borravam as fronteiras de gênero usando roupas não conformes a seu sexo nos bailes e concursos de fantasias – materializando “formas de vida”.

Figura 4 – Lisboa desfilando na segunda edição do Baile das Atrizes

²⁴ No final da década de 70, Magnólia causou na Boate Saveiros, um espaço luxuoso e extremamente elitista que ficava dentro do Iate Club. Com uma peruca loira, bem maquiada e usando um vestido vermelho, a travesti entrou acompanhada de um empresário da moda conhecido como Wilson do Gavetão. Wilson chegou à boate de braços dados com Magnólia, a primeira travesti assumida de Aracaju. Na ocasião, ambos foram retirados do clube e Wilson teve o seu título de sócio proprietário cancelado (SOUZA, 2022).

²⁵ Nascida em Cantagalo, município do Rio de Janeiro, em 1943, como Astolfo Barroso Pinto. Rogéria iniciou a sua carreira como maquiadora da extinta TV Rio, e essa experiência permitiu que conhecesse atrizes como Fernanda Montenegro e Bibi Ferreira. Seu nome veio de um concurso de fantasias de carnaval do qual participara. Ficou famosa, assim como outras travestis, com o espetáculo “Les Girls”. Fez sucesso na Europa, sobretudo no Carrossel de Paris, onde foi considerada uma grande vedete. Regressou ao Brasil em 1973, já com o status de uma diva internacional. Rogéria participou de várias produções – cinema e televisão –, sendo uma das travestis mais conhecidas no Brasil (SOLIVA, 2016, p.34).

²⁶ O *Carrousel de Paris*, conhecido por Rogéria e demais “travestis” dessa geração, permaneceu na Rue Vavin de 1962 a 1985, ano em que fez vez a sua última apresentação, na qual estava presente Divina Valéria. Antes de 1962, o cabaré situava-se no 40 da Rue du Colisée, no 8º arrondissement (SOLIVA, 2016).



Fonte: Jornal Gazeta de Sergipe, 17 de fevereiro de 1990

As matérias dos jornais da época teciam diversos elogios à Lisboa e o caracterizavam como um ser de luz própria, sinônimo de festa, alegria e brilho. Era uma figura bastante querida por todos, e através do seu talento representou o Estado por mais de cinco concursos de Miss Sergipe Gay, além de também organizar o Miss Brasil Gay em Sergipe. A participação de Lisboa nesses concursos revela como se deu a construção das sexualidades não-normativas no Brasil:

Esses concursos ofereciam uma oportunidade única para essas “bichas” interagirem e negociarem pertencimentos identitários em um contexto de invisibilidade marcado pela experiência da clandestinidade. O interesse pelos concursos de Miss está intimamente ligado à consolidação da sociabilidade “bichal” no país. Esse interesse, assim como o carnaval, possibilitou a ocupação de espaços e a materialização de sexualidades não normativas (SOLIVA, 2016, p. 85).

Em meados da década de 1990, os carnavais nos clubes começaram a não ter a mesma importância que tinham nos tempos anteriores. Segundo Melo (2013), os clubes estavam definhando, pois nem no principal evento do ano, onde se costumava arrecadar os maiores capitais financeiros, se conseguia reunir recursos para a manutenção da estrutura dos clubes.

Esse cenário piorou a partir dos anos 2000, com o advento do *axé music*, que contribuiu para a decadência desse modelo de entretenimento.

No ano de 1993, o empresário e vereador aracajuano Fabiano Oliveira²⁷, influenciado pelas festas carnavalescas da Bahia, decidiu realizar um projeto denominado “Com Amor”, com o objetivo de incrementar o carnaval de rua. Nessa festa foi criado o “Bloco do Amor”, onde os foliões iriam percorrer a orla marítima e a avenida Beira Mar ao som de trios elétricos. Esse projeto serviu como piloto para o primeiro *Pré-Caju*, uma festa que seguiu o mesmo formato, porém com uma maior quantidade de trios e atrações artísticas, se tornando a prévia carnavalesca do Estado. A imprensa não imaginava que esse novo modelo de carnaval iria prosperar por tantos anos na capital sergipana, como foi enfatizando na notícia do *Jornal da Cidade*:

O Estado Sde Sergipe está tentando convocar os foliões, no sentido de fazer, quem sabe, um dia, um belo carnaval. Para isso, foi iniciado ontem (no Parque Pré-Caju- entre o shopping e o Augustu’s), o Pré-Caju 93, o qual consta de uma vasta programação carnavalesca. A abertura oficial do evento aconteceu por volta das 21 horas, com a animação da Banda Skenta, sequenciada pela Banda Papa Léguas, Trio Elétrico e Banda Brilho e Armandinho, Dodô e Osmar. Grandes nomes do carnaval da Bahia estarão presentes no nosso primeiro Pré-Caju, que para variar traz a música baiana como a grande estrela. Isso não é de ser estranhar, pois as coisas de Sergipe acontecem por imitar o que já existe, deixando, portanto, de evidenciar a nossa identidade cultural. Esperamos que o anunciado pelos produtores do evento seja cumprido dentro do risco apresentado ao público, pois essas coisas de modismo sempre acabam no primeiro (SILVA, 2017. p.10).

Ano a ano, o número de blocos que fazia parte do *Pré-Caju* aumentava, e em menos de cinco anos já desfilavam na avenida oito blocos. Dentre esses blocos, existia “*As Cajuranas*”, criado por quatro amigos e tendo como presidente Ailton Coelho de Carvalho. O bloco é formado apenas por homens que se fantasiavam de mulheres. A cada ano, uma nova fantasia é escolhida, sendo que no primeiro trinta homens se fantasiaram de odaliscas (figura 5). Quatro anos depois, o número de participantes passou para 400 participantes.

Figura 5 – Homens fantasiados de Odaliscas no Bloco “As Cajuranas”

²⁷ Natural de Brasília, Fabiano Oliveira nasceu em 1970. Filho dos sergipanos de Campo do Brito, José Augusto Celestino de Oliveira e Iranice de Almeida Oliveira. Fabiano disputou o primeiro mandato eletivo como candidato a deputado estadual e ficou como primeiro suplente da sua coligação, tendo assumido o mandato por dois anos. Em novembro de 2001, assumiu a Secretaria de Estado da Cultura e Turismo e simultaneamente à presidência da Empresa Sergipana de Turismo (Emsetur), no governo Albano Franco. Atua há mais de 20 anos como apresentador do programa Canal Elétrico, na grade da TV Atalaia, afiliada da RecordTV em Sergipe.



Fonte: <http://cajuranas.com.br/site/galeria-de-fotos/pre-caju-1995-odaliscas>, 1995.

O surgimento do bloco foi noticiado pelo *Jornal da Cidade*:

A ideia surgiu de uma brincadeira de amigos que se reuniram na praia para um simples jogo de futebol, realizado no sábado de Carnaval. Eles se fantasiavam de mulher e faziam as pessoas rir em plena praia. A brincadeira foi crescendo e recebendo novos adeptos. Juntos, eles resolveram uniformizar o grupo para desfilar durante o Pré-Caju. Pronto, foi o suficiente para chamar a atenção de milhares de pessoas que assistem à festa até hoje e que passaram a exigir a participação do bloco. O grupo é formado por jovens e adultos dos 15 anos em diante. São pais e filhos e até avôs que na vida real exercem as mais variadas funções desde estudantes, advogados, professores, políticos, contadores, médicos, administradores e até desempregados. (SILVA, 2017 p. 92)

A partir da matéria, nota-se que a prática de se travestir estava associada ao cômico, o que faz com que determinadas identidades sexuais acabem sendo ridicularizadas. Isso também é evidenciado em outra notícia do mesmo jornal.

O último Pré-Caju do século XX termina hoje, arrastando para a praia 13 de Julho milhões de foliões. Nestes cinco dias, o que não faltou foi muita animação das pessoas que, tanto na “pipoca”, quanto nos blocos alternativos e oficiais, desfrutaram da magia das bandas baianas que, literalmente, fizeram a festa. Na sexta e no sábado à noite, todos foram contagiados pela

irreverência e o deboche das Cajuranas, a sensualidade de Ivete Sangalo e a força do Timbalada. Para hoje tem mais animação. Se o objetivo da sexta-feira à noite era animar os foliões, eles conseguiram. Os blocos As Cajuranas, com seios e bundas postiças, fizeram a festa na avenida da 13 de Julho e arrancaram sorrisos no corredor da folia. Cada um dos integrantes procurava acentuar o lado feminino com muita irreverência (MELO, L., 2016 p. 128).

O presidente do bloco explicou ao jornal como se dava a transformação dos participantes e quais os requisitos exigidos para ser uma Cajurana.

“Ninguém se atreve a vir pronto de casa, do contrário, a turma cai em cima”, revelou Ailton. As mulheres são as responsáveis pela transformação dos filhos, irmãos, namorados, noivos e maridos. “Cada componente do bloco paga R\$40, e recebe um kit com saia, bustiê, meião, espanador e protetor de cabelos; os acessórios como maquiagem, peruca, sapatos e outros adereços, ficam por conta da criatividade de cada um, além dos requisitos exigidos para ser uma “cajurana”. São eles: ser muito machos, corajoso e tem que saber brincar sem brigar”, explicou o presidente. (MELO, L., 2016. p. 92)

O discurso do presidente denota um modelo de masculinidade imposto para todos os homens, uma virilidade que está atrelada também à figura do homem nordestino, corajoso, o famoso cabra macho (ALBUQUERQUE JUNIOR, 2013). Segundo Costa (2016), as exigências para ser uma “Cajurana” perpassam as questões dos papéis sexuais e aquilo que é ou não permitido na esfera pública, o que se exemplifica através do episódio ocorrido com *Preto*, um dos diretores do Dialogay.

O Grupo Dialogay de Sergipe (GDS) foi fundado em 14 de março de 1981, sendo o primeiro movimento homossexual institucionalizado no Estado de Sergipe. O grupo sergipano era formado por integrantes com baixa instrução e ocupados, em sua maioria, em atividades informais. Nos anos 1980, diversos laços foram feitos, seja com os movimentos sociais, parcerias com sindicatos, movimento estudantil universitário e partidos de esquerda, a exemplo do PT – Partido dos Trabalhadores (OLIVEIRA e LEMOS, 2021). Segundo Costa (2016), o Dialogay desenvolveu importantes mobilizações na cidade de Aracaju em torno das causas homossexuais. Os pontos fortes de luta incluíam a violência contra homossexuais, a exigência de políticas públicas de prevenção à AIDS, o debate sobre união civil e luta incessante em prol do respeito à diversidade, o que levou o grupo a diversos posicionamentos públicos que fortaleceram a luta na cidade.

Preto foi um dos militantes que esteve engajado nessas lutas e sofreu bastante nesse período, sendo impossibilitado inclusive de desfilar no bloco “As Cajuranas” pelo fato de ser um gay assumido. Após essa justificativa, *Preto* questionou o presidente do bloco: “Então você

acha que num bloco só de homens, até agora mais de 300, que adoram sair todos os anos vestidos de mulher não existe nenhum homossexual?”. A resposta imediata, segundo *Preto*, foi: “Até pode, mas se tiver são encubados” (COSTA, 2016).

Green (2019) afirma que travestir-se durante o carnaval não significava necessariamente que aqueles que praticassem essa transgressão de gênero eram homossexuais ou coniventes com homoerotismo. Desde a década de 1940, já se notava uma natureza relativa da permissividade carnavalesca e as limitações sociais impostas a determinado tipo de comportamento.

Enquanto alguns grupos de carnaval permitiam a participação de homossexuais, outros deixavam explícita sua política de exclusão, refletindo as normas sociais vigentes. Para Green (2019), a transgressão de gênero que ocorria nesses grupos que se definiam como heterossexuais era uma transgressão limitada aos símbolos de gênero superficiais da sociedade, circunscrita e delimitada no tempo. Ainda segundo o autor, travestir-se durante o carnaval brasileiro é mais do que simplesmente inverter papéis de gênero e código de vestuário socialmente definidos.

Na verdade, o fenômeno reflete tensões sociais profundamente arraigadas. Homens considerados heterossexuais podem tomar vestidos, bijuterias e maquiagem emprestados de suas esposas, namoradas, mães ou irmãs, vestir-se como uma mulher por um dia de folia e participar de uma exploração lúdica sobre seus próprios conceitos de gênero, mas essa incursão pelo universo feminino é temporária. (GREEN, 2019, p.344)

Mesmo impedido de se inscrever no bloco das Cajuranas, *Preto* não desistiu de participar do carnaval e no ano de 2002 criou o “*Bloco Arco-Íris*”, um bloco gay que contou com a participação de cem idosos, além de drag queens, gogo-boys e gogo-girls. Aberto para todas as pessoas LGBT, o bloco desfilou na rua ao som do cantor Edson Cordeiro e durante o desfile algumas personalidades públicas que apoiavam o movimento homossexual foram homenageadas. *Preto* batizou esse evento como a primeira Parada Gay de Sergipe, sendo uma das últimas ações realizadas pelo Dialogay antes da sua extinção.

Trouxemos para Aracaju o cantor Edson Cordeiro. Muitas pessoas não acreditaram no nosso trabalho, mas nesse dia foram para a porta do camarote tentar ver o artista, e, como foi um evento gratuito e aberto, simplesmente lotou. Foi muito positiva essa primeira parada no Pré-Caju. Hoje quem organiza a Parada em Aracaju não conta essas que fizemos como oficiais. Mesmo com a grandiosidade que fizemos de ter até ônibus passando nos bairros para pegar as pessoas para levar, os atuais organizadores desconsideram a nossa realização. Os atuais organizadores acham que são donos da Parada, que são estrelas e não têm humildade. Mas a Parada do Orgulho não tem dono. Eu não sou dono de nada, nem de grupo, mas luto pelo reconhecimento do meu trabalho. (CARDOSO, 2021, p.100)

Percebe-se através do relato de *Preto* o sentimento de decepção com os atuais coordenadores das Paradas, que não mencionam essa Parada como sendo a primeira. Além disso, nota-se uma tensão em torno de quem tem o poder de oficializar ou não o evento. Na busca de entender melhor esse dado, *Preto* me revelou que a ideia de realizar a primeira Parada surgiu depois da sua viagem à Nova York.

Eu fui convidado pra ir pra Nova York pra parada LGBT, parada gay como é chamado lá em Nova York, foram cinco pessoas do Brasil convidados e eu chorei quando recebi a ligação lá de Nova York me convidando para estar presente lá no bar de Stonewall, onde tem a parada. (...) Aí passando lá quinze dias foi lindo, lindo, lindo, eu fiquei muito emotivo quando conheci a bandeira gay que não tinha no Brasil e vi que a Parada era extensa, numa avenida ampla, onde em cada esquina tinha uma para os próprios homossexuais ajudarem com uma quantia lá no valor de lá, não do Brasil, as pessoas passavam, contribuíam e ajudavam. Foi quando voltamos para o nosso Brasil. (...) Eu voltei feliz, chorei de emoção, eu queria na época que o meu Brasil, que a minha cidade de Aracaju fosse igual à cidade de Nova York, pra ver tantos casais de lésbicas, tantos casais de gays que tavam lá se abraçando, tavam lá se beijando e eu queria estar nesse meio; eu fiquei muito emotivo (...). Aí foi quando surgiu a Parada no Pré-Caju, onde tivemos apoio na época do governo do Estado, da prefeitura, dos coordenadores e promotores do Pré-Caju, colocando mais de cinco mil pessoas, onde várias pessoas não soltaram as mãos, entraram e não estavam acreditando que a gente tava fazendo a primeira parada no Pré-Caju. O cantor Edson Cordeiro, que é gay, foi genial, eu fiquei feliz e muito orgulhoso de eu estar em plena pista lá na Ivo do Prado. Começava ali no [clube] Cotinguiba o Pré-Caju, e saímos com a parada no Pré-Caju. Eu fiquei feliz, não vi briga, não vi confusão, tinha aqueles roubinhos mais leves, né? E fiquei contente e no dia eu dei entrevista. Nesse bloco tava o Dr. Almir, tinha muitas pessoas de autoridade e da sociedade que não acreditavam, achavam que era mentira, que não ia sair a parada. (PRETO, entrevista concedida em 01 mai. 2022).

É interessante observar que mesmo sob a influência da Parada de Nova York, *Preto* modificou o formato ao inserir a manifestação num evento já existente e bastante consolidado, o que justifica também a quantidade de pessoas que se fizeram presentes. Se identifica uma indignação de *Preto* perante os organizadores das Paradas por não darem continuidade ao evento que ele organizou,

Quer fazer, faça! Mas deveria dar a continuidade, eu não me lembro se eu fiz duas, se eu fiz três, eu fiz quatro, eu não me lembro. Eu até falei para uma pessoa, pro presidente do Dialogay. Eu comentei que deveria dar continuidade, não deu continuidade, a gente vai abrir a cabeça? Vai abrir a mente das pessoas? Eu queria entender o porquê das pessoas não deram a continuidade ao número de eventos onde nós organizávamos (...). As organizações devem ter somente ter sua mente em oração, em reza e pedir com todos, todas e todes hoje para que possam crescer, se desenvolver sem ter raiva, sem ódio e dar continuidade à primeira ONG que vinha fazendo um trabalho de informações, de libertação, de orientação, de família e não mudar

da maneira que querem fazer e de respeitar as demais ONGs que foram fundadas épocas atrás. Nós fomos a primeira [ONG] que deu a cara à sociedade, a igreja, a família, tomamos porrada, fomos discriminados, ameaçados de morte (PRETO, entrevista concedida em 01 mai. 2022).

O fato de não darem continuidade ao evento que foi organizado por *Preto* provocou a revolta dele, devido ao pioneirismo do Dialogay e também a atuação da ONG no estado de Sergipe, contribuindo bastante para a militância LGBT seja no enfrentamento da homofobia como também no processo da naturalização da homossexualidade. Em 2001, conforme Melo (2013), o Dialogay foi denunciado ao Ministério do Trabalho por não conseguir cumprir seus compromissos trabalhistas e teve suas portas definitivamente fechadas.

É importante salientar que, mesmo antes da sua extinção, em 1999, uma instituição voltada para o segmento trans havia sido inaugurada, a Associação de Travestis Unidas, hoje conhecida como Transunides. Ela surge num contexto preventivo do HIV/AIDS, em parceria com a Coordenação Estadual de DST/AIDS de Sergipe, sob os auspícios de uma assistente social, identificada como uma mulher cisgênero²⁸ que esteve vinculada à Secretária Estadual da Saúde naquele período. Posteriormente, outras organizações que tiveram sua origem vinculada ao Dialogay foram criadas, a exemplo da Associação Sergipana de Transgêneros, atualmente denominada ASTRA – Direitos Humanos e Cidadania LGBT no ano de 2001 e a Associação de Defesa Homossexual de Sergipe (ADHONS) em 2003.

A Parada LGBT de Sergipe é fruto do engajamento de ONGs, ativistas e militantes individuais que reivindicam melhorias para a população LGBTQIA+. A sua existência é resultado da luta do movimento homossexual que existia na capital desde os anos 80. Dentre as ONGs que surgiram após o Dialogay, a ASTRA acaba sendo uma instituição de extrema importância, pois assumiu a responsabilidade de realizar o evento que, segundo *Preto*, foi idealizado por ele, mas não reconhecido pelas outras ONGs. *Rosa*, que atualmente é uma das diretoras da ASTRA, idealizou uma outra Parada LGBT ainda no ano de 2001, no tempo que era integrante do grupo Dialogay.

No ano de 2001, eu participava como diretora do grupo Dialogay e já havia uma perspectiva de discussão sobre a realização de uma Parada no ano subsequente, que o Dialogay abandonou essa discussão. Alguns diretores da época diziam que não acreditavam muito que era possível realizar uma Parada aqui, aí também houve diálogo com outras instituições que existiam e a ASTRA estava iniciando seu processo de fundação, isso no ano de 2001. E aí no final de 2001 a gente fundou a ASTRA, que já era algo maturado desde o

²⁸ Termo guarda-chuva, ainda que estaria designando as pessoas que se identificam com o gênero que lhes foi atribuído a partir de seu nascimento, mas que não as definiriam como identidades essencializadas (JESUS, 2012).

mês de março para abril de 2001, e aí a gente teve uma perspectiva de reunir primeiro todo mundo que tinha. Nem todo mundo veio no dia, e aí a gente deixou pra novembro, e lá no primeiro dia de discussão da fundação da ASTRA houve essa perspectiva de existir uma Parada e que no ano que vem tinham me convidado para coordenar o processo pelo antigo grupo Dialogay. E aí isso na verdade não rolou, o Dialogay começou a ter alguns problemas, principalmente da ordem trabalhista, com alguns tipos de pessoas processando a instituição porque tavam trabalhando com carteira assinada e depois descobriram que tinham alguns recolhimentos não sendo feitos. Isso, na verdade, desestruturou não só essa perspectiva de Parada como o movimento todo na época. (ROSA, entrevista concedida em 13 jan. 2022)

Segundo *Rosa*, a ideia da realização de uma Parada veio a se concretizar após a vinda de Marcelo Cerqueira a Sergipe.

Marcelo Cerqueira era presidente do Grupo Gay da Bahia, e veio a Sergipe para uma reunião do antigo extinto projeto *Somos* da ABGLT. E aí teve um interesse de promover uma reunião local, onde não houve a adesão na época dos grupos que existiam. Na época existiam o Dialogay, a Unidas, a ASTRA e a Athena, na verdade eu não participei oficialmente da reunião, eu tive um diálogo com Marcelo posteriormente e ele disse que tava indo embora frustrado porque achava que ninguém iria absolver essa missão. Aí eu falei pra ele que se eu topasse ele poderia me dar o suporte técnico, porque eu era muito nova, tinha na época vinte anos de idade e tinha toda aquela vontade como movimento mas não achava que conseguiria sozinha. E aí houve a primeira perspectiva e ele disse que poderia ajudar com um projeto do Ministério da Saúde que pelo menos comportaria algum material gráfico de divulgação e o trio elétrico do primeiro ano, que foi o que aconteceu: a gente conseguiu pelo menos fazer uma Parada tímida com esse apoio. (ROSA, entrevista concedida em 13 jan. 2022)

Rosa ainda menciona que a descrença na realização do evento justificou o pouco apoio do governo do Estado.

Teve muito pouco apoio do governo do estado. Na época, o secretário da Cultura era Fabiano Oliveira e ele tinha uma sensibilidade porque já trabalhava também com o movimento estudantil que eu fiz parte por muito tempo como presidente do grêmio do Atheneu. Então isso facilitou muito essa confiança que ele tinha, porque a ideia dos gestores da época era de que a gente ia fazer um carnaval como o de Lisboa e que isso tinha que ser fechado dentro de um clube, que as pessoas iam agredir isso no espaço da Orla, e aí Fabiano foi o primeiro gestor que conseguiu discutir isso de uma forma numa perspectiva dos exemplos que já existiam, como a Parada de São Paulo e as manifestações de outros lugares do mundo, porque esses gestores achavam em 2001 que isso era irreal para o universo de Sergipe. (ROSA, entrevista concedida em 13 jan. 2002)

Vale ressaltar que essas dificuldades não fizeram que a ASTRA desistisse da realização do evento, contudo outras instituições não quiseram estar à frente para assumir essa responsabilidade

Os outros grupos não queriam assumir o pioneirismo disso porque achavam que a gente ainda não tava preparado, por ser esse grupo pequeno. Na época, alguns voluntários vieram pra ASTRA, mas outros foram pra outras instituições; quero ressaltar aqui também o apoio ímpar do grupo Athena nesse primeiro ano. Na verdade, das instituições que existiam ela foi a outra instituição que acreditou piamente no trabalho, depois o Dialogay, mesmo se esfacelando, na pessoa do presidente e de outras pessoas que apoiaram o mês final na organização, E a gente conseguiu colocar assim a primeira Parada LGBT na rua. (ROSA, entrevista realizada em 13 jan. 2022).

A primeira Parada de Sergipe ainda era denominada GLBT, pois a posição da letra L à frente do G só ocorreu na nona edição. Essa modificação foi decidida através de um polêmico debate que aconteceu na I Conferência Nacional LGBT, que, segundo Fernandes (2018), teve como intuito dar maior visibilidade às lésbicas e reconhecer as intersecções entre gênero e orientação sexual. Ainda conforme a autora, a visibilidade política das lésbicas nas Paradas do Orgulho de São Paulo só ocorreu após anos de cobrança para que a Associação da Parada do Orgulho LGBT de São Paulo (APOGLBT) modificasse o nome do evento, que até o ano de 2003 denominava se Parada do Orgulho Gay.

Desde 1997 se pedia a alteração do nome que invisibilizava os segmentos de lésbicas, travestis transexuais e bissexuais. Somente no ano de 2002 os organizadores escolheram o segmento de lésbicas para dar visibilidade, mas o tema geral não lhes dizia respeito, pois foi “Educando para a Diversidade”. (FERNANDES, 2018, p. 109)

Em Sergipe, a primeira edição foi coordenada pela ASTRA e ocorreu em 28 de julho de 2002. Esse foi um ano de alguns fatos marcantes tanto no mundo dos esportes, como a conquista do quinto título da Copa do Mundo de Futebol pela seleção brasileira, quanto no universo político, com a vitória de Luiz Inácio Lula da Silva para presidente da República do Brasil, se tornando o primeiro governante eleito de esquerda da história do país.

Por muitos anos, gays, lésbicas, travestis e transexuais sofreram com a falta de visibilidade, pois eram impedidos de se assumirem em seus espaços de vivência, fruto de uma cultura machista, heteronormativa e preconceituosa. Essa realidade pode ter diminuído, mas ainda está presente, e é na Parada que essas pessoas podem ser livres para demonstrarem o que são em sua plenitude e conseqüentemente se orgulharem da sua identidade de gênero ou de sua orientação sexual. Vale ressaltar que um aspecto oriundo das produções festivas é que estas podem surgir como resultado da visão de mundo e da ação de movimentos de militância e atuação cultural que propõem alterações em sua própria cultura. Assim como ocorre nos desfiles das escolas de samba no carnaval onde os conflitos presentes na cidade são inseridos nesses

eventos (CAVALCANTI, 1998; 2006) os repertórios do movimento LGBT se inserem na Parada, a exemplo dos temas trazidos a cada ano. Poder se assumir e não se sentir envergonhado é um incentivo presente em muitas Paradas, inclusive na de Sergipe, que em sua primeira edição trouxe o tema *Orgulho de ser Penta, Orgulho de ser Brasileir@, Orgulho de ser Sergipan@, Orgulho de ser homossexual*. Durante seus vinte e um anos de existência foram criados diversos temas.

Tabela 1 – Edições da Parada LGBT de Sergipe

Edição	Tema	Data
1 ^a	Orgulho de ser Penta, Orgulho de ser Brasileir@, Orgulho de ser Sergipan@, Orgulho de ser homossexual	28 de julho de 2002
2 ^a	Orgulho de Amar	27 de julho de 2003
3 ^a	Orgulhe – SE	25 de julho de 2004
4 ^a	Direitos Iguais, nem mais nem menos	28 de agosto de 2005
5 ^a	Nem os dedos da mão são iguais	30 de julho de 2006
6 ^a	Cidadania não rima com homofobia	19 de agosto de 2007
7 ^a	Todos São Filhos do Mesmo Criador	31 de agosto de 2008
8 ^a	Sexualidade e Gênero não distinguem a personalidade humana. Faça do respeito as diferenças sua marca registrada	30 de agosto de 2009
9 ^a	Vote em Quem Defende Você	29 de agosto de 2010
10 ^a	10 Anos na Luta por Grandes Conquistas	21 de agosto de 2011
11 ^a	Tome uma Dose de Bom Senso, Homofobia tem Cura	12 de agosto de 2012
12 ^a	Estamos em todos os lugares. Sexualidade não tem a ver com competência	11 de agosto de 2013
13 ^a	Nossa Arma na Luta por Cidadania e Respeito à Diversidade	31 de agosto de 2014
14 ^a	Nós Também Somos Família	30 de agosto de 2015
15 ^a	#15anos #História #Luta #Cidadania	28 de agosto de 2016
16 ^a	+ Amor Nenhum Direito A -	27 de agosto de 2017
17 ^a	Intolerância Gera Violência: pela diversidade, contra o conservadorismo	26 de agosto de 2018
18 ^a	50 anos de resistência, nunca foram tão necessários para nossa existência	25 de agosto de 2019

19 ^a ²⁹	Com ou sem pandemia, dê um lockdown no seu preconceito	30 de agosto de 2020
20 ^a ³⁰	Muito mais que uma festa	29 de agosto de 2021
21 ^a	Vote Colorido: Dê Vez A Nossa Voz	28 de agosto de 2022

Fonte: Elaboração do autor.

A escolha desses temas surge em reuniões entre a comissão organizadora e demais ONGs parceiras, que procuram indicar as melhores propostas sobre reivindicações de Direitos, celebrações de conquistas e fatos que são pertinentes aos LGBTQIA+, seja no cenário local ou nacional. É durante essas reuniões que os conflitos e as tensões se originam, devido às divergências de opiniões sobre os temas que devem ser escolhidos, questões essas que serão analisados no capítulo seguinte.

Desde a primeira edição, sob a coordenação da ASTRA, a Parada é realizada na Orla de Atalaia, um dos mais belos cartões postais de Aracaju e o ponto turístico mais movimentado da capital (ver figura 6).

Figura 6 – Mapa do Percurso da 18ª Parada LGBT de Sergipe



²⁹ Edição realizada no formato virtual através do canal da ASTRA no Youtube.

³⁰ Edição realizada no formato virtual através do canal da ASTRA no Youtube.

Fonte: ASTRA, 2019.

A Orla fica localizada em um bairro elitizado e a sua escolha também traz um significado de resistência, tendo em vista que ao longo dos anos a comunidade LGBT era proibida de adentrar em determinados locais públicos. Segundo Jesus (2013), “o trajeto de cada Parada é um indicativo da visão e objetivos dos organizadores”. Em entrevista realizada com uma das diretoras da ASTRA e coordenadora da Parada, que nomearemos de *Amarelo*, nota-se o quanto foi importante o evento ocorrer nesse espaço:

Eu acredito que, além do campo dos Direitos, da gente estar gritando e pedindo mais políticas públicas voltadas pra população LGBT, as pessoas podem achar que é uma coisa mínima, mas eu vislumbro a importância de naturalizar as pessoas LGBT em grupos, principalmente ali na região como a Orla. As pessoas poderem naturalizar e se misturarem, porque nossa Parada não tem só pessoas LGBT. Eu acho que um dos maiores trunfos foi poder estar quebrando isso ao longo desses anos, pra que as pessoas se sentissem mais à vontade em meio à população LGBT. Então eu acho que isso também ajuda a quebrar o preconceito, naturalizando que pessoas LGBT podem estar em todos os espaços e inclusive em grande bando pra estar fazendo as suas manifestações políticas e culturais num espaço de grande visibilidade turística como a Passarela do Caranguejo e a Orla de Atalaia. (AMARELO, entrevista concedida em 03 nov. 2021).

O ponto de concentração é a Passarela do Caranguejo, localizada no final da Orla, próximo aos restaurantes. Um deles é o Bar da Amanda, como consta no mapa do percurso da 18ª edição, a última a ser realizada presencialmente antes da Covid-19. Normalmente o horário divulgado para início do evento são às 14hs, porém, é no final da tarde que os trios se movimentam e seguem o percurso até às 21hs.

Mesmo com diversas Paradas sendo realizadas em outras capitais, trazer esse evento para Aracaju não seria uma tarefa fácil. Apesar dos debates envolvendo questões de gênero e sexualidade já estarem presentes na capital desde a década de 1980, através do movimento homossexual (em especial pelo grupo Dialogay), também foram muitos os crimes violentos perpetrados contra homossexuais nesse período e nos anos 1990.

Apesar de Aracaju ter estado na vanguarda de muitos acontecimentos sobre gênero e sexualidade, especialmente potencializado pelo Dialogay e pelas políticas de saúde em relação à AIDS, a realização do evento numa cidade onde se presenciava tamanha violência contra essa população tornou-se uma tarefa desafiadora, principalmente ao se tentar convencer a sociedade de que não se tratava de um baile de carnaval, mas sim de uma manifestação que reivindica Direitos fundamentais, como a liberdade de ser quem se é sem que isso lhe custe sua vida. Com muita determinação e coragem, o movimento LGBT de Sergipe convidou toda a sociedade

sergipana parar brindar a diversidade na primeira edição da Parada, tendo como tema a valorização da identidade homossexual (Ver figura 7).

Figura 7 – Cartaz da 1ª Edição da Parada do Orgulho GLBT de Sergipe

Orgulho de ser Penta
Orgulho de ser Brasileiro@
Orgulho de ser Sergipan@
Orgulho de ser Homossexual
 I PARADA DO ORGULHO GLBT DE SERGIPE
 Venha brindar a diversidade.
28 de julho(domingo) às 14h na Orla
 (Concentração na Passarela do Carangueijo)
USE CAMISINHA!

ORIGEM DAS PARADAS GLBT NO MUNDO HISTÓRICO
 Numa histórica noite de 28 de junho de 1969, frequentadores do bar gay *Sthonewall Inn*, em *Greenwich Villagem* em Nova Iorque, reagiram à polícia local dando um basta a violência, exploração, humilhação, discriminação e preconceito a que vinham sendo submetidos.
 Entretanto, temos depois, um grupo de militantes da "*Front of Liberation Gay and Lesbian*" da mesma cidade, propôs na revista "*Come Out*" que a data fosse reconhecida como O Dia do Orgulho Gay. Desde então, a data é lembrada e festejada no mundo inteiro.
 Nesta data além de mostrar seu orgulho, os homossexuais aproveitam para solicitar direitos iguais publicamente. Nas principais cidades do mundo milhares de pessoas saem às ruas em grandes passeatas, como ocorreu recentemente em São Paulo.

I PARADA GLBT DE SERGIPE
 A Associação Sergipana de Transgêneros (ASTRA), tem o maior orgulho em estar organizando a Parada GLBT em nosso Estado, por isso faça deste dia uma festa. Não imporá a sua "Expressão Sexual", vamos nos unir para que a Inclusão Social seja o nosso maior Orgulho.

PATROCÍNIO
 MINISTÉRIO DA SAÚDE
 Coord. Nac. DST E AIDS

APOIO
 Boate Notivagu's, Caliel Uniformes, Em Liberdade Axé Quizomba, Alga, Unidas, Apa-Plus, Dialogay, GHB, Federação das Mulheres de Sergipe, USES, UMESA.

NÃO JOGUE ESTE PANFLETO EM VIAS PÚBLICAS!

Realização:
Associação Sergipana de Transgêneros
 Rua Santo Amaro, 745 Galeria WR, 2º andar sala 07
 Centro Aracaju Sergipe CEP 49020-290
 E-mail: astransgeneros@bol.com.br

Fonte: ASTRA, 2002.

Mesmo diante das dificuldades, a ASTRA realizou a I Parada GLBT de Sergipe, sendo patrocinada pelo Ministério da Saúde e pela Coordenação Nacional de DST/AIDS, além do auxílio de alguns apoiadores, como a Boate Notivagu's, Caliel Uniformes, Em Liberdade Axé Kizomba, Unidas, Apa-Plus, Dialogay, GHB – Grupo Homossexual do Bugio, Federação das Mulheres de Sergipe, USES – União Sergipana de Estudantes Secundários e UMESA – União Metropolitana dos Estudantes Secundaristas de Aracaju. No evento, um símbolo do movimento LGBT se fez presente, uma bandeira de 40 metros com as cores do arco-íris. A importância simbólica da bandeira é oriunda dos valores que a comunidade LGBT impuseram a ela, se tornando um símbolo de resistência. Esse simbolismo, segundo DaMatta (1997), é a dramatização do poder como elemento totalizador de um sistema frequentemente carente de centro e fragmentado em suas leituras de experiência.

Nesse sentido, Turner (2017) aponta que os símbolos são entidades dinâmicas, e não signos cognitivos estáticos; adquirem seus padrões através de eventos e são modelados pelas paixões das relações humanas, na amizade, na sexualidade e na política. Já Sahlins (2008) afirma que os símbolos são sintomas, diretos ou mistificados, da verdadeira força das coisas:

“A cultura pode até estabelecer condições para o processo histórico, mas é dissolvida e reformulada na prática material, de modo que a história se torna a realização, na forma de sociedade, dos recursos efetivos que as pessoas colocam em jogo” (SAHLINS, 2008, p. 27).

A edição do ano de 2002 contou com alguns militantes, como Marcelo Cerqueira, do Grupo Gay da Bahia – GGB. Além disso, houve apresentações e performance de drags queens, a exemplo de Karolayne Principal, a primeira Drag da Parada (ver figura 8), e shows das bandas Viva Aragão e Juventude do Samba.

Figura 8 – Matéria sobre a Primeira Parada LGBT de Sergipe



Fonte: Jornal Gazeta de Sergipe, 2002.

Há duas décadas, a Parada LGBT de Sergipe celebra o orgulho das diversas identidades associadas à gênero e sexualidade, além de exigir o respeito da sociedade. Mesmo que esse evento seja marcado por trios elétricos e músicas, trazendo a impressão de que é apenas uma festa, existe também um enorme cunho político. É através da Parada que direitos podem ser reivindicados, podendo conscientizar as pessoas de que o preconceito contra a comunidade LGBTQIA+ ainda existe e precisa ser erradicado.

3. “NÃO HÁ REVOLUÇÃO SEM MOVIMENTO”: DISPUTAS E TENSÕES EM TORNO DA PARADA LGBT DE SERGIPE

Neste capítulo pretendo apresentar algumas disputas e tensões que ocorreram entre militantes durante o planejamento e a execução da Parada. Como abordei anteriormente, transporto-me à teoria turneana para a construção desse evento e, ao examinar os dramas sociais, identifiquei as arenas em que eles se manifestam, seja nas reuniões que ocorreram na sede da ASTRA ou até mesmo na rua, que é o espaço onde a Parada se materializa. Turner (2017) define *arena* como um cenário para a interação antagonística cujo intuito é chegar a uma decisão publicamente reconhecida, que dá início à fase final de um drama social. Segundo o autor, o drama social possui quatro fases de ação pública observáveis, sendo elas:

1. A *Ruptura* de relações sociais formais, regidas pela norma, ocorre entre pessoas ou grupos dentro do mesmo sistema de relações sociais (...). Tal ruptura é sinalizada pelo rompimento público e evidente, ou pelo descumprimento deliberado de alguma norma crucial que regule as relações entre as partes.
2. Após a ruptura de relações sociais formais, regidas pela norma, vem uma fase de *crise* crescente, durante a qual há uma tendência de que a ruptura se alargue, ampliando-se até se tornar tão coextensiva quanto uma clivagem dominante no quadro mais amplo de relações sociais relevantes ao qual as partes conflitantes ou antagônicas pertencem.
3. A *ação corretiva*, no intuito de limitar a difusão da crise, certos “mecanismos” de ajuste e regeneração, informais ou formais, institucionalizados ou ad hoc, são rapidamente operacionalizados por membros de liderança ou estruturalmente representativos do sistema perturbado.
4. A última fase que resalto consiste seja na *reintegração* do grupo social perturbado ou no reconhecimento e na legitimação social do cisma irreparável entre as partes em conflito (TURNER, 2017, p.33-36).

Durante as entrevistas que realizei com militantes, ficou bastante perceptível a ocorrência da ruptura de uma ONG que fazia parte da construção da Parada. Em determinada reunião, ocorreu uma divergência de opiniões que gerou um conflito e conseqüentemente o afastamento dessa instituição.

A competitividade entre ONGs existe desde o período da epidemia da HIV/AIDS porque haviam disputas pelos projetos que poderiam beneficiá-las (SIMÕES e FACCHINI, 2009). Dessa forma, essas ONGs estariam suscetíveis a embates e tensões, seja pelo protagonismo como também pela sobrevivência. Sem dúvida, qualquer ONG que fosse a responsável pela Parada teria destaque, já que era um evento que se espalhava por todo o país. Contudo, também haveriam dificuldades, pois nunca foi realizado um evento desse porte no Estado, motivo pelo qual umas das diretoras da Associação de Travestis e Transsexuais Unidas na Luta pela Cidadania (UNIDAS), que nomearei de *Marrom*, não aceitou o desafio.

Hoje *Rosa* é a percussora da Parada, a gente até tem que dizer que ela é uma guerreira, porque a gente sabe que é tanta dificuldade, mas ela está ali lutando e consegue botar a Parada na rua. Logo no início desse projeto, a gente foi convidada para participar, a UNIDAS sendo a organizadora da Parada, mas a gente se deu conta de que era uma coisa que não era muito fácil, você sabe que tem dificuldades. Hoje, com esse desgoverno que a gente tá aí muitas coisas mudaram e a gente não sabe como é que vai ser. A gente fica às vezes até desacreditada das coisas, eu não sei como é que eu ia estar, se ia dar conta, se ia continuar. Então eu digo que ela é uma guerreira, que está à frente e não é fácil. Eu sei muito bem porque eu sou de uma organização, mas na minha opinião eu acho que precisava novamente haver uma coisa mais elaborada nesse projeto, algumas mudanças para que viesse de fato beneficiar dentro das políticas públicas o direito das pessoas trans. (...) Luiz Mott fez o convite para que a Parada fosse organizada pela gente, mas avaliamos e vimos que tinha outras demandas, outras coisas. Fazíamos seminários na semana de visibilidade trans, a gente saía nas unidades de saúde visitando, saber como era o atendimento com essas pessoas, porque é uma pauta que eu abraço. (MARRON, entrevista concedida em 17/11/2021).

Apesar de reconhecer o quanto é difícil realizar a Parada, *Marrom* sinaliza que devem ocorrer mudanças para que o evento possa beneficiar as pessoas trans. Essa é uma insatisfação de algumas lideranças trans, pois entendem que o movimento não é de fato LGBT e sim GGGG (gay, gay, gay e gay), por terem dado visibilidade apenas às pautas gays, inclusive nas construções das Paradas. Essa é uma visão que foi apontada pela vereadora trans Linda Brasil, a candidata mais bem votada de Aracaju nas eleições de 2020.

Linda é uma educadora, política e ativista transfeminista pelos direitos humanos e da comunidade LGBTQIA+ de Sergipe e fundadora da associação AMOSERTRANS – Associação e Movimento Sergipano de Transexuais e Travestis. Ela também é fundadora da CasAmor Neide Silva, que é uma organização sem fins lucrativos criada em 2017, localizada em Aracaju e financiada pela sociedade civil com o intuito de funcionar como um centro de amparo à comunidade LGBTQIA+ em situação de vulnerabilidade social. Linda, que é filiada ao PSOL, recebeu 5773 votos em 2020 e foi eleita a primeira mulher trans e a mais bem votada para um cargo público parlamentar em Aracaju. Em 2022 realizou outro marco histórico ao ter êxito na disputa eleitoral por uma cadeira na Assembleia Legislativa de Sergipe, recebendo 28.704 votos e sendo a primeira mulher trans da história sergipana a ocupar um cargo de deputada estadual.

No que tange às pautas trans, Linda afirma que existia uma invisibilidade, inclusive na construção das Paradas.

Quando eu entrei na Universidade Federal de Sergipe é que eu percebi que o próprio movimento invisibilizava algumas pautas, principalmente em relação as mulheres trans e travestis, e eu comecei a me conscientizar. Eu procurei a

organização para levar essa pauta, foi o tema que a gente sugeriu que virou o projeto de Lei João Nery, que é o projeto de identidade de gênero. (...) Então, pensando nisso, nessa diversidade, a gente do movimento trans/travesti começou a fazer uma crítica, porque acabou sendo o movimento GGGG que muitas das vezes privilegiava só algumas pautas, como o casamento, e não contemplava as pautas das travestis que queriam oportunidade de empregabilidade, queriam sobreviver e mais. Vamos supor a criminalização da homofobia: a gente percebia que no início da Parada, era “Parada Gay” e o termo “Gay” de uma certa forma invisibilizava as pautas, a bissexualidade, das lésbicas, principalmente das pessoas trans; é importante a gente colocar as letrinhas LGBTQ, pra saber que há uma diversidade dentro dessa diversidade. E isso começou a partir desse movimento de empoderamento de algumas travestis, que começaram a entrar na Universidade e questionar: “por que Parada Gay?” “Porque só homofobia?”. Elas fizeram algo que pra mim foi fundamental: uma crítica, não da Parada, porque a Parada acaba sendo um resultado de um movimento; eu falo desse todo movimento de auto organização das pessoas LGBT que as vezes culmina na organização da Parada. A organização da Parada exige uma soma de vários coletivos, instituições, ONGs que pensam a Parada, mas se você pensava uma Parada numa perspectiva gay, branca, elitizada como acontece e que ficou muito mercantilizada como a de São Paulo, acaba invisibilizando. (BRASIL, entrevista concedida em 17 nov. 2021)

O empoderamento das pessoas trans pode ter aumentado no contato com as universidades, porém, antes mesmo da primeira Parada ocorrer no Brasil já havia entidades que se preocupavam com as pautas desse segmento. Um exemplo é a ASTRAL – Associação das Travestis e Liberados do Rio de Janeiro, a primeira organização política de travestis da América Latina e a segunda do mundo fundada em 02 de maio de 1992, que nasceu da necessidade de organização das travestis em resposta à violência policial, principalmente nos locais tradicionais de prostituição na cidade, como a Lapa, a Central do Brasil, Copacabana e a própria Praça Mauá (CARVALHO, 2011). A instituição desenvolveu atividades em encontros voltados para travestis e transexuais que atuavam na luta e prevenção à AIDS; além disso, destaca-se a ENTLAIDS - Encontro Nacional de Travestis e Transexuais que atuam na Luta contra a AIDS. Nesses congressos se reivindicava mudanças nas ações de segurança pública, acesso à educação e ao mercado de trabalho, além de debaterem questões relacionadas aos serviços de saúde (SIMÕES e FACCHINI, 2009). Em seguida surgiram a Associação das Travestis de Salvador (ATRAS) e o Grupo Filadélfia de Santos, em 1995; e posteriormente o Grupo Igualdade, em Porto Alegre, e a Associação das Travestis na Luta pela Cidadania (UNIDAS) em Aracaju, em 1999. Já as entidades nacionais foram criadas no começo do século XXI, sendo elas: Articulação Nacional de Travestis, Transexuais e Transgêneros (ANTRA), que foi formada no ano 2000 durante o X Encontro de Gays, Lésbicas e Travestis; a Rede Trans; e o Instituto Brasileiro de Transmasculinidade (IBRAT) (JESUS, 2018).

Em relação à mudança na nomenclatura da Parada, é interessante observar que o acréscimo se deve pela luta das pessoas trans, que precisaram diferenciar orientação sexual de identidade de gênero para serem visibilizadas. Esse debate provocou resistência dentro e fora do movimento, tendo em vista que algumas lésbicas já chegaram a questionar a legitimidade da reivindicação de atendimento de travestis em enfermarias femininas (SIMÕES e FACCHINI, 2009).

No que tange à construção da Parada de Sergipe, existe uma tendência em reproduzir o tema que é apresentado na Parada de São Paulo, como ocorreu nas edições de 2004, 2005, 2007, 2010, 2012, 2019 e 2022 de Sergipe. Contudo, isso não é uma regra e mesmo que tentem generalizar todas as Paradas como eventos mercadológicos, a de Sergipe se diferencia por priorizar a parte política do evento, tema que será melhor discutido no último capítulo. Sobre as tensões que cercam a sua realização, o episódio apresentado por Linda, referente ao tema que foi sugerido para determinada edição, é bastante relevante, pois gerou discussões entre os envolvidos, e conseqüentemente o afastamento de militantes nas edições futuras.

O desentendimento ocorreu na 13ª Parada, em 2014, um ano depois da criação do projeto de lei 5002/13, com o nome de João W. Nery – Lei de Identidade de Gênero, que teve como objetivo garantir o direito do reconhecimento à identidade de todas as pessoas trans no Brasil, sem necessidade de autorização judicial, laudos médicos ou psicológicos, cirurgias, hormonioterapias. A lei acabou sendo o tema das Paradas de Orgulho LGBT de Salvador e Belo Horizonte, sendo evidenciada em São Paulo. Já em Sergipe a escolha foi “*Nossa arma na luta por cidadania e respeito à diversidade*”, em alusão às eleições que estavam ocorrendo naquele período. Dentre as diversas ONGs e coletivos que participaram desse processo, destaco a AMOSERTRANS, que havia acabado de ser fundada e tinha Linda Brasil como integrante. A divergência quanto ao tema que deveria ser escolhido e os posicionamentos de que o movimento seria GGGG causaram o rompimento da parceria com a ONG que coordenava o evento. Uma das atuais integrantes da AMOSERTRANS, que nomearemos como *Violeta*, afirmou que o debate político-ideológico fez com que a instituição caminhasse separadamente.

A AMOSERTRANS nasceu com a ideia de levar a discussão das pessoas trans para fora do nicho LGBT, porque o que a gente via nos movimentos LGTBs, as reuniões, os eventos, era nós discutindo para nós mesmos. A AMOSERTRANS cresceu com essa ideia de fazer essa expansão de sair do nicho de discutir a Parada e discutir saúde, não parar. A gente reconhece a importância de continuar esse processo, mas alguém precisava ocupar outro campo, porque já tinha muita gente falando sobre ISTs, sobre saúde da população LGBT e não tinha gente falando na época sobre empregabilidade, falando sobre o direito a estudar, sobre o acesso ao direito ao nome social,

acesso aos banheiros. Enfim, era uma pauta pouco abordada na época, eu lembro que a gente fazia duras críticas ao movimento GGGG e hoje a gente entende que foi um processo histórico assim de todo movimento LGBT nacional. A gente trouxe uma palestrante de São Paulo e teve um problema com ela na mesa quando ela fez uma crítica ao movimento GGGG e algumas pessoas que estão na organização da parada começaram a questionar, aí houve todo aquele mal estar. Foi o que aconteceu para a AMOSERTRANS não participar da construção dos eventos e a gente decidiu seguir o nosso caminho. Nosso primeiro projeto da semana da visibilidade trans é pensar em levar o debate para dentro da universidade, então a gente conseguiu nessa construção debater com a universidade, debater com a sociedade em geral e seguimos. Hoje a gente está nesse processo inverso de reconhecer a importância e a resistência do movimento que é a Parada, mas a gente também reconhece que houve mudanças pela crítica que a gente fazia, através da crítica que te falei, da invisibilidade das pautas das pessoas trans, por exemplo. Foi um dos grandes motivos da gente ter gerado esse mal estar, quando a gente começa a cutucar na feridinha, e dizer: "olha, o movimento LGBT só está dando seguimento a uma sigla", quando a gente começou a questionar isso houve atrito, mas hoje a gente identifica que isso é importante porque os próprios movimentos fizeram essa autorreflexão. (VIOLETA, entrevista concedida em 17 nov. 2021)

Desde a primeira edição da Parada LGBT de Sergipe não existe um tema exclusivo para o segmento trans. Pude observar que a prioridade dos coordenadores sempre foi criar um *slogan* que contemplasse toda a comunidade, mas as especificidades de cada segmento podem ser discutidas em atividades inseridas no Circuito do Orgulho, a exemplo do *Bate Papo da Cidadania*, que na edição criticada por *Violeta* abordou a importância do Projeto de Lei “João W. Nery” sobre identidade de gênero (figura 9).

Figura 9 – Cartaz da 13ª Parada LGBT de Sergipe

13ª Parada LGBT de Sergipe

Circuito do Orgulho 2014

Nossa arma na luta por cidadania e respeito à diversidade

31 de agosto, 14 horas. Orla de Atalaia

USE CAMISINHA SEMPRE

04 DE AGOSTO – Lançamento oficial da 13ª Parada LGBT de Sergipe. Local: Sociedade Semear (Rua Leonardo Leite, 148 – São José – Aracaju, SE). 19h às 22h.

11 DE AGOSTO – Pit-Stop: panfletagem e performances no Calçadão da Laranjeiras com São Cristóvão (Centro – Aracaju, SE). 16h às 18h.

13 DE AGOSTO – Bate-papo da Cidadania. “Adolescentes LGBT x Exploração Sexual: Uma Questão a Ser Discutida”. Local: Sociedade Semear (Rua Leonardo Leite, 148 - São José – Aracaju, SE). 19h às 22h.

18 DE AGOSTO – Pit-Stop: panfletagem e performances no Calçadão da 13 de Julho (Aracaju, SE). 19h às 21h.

20 DE AGOSTO – Dia da Diversidade Sexual* no Conjunto Augusto Franco (Aracaju, SE)**.

23 DE AGOSTO – Dia da Diversidade Sexual* no bairro Santos Dumont (Praça Ulisses Guimarães – Aracaju, SE)**.

23 DE AGOSTO – Pit-Stop: panfletagem e performances no bairro Santos Dumont (Praça Ulisses Guimarães – Aracaju, SE). 19h às 21h.

24 DE AGOSTO – Dia da Diversidade Sexual* no Fest Gay do Médici (Conjunto Presidente Médici – Aracaju, SE)**.

26 DE AGOSTO – Dia da Diversidade Sexual* no bairro Porto Dantas (Aracaju, SE)**.

27 DE AGOSTO – Bate-papo da Cidadania. “Importância do Projeto de Lei ‘João W. Nery’ Sobre Identidade de Gênero”. Local: Sociedade Semear (Rua Leonardo Leite, 148 - São José – Aracaju, SE). 19h às 22h.

28 DE AGOSTO – Lançamento do projeto II Ciclo de Seminários Sobre a Diversidade Sexual: “Jovens LGBT Orgulho de Ser, Respeito e Igualdade”. Local: Conservatório de Música de Sergipe (Rua Boquim, 313 – Centro – Aracaju, SE). 19h30 às 21h.

29 DE AGOSTO – Dia da Visibilidade Lésbica. Local: SINDIPETRO (Rua Siriri, 615 – Centro – Aracaju, SE). 13h às 19h.

29 E 30 DE AGOSTO – Seminário “Saúde, Prevenção e Cidadania”. (Aracaju, SE)**.

31 DE AGOSTO – 13ª Parada LGBT de Sergipe. Orla de Atalaia (Aracaju, SE). A partir das 14h.

05 DE SETEMBRO – Dia da Diversidade Sexual* no bairro Santa Maria (Aracaju, SE)**.

06 DE SETEMBRO – Dia da Diversidade Sexual* no bairro Industrial (Aracaju, SE)**.

14 DE SETEMBRO – Dia da Diversidade Sexual* no Fest Gay do Bugio (Conjunto Bugio – Aracaju, SE)**.

16 DE SETEMBRO – Dia da Diversidade Sexual* no bairro América (Aracaju, SE)**.

(*) O Dia da Diversidade Sexual é uma programação cultural e educativa diversificada, com realização de testes rápidos de hepatites e HIV, em parceria com a equipe da Coordenação Municipal de DST/AIDS de Aracaju.

(**) Para saber locais e horários, ligue para a Astra: (79) 3041-1303.

Fonte: Acervo da ASTRA, 2014.

Seria um tanto contraditório uma liderança trans não procurar ou priorizar o público ao qual faz parte. Acredito que a partir do momento que a ASTRA deixou de atender apenas o universo “T” e abrangeu os gays, lésbicas e bissexuais, o seu objetivo se tornou um pouco mais difícil de ser atingido, mas existiram ações que beneficiaram e que tornaram as pessoas trans protagonistas.

Em 2009 ocorreu em Aracaju o VI Encontro do Nordeste de Travestis e Transexuais, onde foram abordados diversos temas, como a geração de empregos, planos de enfrentamento das IST/AIDS, transfobia, cirurgia de transgenitalização e redução de danos (MELO, 2013). No ano seguinte, esse segmento teve uma grande conquista, que foi a criação da Lei 3.963 de autoria do Defensor Público Elber Batalha Filho³¹, que dispõe sobre a inclusão e o uso do nome social de pessoas travestis e transexuais nos registros municipais relativos a serviços públicos prestados no âmbito da administração direta e indireta do município de Aracaju. A ASTRA criou um folder explicando a existência da lei (Figura 10).

Figura 10 – Folder sobre a Lei 3.963/2010

³¹ Elber é advogado, filiado ao PSB e começou a vida política nos movimentos estudantis universitários. Foi eleito vereador de Aracaju e iniciou em 2007 a carreira de defensor público. Em 2011 assumiu a Secretaria de Estado do Turismo e deixou a pasta em 2014. Também foi Secretário de Estado da Cultura em 2015.



Fonte: Acervo da ASTRA, 2010.

Nesse mesmo ano, Aracaju sediou o XVII ENTLAIDS, que teve como tema “A conquista da cidadania pelo fim da transfobia”, sendo uma oportunidade de reunir pessoas trans para conhecer as experiências locais, bem como elaborar propostas para se tornarem políticas públicas ao segmento trans em âmbito nacional (figura 11).

Figura 11 – Cartaz do XVII ENTLAIDS



Fonte: Acervo da ASTRA, 2010.

Sobre as divergências que existem na construção da Parada, uma das coordenadoras do evento afirma que elas sempre foram tratadas com respeito e através do diálogo.

Existiram durante esses vinte anos divergências políticas, isso é natural. As pessoas falam "ai, tem que haver união", gente, vamos parar pra entender que no mundo unanimidade é burrice também viu, as pessoas têm que divergir, a divergência constrói outros olhares, então eu não acho nem prejudicial quem não quis caminhar algum ano e se posicionou de alguma forma e em outro ano veio caminhar. Eu só não acho justo quem não caminhou porque não queria ter trabalho na somativa, na participação. Também gosto de ser verdadeira, tem muita crítica, então muitas vezes tem um apontamento de outro caminho, porque eu acho que você também tem que visibilizar se o caminho não é legal, qual é a proposta que você dá. Então a gente sempre teve aberto pra isso e as vezes não existiu isso, mas existiu em alguns anos alguma entidade que não participou, entidades que se formaram e participaram em um ano e no outro disseram que não gostariam mais de participar, mas também não nos trouxe documentalmente nenhum tipo de razão ou questionamento plausível documental que viesse macular algum tipo de postura que a gente teve que afastou essa instituição. Mas o que eu acho bom ressaltar é que a maioria dessas instituições sempre esteve nessa construção e que tiveram entidades ali que participaram de 18, 17, 16 anos, entidades que estão participando desde que foram fundadas, que foram fundadas depois que a Parada começou a existir e que a gente começou a construir esse caminho, então divergências sempre vão existir e elas sempre foram tratadas muito no campo do respeito e no diálogo. (ROSA, entrevista concedida em 13 jan.2022)

Nesse relato, percebe-se que embora as entidades tenham um papel muito importante como parceiras apoiando o evento, o afastamento de uma ou outra não seria um problema, já que a maioria permaneceria nesse processo. A fala expõe que as entidades precisam da Parada e não o inverso. Dessa forma, não seria estranho que determinada entidade, ao romper com essa parceria, não apontasse os motivos, tendo em vista que não faria diferença, principalmente quando se deram conta de que as ideias que prevaleceriam seriam de quem coordena o evento, conforme relato de uma das coordenadoras que contribuiu bastante em algumas edições do evento, a qual nomearemos de *Branco*.

Cada um quer fazer de um jeito, e tem gente que só quer fazer de outro, mas no final quem dá a palavra final você sabe quem é (risos). Então meio que não adiantava muito você ter muito ideia da coisa, do que poderia ser feito, porque já era uma coisa esquematizada, porque se não tivéssemos reuniões, mas era mais na cabeça de *Rosa* (risos) como seria. Por mais que a gente decidisse, a gente deixava acontecer assim, entendeu? Mas a gente participava de certa forma. (BRANCO, entrevista concedida em 17 jan. 2021)

Por já entender como funcionava esse processo construtivo a partir da sua participação na coordenação, e ao identificar que era uma situação imutável, *Branco* preferiu adotar uma postura de conformismo, e defende principalmente quando há divergência entre quem coordena e quem é parceiro.

Como a gente organizava, então a gente que tinha ter sempre a última palavra e a gente abria pra que eles participassem e eles ajudavam muito no circuito.

Na Pré-Parada – eu vou dizer Pré-Parada porque são os eventos prévios e eles ajudavam muito – a gente colocava as responsabilidades deles mas o evento, a Parada, a gente precisava de certa forma ter os méritos disso, não deixando eles de fora, até porque Parada não é feita só por uma ONG, a gente sabe que a gente precisa do apoio de todos, mas quem corre atrás, quem começou, idealizou, querendo ou não foi a ASTRA, então eu até acho justo que a gente desse a última palavra. (BRANCO – Entrevista concedida em 17/01/2021)

O protagonismo da ASTRA na criação do evento se torna uma característica importante diante da tomada de decisões. Além disso, *Verde*, que é um militante com uma larga experiência na construção da Parada, afirmou que as ideias que eram trazidas pelo corpo diretivo da ASTRA já vinham prontas porque as pessoas que participavam não tinham conhecimento técnico como eles tinham.

Gente que dizia: “ah, a ASTRA já traz a coisa pronta, todas as opções foram trazidas”. Havia o espaço de você colocar uma pauta nova, mas as pessoas que participavam dali não tinham conhecimento técnico como o corpo diretor da ASTRA trazia. Eu vou citar um exemplo: “Vamos reivindicar a saúde pública dos gays”. Essa é uma causa muito genérica. O que você tá dizendo exatamente? Aí essa pauta ia seguir e passar naquele seminário, só que quando chegasse lá no poder público eles iam perguntar: “Que saúde é essa? O que é que vocês tão falando aqui?”. Então tem que ser mais específico, como, por exemplo: um trabalho na conscientização sobre a distribuição das camisinhas para os gays do Bugio. Então tinha que ser uma coisa mais focada. Algumas já traziam, outras já eram reprovadas por isso. A reprovação de algumas era justificada, mas a de outras não, porque as vezes não tinha tempo, porque eram questões muito pueris, eram pra ser tratadas e atendidas a posteriori e não eram, havia as relações de poder. Tinham discussões e embates, porque é como se faz democracia, não há revolução sem movimento. Tem que ter movimento pra ter desconstrução, eu acho que tinha tudo isso. No início eu achava que não era interessante, mas depois você amadurece e vê que é preciso! (VERDE, entrevista concedida em 17 nov. 2021)

As divergências que geram os desentendimentos e conflitos ocorrem tanto no processo de criação, a exemplo do que aconteceu com a escolha de temas, quanto no processo de execução, muitas vezes motivados por questões políticas, mas também por vaidade pessoal. Um episódio que aponta essa afirmação é relatado através da entrevista realizada com *Vermelho*, uma militante que era membro do Grupo Athena de Sergipe, sempre esteve bastante engajada com o movimento, e desde a primeira edição da Parada integra a coordenação do evento.

Um dia aconteceu de um presidente de ONG (risos) ter conseguido um trio e no dia da avenida, eu acho que tava fechado em cinquenta de ajuda de custo pra segurança ou era o pessoal da bandeira ou coisa assim, mas não saiu esses cinquenta. E a pessoa falou: “O que é que eu falo com o pessoal? E além desse pessoal eu trouxe um trio!”. E o que essa pessoa fez? Encrencou com o cara do trio: “eu vou cumprir porque é contrato e eu tenho que seguir”. Mas essa pessoa foi de um nível de entrar lá atrás do trio, na parte mecânica de alimentação da caixa de som, então desconectou e sumiu com aquilo e o

motorista não tinha como andar, não tinha como ligar. Então eu acho isso uma pequenez absurda. (VERMELHO, entrevista concedida em 06 nov. 2021)

A partir do momento em que o presidente da ONG tem essa atitude, percebe-se que o individualismo impera sobre a coletividade. As atribuições que são divididas entre os organizadores e apoiadores no dia do evento geram situações de *stress*, porque nem sempre o que foi planejado nas reuniões acaba ocorrendo e quando a ajuda que deveria existir para a solução de um problema não aparece, o apoiador que é responsável por determinada tarefa se vê desesperado e comete uma ação extremamente individual e egoísta como forma de se vingar daquela pessoa que não pôde auxiliá-lo. A vaidade se manifesta quando o apoiador expõe que os materiais e objetos que foram obtidos são frutos do seu empenho e que por isso qualquer dificuldade que possa ocorrer deve ser sanada. Tal afirmação é exemplificada por *Vermelho*.

Essa questão da vaidade institucional de pessoa enquanto líder da sua ONG, uma vaidade “eu posso, eu consegui, só aconteceu porque EU”, esse “eucentrismo” existe muito. E também vinha essas questões pessoais e particulares pelo comportamento da *Rosa*, que levou a muito anos não estatutariamente sempre a presidência da ASTRA. Existem regras pra isso, mas existia essa dificuldade. As pessoas não entendiam porque eu cansava de dizer: “a ASTRA sozinha ou a *Rosa* sozinha não faz Parada, só faz com todo mundo” aí esse todo mundo também falava assim: “ah, ela sempre ganha o bônus e a gente nunca é visto, a gente sempre é marginalizado”. Só que isso não é uma realidade, isso é uma visão. Não sei o termo pra dar, mas é uma visão de uma pessoa que se sente inferior (...). A Parada só acontece porque a *Rosa* tá lá na frente e tem o nosso apoio, porque se a gente não tiver aqui também não acontece, porque se ela for sozinha atrás disso, por mais que ela tenha estrutura, trio, quem vai executar? Ela sozinha vai conseguir? Vai chamar os amigos do Atheneu, de colégio? Vai botar a mãe, a prima o irmão pra puxar trio elétrico? Então foi demorado esse processo e ainda é, a gente ainda bate muito nessa tecla, principalmente essa vaidade pessoal de que “eu consegui, eu posso, eu tô lá”. (VERMELHO, entrevista concedida em 06 nov. 2021)

A busca de recursos para o evento gera muitas tensões, pois essa vaidade institucional que é citada por *Vermelho* se relaciona também com os apadrinhamentos políticos. Diferentemente de outras Paradas, a de Sergipe não é realizada com o apoio de patrocinadores, já que a imagem que a coordenação quer passar é de que o evento não é apenas uma festa, como acontece com a de São Paulo. E esse posicionamento dá liberdade para, que num momento como o que vivemos, onde ocorrem diversos retrocessos nas pautas LGBTQIA+, os organizadores possam assumir um direcionamento político, o que não ocorreu na Parada de São Paulo, quando a presidente do evento Claudia Garcia proferiu a seguinte frase: “Não vou puxar

nem 'Lula Lá' nem 'Fora Bolsonaro'³², alegando que respeitava o voto de todos, pois há bolsonaristas na comunidade.

A Parada LGBT de Aracaju é totalmente embasada por órgãos governamentais, então existe essa dependência partidária forte, apesar da Parada em si ser apartidária. Tanto é que vem coisa do partido A, do partido B, de onde for, existe ainda as suas ONGs parceiras que têm esse apadrinhamento muito forte e querem estar com seu nome em destaque pra poder fazer vez a essa base política: “eu quero que o meu nome esteja lá, que você reconheça que eu consegui pra poder me manter seja no cargo CC, seja o meu apadrinhamento” (...). Então é isso, depende do governo, é uma Parada estressante, você cria esse atrito pessoal mesmo, a pessoa em si sob pressão fica nervosa, fica impaciente e fala coisas que não queria falar pra amigos que muitas vezes. Um exemplo: o *Azul*, ele é muito amigo nosso, amigo de pessoa que a gente ama, mas aí vêm essas questões políticas muito antes dele entrar no governo, muito antes já existia isso da ONG dele. Então já existia essa questão da vaidade enquanto militante *Azul*, e aí veio o representante do governo *Azul*. Então ele tem essa dificuldade de administração de cargo com a pessoa amiga. Tem momentos que você tem que largar o cargo e, enquanto gay que é e amigo e participante desde o início da construção, tirar um pouco essa vaidade, tirar um pouco esse cargo e falar: “Amiga, vamos lá, assim, assim, assim. Cabeças vão rolar, eu não gostaria que a minha rolasse, eu pago minhas continhas, eu tenho meu cartão da Renner pra pagar, vamos fazer um negócio suave”. Não, perde-se o controle emocional, agride-se o outro, xinga o outro com coisas que não gostaria de se falar, o outro também fala coisas que também não gostaria de ouvir nem de ter falado, e nesse desgaste acontece a desvinculação real de determinadas ONGs que faziam um papel muito importante e fundamental na Parada e que não foi substituída por causa dessas quebras de alianças. (VERMELHO, entrevista concedida em 06 nov. 2021)

É importante ressaltar que as dificuldades e os conflitos apresentados ocorrem tanto no formato presencial como no virtual. Devido à pandemia da Covid-19, a 19ª e 20ª edição da Parada foram realizadas virtualmente. No ano de 2020, a 19ª Parada teve como tema “*Com ou sem pandemia, dê um lockdown no seu preconceito*” (figura 12) e precisou se adequar a um novo formato, pois os eventos que estavam ocorrendo no país só eram permitidos com poucas pessoas, respeitando o distanciamento para que não houvesse a propagação do vírus. A partir disso, o único caminho da Parada acontecer seria através de uma *Live*, na plataforma do YouTube. Como já havia ocorrido na Parada de São Paulo, os coordenadores se reuniram e decidiram que também poderiam fazer a de Sergipe, porém queriam que a Parada não perdesse o seu lado político, valorizando as personalidades históricas do movimento LGBT sergipano, algo que não aconteceu na de São Paulo, que foi bastante criticada por isso. Segundo Khair (2020), a Parada virtual de São Paulo desagradou muitos de seus participantes, visto que os

³² A 26ª Parada LGBT+ de São Paulo teve como tema "Vote com orgulho - por uma política que representa" aconteceu no dia 19 de junho de 2022, o evento reuniu 4 milhões de pessoas (TERRA, 2022).

apresentadores escolhidos eram exclusivamente youtubers ligados à Dia Estúdio (produtora que realizou a Parada). O autor defende que o modelo virtual impacta menos do que o das ruas.

Ao alterar a dinâmica da Parada LGBTQ+ de São Paulo, certas implicações saltam aos olhos: a forma de comunicação mudou drasticamente, não houveram discursos, apenas apresentações dinâmicas e falas breves. O que também ocorreu com a escolha dos apresentadores e artistas, todos jovens, sem contar a ausência dos tradicionais shows de drag queens e gogo-boys. (KHAIR, 2020, p. 5)

Para não repetir as insatisfações que ocorreram em São Paulo, os coordenadores tiveram a ideia de fazer um resgate histórico das lutas e conquistas do movimento LGBTQ sergipano, contando com diversos depoimentos e entrevistas de militantes a nível local e nacional. Para isso, foram criados dez vídeos que seriam intercalados a cada apresentação artística.

Figura 12 – Cartaz da 19ª Parada LGBTQ de Sergipe



Fonte: Acervo da ASTRA, 2020.

Junto com *Rosa, Amarelo*, que é travesti e uma das coordenadoras do evento, foi quem apresentou a Parada e foi uma das que defenderam que a Parada deveria ocorrer mesmo no formato virtual,

A gente teve que mudar o formato da Parada e a gente se utilizou da rede social. Como a gente tinha um canal no Youtube, vimos que era o momento de utilizar, porque a gente entende que é necessário não deixar essa lacuna de não ter a Parada nesses dois anos. E fizemos no canal do Youtube mais ou menos nos mesmos moldes do que faz de rua, só que, claro, sem muita gente, mas com esses mesmos pontos altos que a gente tem na Parada presencial, que é a fala política e também o momento de comemoração com shows e com alguns artistas. Através da arte transgressora a gente também entende que pode estar passando alguma mensagem. Fácil não foi, a gente achou que seria muito mais fácil de fazer de forma virtual do que de forma presencial, mas aí a gente esbarrou em vários problemas. (AMARELO, entrevista concedida em 03/11/2021)

Anil é outro militante que vem coordenando há muitos anos a Parada e nessa edição ficou responsável pela parte técnica do evento. Ele afirma que o formato virtual não tem a mesma energia que a presencial e é mais cansativa que as das ruas.

A gente chamou as atrações culturais que sempre tem, as drags queens, então a gente trouxe todos os elementos que a gente utiliza na Parada de rua para a Parada virtual. Obviamente não é a mesma coisa, não é a mesma energia, foi uma coisa muito limitada porque tava nesse período de pandemia, vigilância sanitária no pé e a gente tendo que ter esse controle, sendo que estamos lidando com uma doença muito perigosa. E a gente teve aquele controle, pouca gente no local, sistema de rodízio, foi uma adaptação também cansativa, eu digo até mais cansativa do que a Parada de rua porque você tá ali de máscara, tá correndo, e se der qualquer problema no sistema aí cai a conexão, a gente teve essa experiência de cair conexão. Mas essa adaptação, além de ter sido uma experiência nova pra Parada, deixou a gente preparado pra que a Parada aconteça de um jeito ou de outro, seja na rua, seja nas telas. (ANIL, entrevista concedida em 26/10/21).

No meu primeiro ano de mestrado, em 2021, fiquei bastante frustrado porque, como ainda estávamos em pandemia, não sabia se a Parada voltaria às ruas, mas independente de qual seria o formato adotado a minha observação participante teria que acontecer. Foi durante o planejamento do evento que pude identificar que, apesar das ONGs, ativistas e militantes individuais se unirem nessa construção e estarem empenhadas num mesmo objetivo, o ego, a vaidade pessoal e as divergências que surgem pela questão de posicionamentos políticos acabam resultando no rompimento das parcerias, e conseqüentemente o afastamento dessas instituições. Algumas acabam retornando, já outras decidem se afastar definitivamente. Essas impressões serão abordadas a partir das observações que foram realizadas nas Paradas de 2021 e 2022 e que estão presente no capítulo seguinte.

4. **QUE PARADA É ESSA? PERCEPÇÕES, REPRESENTAÇÕES E SIGNIFICADOS DA PARADA LGBT DE SERGIPE**

Este capítulo tem como finalidade descrever as duas edições mais recentes da Parada LGBT de Sergipe, a 20ª, que ocorreu de forma virtual, e a 21ª, que retornou às ruas. A partir das entrevistas e da observação em campo, pretendo apontar qual a importância desse evento para o movimento LGBT sergipano e para a sociedade em geral.

4.1. **“Muito mais que uma festa”: Planejamento e execução da 20ª Parada LGBT de Sergipe**

No ano de 2021, o país sofria com o alto número de mortes pela Covid-19, e como ainda não havia a possibilidade de se fazer o evento de forma presencial, os/as coordenadores/as decidiram continuar no mesmo formato de 2020. Houve uma avaliação de que a Parada de 2020 teria atendido aos critérios, e por isso os/as organizadores/as trabalharam muito para que o nível do evento de 2021 continuasse a atender as expectativas e até superasse a edição anterior. Mesmo com todas as restrições impostas pela pandemia, os/as coordenadores/as foram em busca de recursos junto à prefeitura de Aracaju e ao Estado de Sergipe para o pagamento do estúdio e da equipe responsável pela transmissão.

No mês de julho, foi realizada uma reunião com os coordenadores e ficou acordado o seguinte tema *“Muito mais que uma festa”*. O objetivo do tema era apresentar ao público como se dá o processo de construção do evento. Para transformar esse conceito em arte, foi elaborada pela comissão de comunicação um cartaz onde diversas pessoas seguravam o bandeirão, pois além de ser um símbolo do movimento também é uma das marcas registradas do evento (figura 13)

Figura 13 – Arte elaborada pela comissão de comunicação



Fonte: Acervo da ASTRA, 2021.

Diversos militantes e apoiadores foram convidados/as para gravarem vídeos contando um pouco sobre cada uma das etapas, desde as reuniões até o dia do evento. Esses vídeos seriam inseridos durante a transmissão da *live*. Segundo *Amarelo*, essa edição serviu para contar os bastidores da Parada, uma oportunidade de registrar como acontece essa construção.

Na primeira Parada a gente queria passar uma construção da ASTRA e do movimento LGBT durante 19 anos, e num ano atípico a gente aproveitou o momento pra contar essa história. Em 2021, a gente aproveitou pra estar contando um pouco desses 20 anos de Parada porque a gente achava que era necessário isso ficar registrado e que as pessoas tivessem um pouco mais de conhecimento com relação a isso. (AMARELO, entrevista concedida em 03/11/2021).

Para auxiliar na elaboração dos vídeos, criou-se um roteiro, e a narração ficou por conta de uma integrante do Levante Popular da Juventude - LPJ, que é um movimento social presente em 16 estados brasileiros, incluindo Sergipe, sendo organizado por jovens militantes voltados para a luta de massas em busca da transformação estrutural da sociedade brasileira. Foram vários dias intensos e dedicados nas gravações desses vídeos, alguns realizados em frente a órgãos públicos, a exemplo da Secretária de Segurança Pública de Sergipe, local onde são entregues os ofícios solicitando o apoio da polícia militar (figura 14). Outros ocorreram no Parque Ecológico Poxim, localizado no bairro Inácio Barbosa, e na Praça Tobias Barreto, no bairro São José. A escolha dos referidos locais se deu porque apresentam paisagens bonitas, deixando a gravação com um aspecto menos amador (figuras 15 e 16). Além desses espaços, houve também uma gravação numa pousada que fica na Passarela do Caranguejo, território onde a Parada acontece. É importante ressaltar que a realização dessas gravações não teve auxílio de patrocinadores/as, somente a força de vontade e muito trabalho dos/as coordenadores/as e voluntários/as da Parada.

Figura 14 – Gravação do vídeo em frente da Secretária de Segurança Pública de Sergipe



Fonte: Fotografia tirada pelo autor, 2021.

Figura 15 – Gravação do vídeo no Parque Ecológico Poxim



Fonte: Fotografia tirada pelo autor, 2021.

Figura 16 – Gravação do vídeo na Praça Tobias Barreto



Fonte: Fotografia tirada pelo autor, 2021.

Uma grande dificuldade apontada pelos/as coordenadores/as dessa edição foi ter que entrevistar cada um dos/as participantes que gravariam os vídeos. Com o intuito de terem a mesma qualidade, a equipe preferiu ir à casa de cada pessoa para que não houvesse erros técnicos.

O militante e ativista *Azul*, que sempre contribuiu bastante na realização das Paradas até gravou o vídeo, mas após algumas discussões que teve com *Rosa*, motivada por questões políticas, solicitou que seu vídeo fosse retirado. As divergências entre ele e *Rosa* tiveram início em 2020, quando ela se candidatou para um cargo político e em sua campanha fez duras críticas contra a gestão municipal, na qual *Azul* trabalha. Em 2021, a equipe da ASTRA convidou *Azul* para gravar esse vídeo em respeito e consideração pelos anos que ele se empenhou na construção do evento, porém depois de mais uma discussão com *Rosa* ele solicitou que sua participação fosse retirada. Mesmo diante das divergências e com seu afastamento, *Azul* atesta a importância da Parada.

Ninguém pode negar isso, por mais que hoje tenham mil divergências, essa última Parada eu não fui. Gravei mas saiu do ar, enfim, não vem ao caso. Por mais que tenha existido muitas divergências nesse sentido, eu não vou negar que a Parada tem uma importância política, seria hipocrisia da minha parte dizer isso, que participei em tantos anos, e só porque agora porque eu não fui, não estou, a Parada nunca prestou. Uma coisa que tá no calendário municipal de Aracaju, uma coisa que incentivou leis, uma coisa que incentivou a

participação da comunidade, tem críticas sim, é normal, mas do ponto de vista da organização política não, ela contribuiu muito sim. (AZUL, entrevista concedida em 05 fev. 2022)

Enquanto *Azul* rompia sua parceria com o evento, outras instituições, como a UNIDAS (hoje TransUnides) e a AMOSERTRANS, retornavam para essa construção. É nesse momento que ocorre a *reintegração*, como aponta Turner (2017).

A 20ª Parada teve dez horas de transmissão e, devido ao atraso de mais de duas horas de *Rosa* e *Amarelo* com o figurino e a maquiagem, acabaram alterando toda a programação. Por isso, nem todos os vídeos gravados puderam ser disponibilizados, o que causou uma revolta por parte de alguns coordenadores/as, tendo em vista todo o trabalho para serem realizados. Ao longo da *live* era convidada uma atração artística e um (uma) militante ou personalidade pública para ser entrevistada. Enquanto *Amarelo* ficou responsável em bater um papo com os artistas, *Rosa* se encarregou das entrevistas com as autoridades públicas e a militância.

Dentre as figuras públicas presentes estava o delegado de polícia Mário Leony. *Rosa* o convidou para a entrevista e fez algumas perguntas, sendo a primeira sobre como é se assumir no ambiente familiar e de trabalho numa época conservadora. Mário iniciou sua fala afirmando que não se deve permitir que haja retrocesso nas conquistas que o movimento conseguiu. E citou que o governo atual não se importa com as pessoas, não levando a sério a pandemia, o que ocasionou diversas mortes, inclusive de LGBTQIA+, a exemplo de Paulo Gustavo³³, que faleceu no dia 4 de maio de 2021, como também Neide Silva, uma militante sergipana que fazia parte do coletivo Mães Pela Diversidade. Nesse momento, *Rosa* dedicou a Parada para Neide e tantas outras pessoas LGBTQIA+ que não conseguiram vencer a Covid-19. Ainda na entrevista, Mário fez duras críticas aos parlamentares que dizem que apoiam a causa, mas que na verdade só querem aparecer em cima do trio. Também informou que o Centro de Combate a Homofobia – CCH³⁴ estava sendo reestruturado.

Antes de terminar a entrevista, *Rosa* perguntou o que significava os 20 anos da Parada para ele. O delegado respondeu que acompanhou todas as edições, mas destacou duas que considerava muito importantes, a de 2007 e a de 2013. A de 2007 estava relacionada com a declaração da sua homossexualidade, ano que Mário abraçou o movimento, além de ter sido

³³ Paulo Gustavo Amaral Monteiro de Barros foi um ator, humorista, diretor, roteirista e apresentador brasileiro. Era casado com Thales Bretas e teve dois filhos.

³⁴ Atualmente passou a se chamar Centro de Referência em Direitos Humanos LGBTI+ e faz parte Secretaria de Estado da Segurança Pública (SSP), sendo inserida na Política Pública de Prevenção à Violência e Criminalidade. Além disso, é responsável pelo acolhimento e atendimento jurídico e psicossocial, bem como pela promoção dos Direitos da Cidadania do público LGBT (Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais).

nessa edição que ele conheceu o marido. Essa relação de afeto com o evento também foi mencionada durante a entrevista que ele me concedeu:

Foi em 2007 que eu abracei o movimento LGBT, na Parada LGBT. Na Atalaia eu conheci Serginho, quer dizer, eu abracei o movimento e o movimento me deu Serginho de presente. Só que assim, eu tava panfletando pro Centro de Referência que ia ser inaugurado, a última coisa que eu cogitava era encontrar alguém, paquerar alguém, biscoitar com alguém nesse dia, e aí ele me paquerou, porque ele já me conhecia de outras situações e tal, já me sacava e aí ele começou a paquerar comigo, eu dei ousadia e ele me levou pro abatedouro dele, na casa dele nesse mesmo dia. Contrariando Madonna, minha musa, que disse “se você quer segurar o bofe, não vá pra cama antes do quinto encontro” e eu contrariei esse mandamento, mas a gente tá junto até hoje, foi na Parada de 2007, isso pra mim é muito e tem essa coisa afetiva com a Parada (Mário Leony – Entrevista concedida em 06 nov. 2021).

A edição de 2013 que ele menciona foi bastante significativa devido ao convite que recebeu dos/as coordenadores/as para estampar a arte de divulgação do evento (ver figura 17), que teve como tema “*Estamos em todos os lugares. Sexualidade não tem a ver com competência*”.

Figura 17 – Cartaz da 12ª Parada LGBT de Sergipe



Fonte: Acervo da ASTRA, 2013.

Após a saída de Mário, *Amarelo* chamou a Drag Lindsay Divine para se apresentar. Logo em seguida, *Rosa* retomou o palco e convidou o deputado federal João Daniel e a vereadora Linda Brasil. Segundo ela, a ideia de trazê-los/as seria para abordar sobre representatividade e aliados no Legislativo. *Rosa* comentou a importância que João Daniel tem para o movimento, tendo em vista que ele destinou emenda parlamentar para a execução de projetos que beneficiam a comunidade LGBTQIA+. Em seguida, *Rosa* se dirigiu para Linda e fez a seguinte pergunta: “Qual a importância da gente se ver no legislativo?”. Linda iniciou sua fala informando que ter sido a primeira vereadora trans de Aracaju e a mais votada foi resultado de uma luta de resistência, da busca por qualidade de vida e de direitos que foram negados para esse segmento, e afirmou que é necessário ocupar esses espaços para se conseguir políticas públicas. Ela também pontuou que não adianta ocupar esse espaço e reproduzir os modelos que já existem: é preciso provocar transformação. *Rosa* interrompeu Linda e afirmou que esses espaços sociais são carregados de machismo e homofobia e que foram criados por pessoas cisgêneras, e quando pessoas LGBTQs começa a ocupar esses espaços são violentadas. Ela exemplificou com Jean Willis, que foi eleito como deputado do PSOL – Partido Socialismo e Liberdade, mas desistiu de tomar posse e atribuiu a decisão a ameaças de morte que vinha recebendo.

Atualmente diversos casos como esse vêm ocorrendo com candidatas trans. Pessoas trans e travestis sempre lutaram para serem visibilizadas, porém a marginalização de seus corpos e suas vivências ainda estão presente em diversos espaços. Essa realidade não seria diferente no âmbito político: se o percentual de mulheres cisgêneras que ocupam as câmaras municipais, assembleias legislativas e o congresso nacional é desproporcional ao dos homens, o das mulheres trans é ainda menor.

O primeiro registro de eleição de pessoa trans no Brasil ocorreu em 1992, quando Kátia Tapety, travesti nascida no Piauí, tornou-se relativamente conhecida no cenário nacional devido ao seu “pioneirismo” na política. Colônia do Piauí, onde reside Kátia, é um município do sertão piauiense com apenas oito mil habitantes, Kátia foi vice-prefeita e a vereadora mais votada do município por três vezes (SAMPAIO, 2012). Passados trinta anos, pouco se ouve falar de Kátia mesmo diante desse fato histórico, o que denota o apagamento e silenciamento do protagonismo de pessoas trans. É importante destacar que a vitória de Kátia representa um ato de resistência diante de um país que mais mata a população trans, fruto de uma cultura machista, lgbtfóbica e patriarcal.

Das mais de duzentas candidaturas transgênero e travestis no ano de 2020, apenas 30 conseguiram ser eleitas para vereanças em todo o Brasil (ANTRA, 2022). Ao exercerem o

mandato, algumas relataram terem sofrido diversas violências, quais sejam: moral, virtual, psicológica, física e institucional. Ema delas foi a Samara Sosthenes, integrante do mandato coletivo Quilombo Periférico do PSOL na câmara de vereadores de São Paulo, que alega ter sido vítima de um atentado com arma de fogo.

Por muitos anos, as mulheres cisgêneras e trans viveram desamparadas pela ausência de uma lei específica que punisse os atos de violência política de gênero (ALBUQUERQUE, ALVES, 2018). Somente em 04 de agosto de 2021 foi promulgada a Lei nº 14.192/21, que é proveniente do projeto de Lei 5.613/2020, de autoria da deputada Rosângela Gomes (Republicanos-RJ), e estabelece normas para prevenir, reprimir e combater a violência política contra a mulher. No dia 23 de agosto de 2022 houve pela primeira vez a aplicação da Lei, quando o Tribunal Regional Eleitoral do Rio de Janeiro aceitou a denúncia do Ministério Público contra o Deputado Rodrigo Amorim do PTB – Partido Trabalhista Brasileiro, por entender que houve crime de violência política de gênero contra Benny Brioli, vereadora trans de Niterói (RJ).

Após a entrevista com Linda Brasil e o deputado federal João Daniel, *Amarelo* chamou ao palco a drag Klox e também Audry da Pedra Azul, que faz cover do cantor Ney Matogrosso. Em seguida *Rosa* convidou Conceição Vieira, presidenta da FUNCAP – Fundação de Cultura e Arte Aperipê de Sergipe, para falar um pouco sobre sua atuação e o seu apoio em prol da comunidade LGBTQIA+.

Posteriormente, *Rosa* entrevistou duas pessoas que contribuíram em espaços de gestão: Adriana Lohanna, coordenadora de Políticas LGBTs do Estado de Sergipe; e Carlos Alberto Lisboa, coordenador do Núcleo Estanciano de Diversidade Sexual e Direitos Humanos (NEDSDH). *Rosa* pediu que Carlos contasse um pouco sobre a história do Núcleo, enquanto Lohanna falou de como atuava nos interiores.

A última entrevista da noite foi com *Marrom*, que é representante da Unidas, e *Violeta*, que é membro da AMOSERTRANS. *Marrom* contou como surgiu a Unidas e *Violeta* falou as estratégias que a ONG realiza para combater a LGBTfobia. Além disso, como ocorre em todas as edições, a musa e a Drag da Parada receberam a faixa de titulação.

Figura 18 – A musa da 20ª Parada LGBT de Sergipe, Alana Vasconcelos



Fonte: Acervo do autor, 2021.

Figura 19 – Drag Masllova Werneck (direita) recebendo a faixa da Drag Klox (esquerda)



Fonte: Acervo do autor, 2021.

Por fim, *Amarelo* convidou ao palco diversas atrações que já estavam esperando há muito tempo devido ao atraso do evento. Foram eles: Henrique Menezes, Thiago Henrique, Jullya Murvack, Osmar Noyá e a Drag Karolyne Prinscipal, que foi a Drag da primeira edição.

Como essa Parada foi a segunda no formato virtual, a coordenação queria que o impacto fosse maior do que a anterior, e de fato foi em termos de estrutura. Porém, viu-se que a anterior foi bem mais organizada. Além do atraso de mais de duas horas que bagunçou toda a

programação, a grande maioria dos participantes não estava fazendo silêncio e isso dificultava a concentração de quem estava apresentando, chegando ao ponto de *Rosa* chamar a atenção durante a *live*. Para diferenciar os/as entrevistados/as da Parada anterior, a coordenação buscou novos atores/atrizes que desempenharam muito bem suas falas.

Notei que *Rosa* passava muito tempo falando com os/as entrevistados/as, e mesmo que isso significasse a importância que ela dá a esse momento acabava desrespeitando o tempo que foi estipulado. Diferente de *Amarelo*, que, de forma carismática, conseguiu ser bem organizada e respeitou o tempo programado. Quem estava assistindo a *live* não conseguiu identificar o cansaço dela, mas como eu estava presente percebi o quanto ela tentou disfarçar, principalmente da metade do evento para o final.

A equipe da coordenação tratou muito bem as autoridades públicas e os/as militantes, e era fácil identificar o quanto esses/as estavam adorando a recepção. O tratamento com os artistas também foi parecido: muitos tiveram o transporte pago e também tiveram direito a receber lanches. Entretanto, estes estavam sendo distribuídos de maneira desorganizada, gerando um mal-estar entre os/as coordenadores/as, pois, segundo a equipe, a pessoa que ficou responsável não cumpriu direito sua atribuição.

Ainda sobre os artistas, o acordo era que após terminar a apresentação eles não permanecessem no estúdio, porque mesmo que não se ultrapassasse o número de pessoas, ainda estávamos em pandemia, e quem estava no evento era obrigado a cumprir as medidas de distanciamento, mas na prática isso não ocorreu. Os/as coordenadores/as sentiram dificuldade em pedir para as pessoas irem embora, e cada vez que chegava mais gente ficava mais complicado manter o distanciamento, principalmente quando algum artista se apresentava, pois todos queriam ver.

Apesar desses detalhes que não eram expostos durante a transmissão, o evento foi satisfatório. Os aspectos políticos estavam sendo abordados nas entrevistas e o entretenimento também foi cumprido com um leque de artistas sergipanos muito talentosos. A Parada foi bem recebida nesse “novo normal” e conseguiu ter muitas visualizações, contabilizando mais de sete mil até o momento. Porém, todas as pessoas que estavam presentes no evento queriam mesmo era estar nas ruas como acontecia todos anos, um desejo que foi atendido no ano seguinte.

4.2. As reuniões da 21ª Parada LGBT de Sergipe

A partir de março de 2022, o avanço da vacinação contra a Covid-19 possibilitou ao governo de Sergipe suspender a obrigatoriedade do uso de máscara e liberar a realização de

eventos com quaisquer números de pessoas nas cidades que alcançaram, à época, a taxa de 75% da população vacinada com duas doses. Aos poucos, os grandes eventos que deixaram de ocorrer nos últimos dois anos começaram a se planejar para retornarem.

No que tange a Parada de 2022, a primeira reunião ocorreu em 31 de maio e durante três meses pude observar as oito reuniões que aconteceram até o dia do evento. Mesmo com a diminuição do número de infectados pela Covid-19, os/as organizadores/as preferiram realizar as reuniões de forma virtual na plataforma *Google Meet* por entenderem que o número de participantes seria maior ao invés de se deslocarem para a sede da ASTRA, já que muitas instituições que apoiam são do interior.

A primeira reunião foi iniciada às 16:15 de 31 de maio com a chamada das instituições, estando presentes: ASTRAL – Associação de Travestis de Lagarto; Levante Popular da Juventude; Aliança Nacional LGBTI; Grupo Athena de Sergipe; AGS – Associação Gay Simãoense; ABRAI – Associação Brasileira de Intersexos; Rede Trans Brasil; AADA LGBT – Associação à Diversidade em Ação em Busca da Cidadania LGBT do Baixo São Francisco; GHB – Grupo Homossexual do Bugio; ASTRAES – Associação Sergipana de Transgêneros Estanciana; e ASTRA. Rosa informou que havia um pedido de adesão das ONGs UNIDAS e CasAmor; além dessas, também houve a solicitação da comissão de Direitos LGBTI+ da OAB.

Logo depois, Rosa falou sobre a importância da Parada virtual e as dificuldades das outras instituições em aderir o formato, impossibilitando a realização de um seminário, e comentou que mesmo na pandemia a chama da Parada se manteve acesa. Ainda em sua fala, Rosa divulgou a data da realização do evento e explicou que precisaria diminuir a quantidade de atividades que seriam realizadas no Circuito do Orgulho, reduzindo de um mês de atividades para quinze dias. Abordou também que o seminário iria acontecer, mas de forma mais enxuta, apenas com representantes do município e trouxe a proposta do tema da edição: “*Vote Colorido: Dê vez a nossa voz!*”, explicando que esse tema é extremamente importante, principalmente depois da eleição de Linda Brasil, e finalizou trazendo uma novidade, a criação de um palco para o evento.

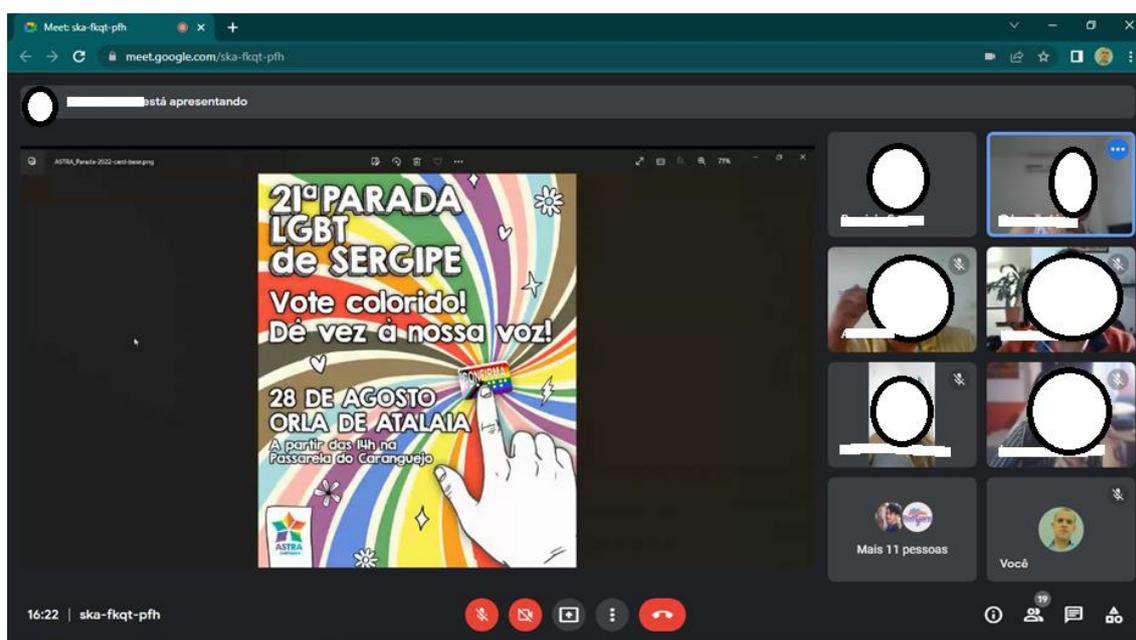
Alguns militantes se manifestaram em relação ao tema, tendo a aprovação de todas as pessoas. Vermelho aprovou e falou que o tema acompanha a Parada de São Paulo, reforçando a importância do nosso voto. Sobre o Palco, Rosa retomou a fala e informou que o número de trios seria reduzido para três e que ficaria localizado próximo ao posto de testagem de ISTs/HIV, e perguntou aos presentes se havia objeção na adesão da CasAmor e da Unidas na construção do evento; nesse momento não houve objeções. Em seguida foram apresentadas as comissões, entre as quais são divididos os trabalhos. Três comissões foram citadas: a de

comunicação, a política e a de organização de atividades, e cada participante foi se manifestando sobre a qual gostaria de participar. Após essa divisão a reunião foi encerrada.

A segunda reunião ocorreu em 27 de junho de 2022 e se iniciou às 16:15. Alguns dos pontos destacados foram a escolha das atrações do evento e a programação do Circuito, onde ficou acordado que o pré-lançamento da Parada aconteceria no dia 15 de julho no Museu da Gente Sergipana, que fica localizado na cidade de Aracaju e foi inaugurado em 2011, sendo o primeiro museu de multimídia das regiões Norte e Nordeste.

Dentre as reuniões que observei, a terceira foi a mais interessante. Ela aconteceu no dia 04 de julho de 2022 e se iniciou às 16:15, tendo como ponto de pauta a aprovação da identidade visual da Parada. A reunião começou com *Rosa* perguntando quais eventos cada instituição gostaria de adicionar no Circuito; prontamente cada uma foi sugerindo sua atividade. Em seguida foi apresentada a logo da Parada (figura 20), que foi aprovada por unanimidade.

Figura 20 – Print da 3ª reunião da 21ª Parada LGBT de Sergipe no Google Meet



Fonte: Acervo do autor, 2022.

Nessa reunião, uma militante convidou uma moça que trabalha em um órgão do estado e ela se apresentou como uma Pessoa Com Deficiência (PCD) com Transtorno do Espectro Autista (TEA). Em sua fala, ela afirmou que 70% dos autistas são LGBT e que muitos desses não comparecerem à Parada por não se sentirem acolhidos, pois é preciso ressignificar o formato do evento. Ela terminou com o seguinte questionamento: “de que forma a Parada pode acolher essa parcela?”. É interessante observar que além de sofrerem o preconceito por questões

de gênero e sexualidade, essas pessoas ainda ficam vulneráveis por serem deficientes, havendo assim uma dupla vulnerabilidade, como aponta Melo (2014).

Houve um silêncio na reunião assim que essa moça autista fez o questionamento. *Rosa*, que não esperava por esse posicionamento, demonstrou certo nervosismo e sugeriu que essa questão fosse apresentada para a comissão política, pois continuar nesse debate fugiria do foco da programação. Ninguém discordou sobre isso, talvez por não saberem como proceder ou por não quererem contrariar a decisão de *Rosa*, que normalmente conduzia as reuniões.

Compreendo essa reunião como significativa pois até o momento esse olhar dos/as organizadores do evento para com as PCD não existia, e na provocação feita para eles foi abordado o capacitismo, uma categoria bastante estudada por Melo (2016). Para a autora, o capacitismo é uma categoria que define a forma como as pessoas com deficiência são tratadas de modo generalizado como incapazes (incapazes de produzir, de trabalhar, de aprender, de amar, de cuidar, de sentir desejo e ser desejada, de ter relações sexuais etc.), aproximando as demandas dos movimentos de pessoas com deficiência a outras discriminações sociais, como o sexismo, o racismo e a homofobia.

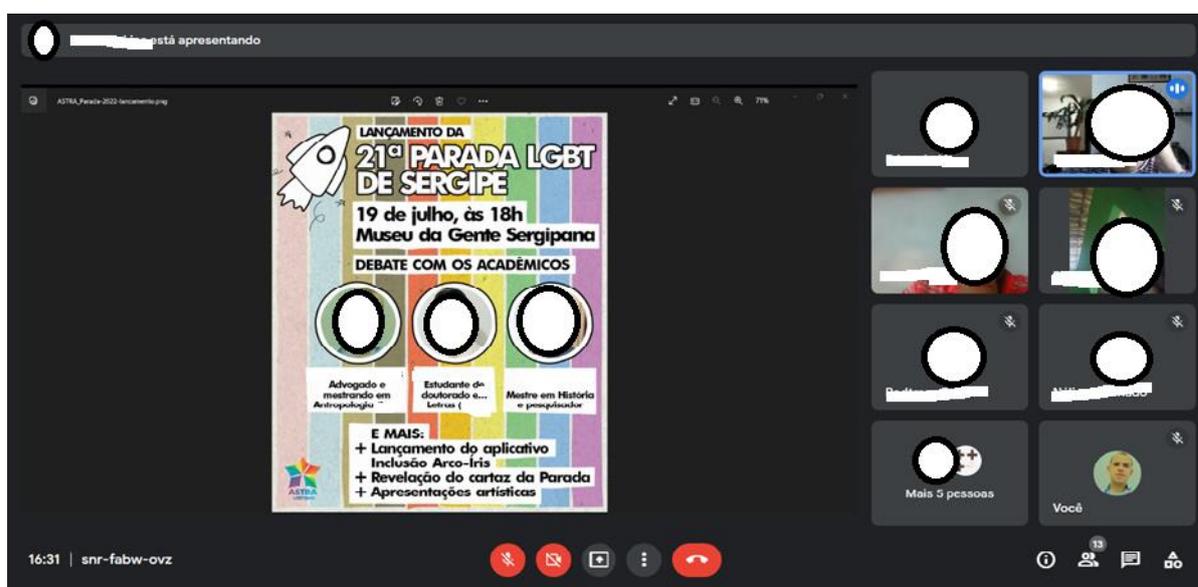
A falta da inclusão de PCDs na organização do evento e conseqüentemente nas atividades que compõem o Circuito foi um equívoco que os/as organizadores/as reconheceram na reunião. E como medida de iniciar esse acolhimento, *Rosa* solicitou aos coordenadores/as que incluíssem essa moça na comissão política e organizativa do evento.

Pensando nos LGBTs com deficiências físicas, a mesma moça levantou um segundo questionamento: Porque a Parada não é parada? E *Amarelo* respondeu que já tentaram diversas vezes isolar o evento, e para o movimento essa atitude seria mais uma segregação com as pessoas LGBTs. Para evitar isso se fez necessário que o evento fosse em movimento justamente para que elas pudessem ter a liberdade de transitarem nos espaços, sendo uma parte simbólica desse ato. Após ter sido respondida, ela sugeriu que cabia uma fala no seminário sobre capacitismo e que a organização pudesse solicitar a prefeitura e ao estado banheiros acessíveis, protetores auriculares e que no evento existisse pontos de apoio ao longo do percurso. Tais medidas seriam inéditas na Parada e iriam instigar o interesse das pessoas LGBTQIA+ com deficiência ou *PCDs do Vale*, como foram mencionadas na reunião, em comparecerem ao evento.

A quarta reunião ocorreu no dia 11 de julho de 2022 e se iniciou às 16:17, com a apresentação do *release* de divulgação do lançamento da Parada. Em seguida, foi compartilhado o cartaz do evento, que gerou diversas reações. As críticas feitas não foram em relação à arte, mas aos palestrantes, que são gays e todos/as de etnia branca; ou seja, a questão da falta de

representatividade foi o foco da reunião. *Rosa* ficou extremamente agitada e se direcionou a *Anil*, que era o articulador dos convites; de forma indelicada e com um tom de voz alto afirmou: “*Só tem homem branco, não tem mulher!*”, e terminou sua fala dizendo que essa composição deveria ser abortada. *Anil* não abriu a câmera e informou que iria desconvidá-los.

Figura 21 – Print da 4ª reunião da 21ª Parada LGBT de Sergipe no Google Meet



Fonte: Acervo do autor, 2022.

A quinta e a sexta reuniões que ocorreram nos dias 18 e 25 de julho de 2022 se concentraram no lançamento da Parada, quais (as) palestrantes e como ela seria organizada. Além disso, a comissão política informou que a prefeitura custeou o palco e dois trios e também foi pontuada a dificuldade em conseguir um intérprete de libras para o dia do lançamento do evento, algo que não se concretizou.

A sétima reunião aconteceu no dia 1 de agosto de 2022 e se iniciou às 18:15. Nela foram discutidas as tratativas que estavam sendo feitas com políticos para angariar recursos e os ajustes finais das atividades do Circuito, a exemplo do seminário. Um aspecto que merece ser pontuado em relação ao seminário é que *Rosa* não estava contente com o tema que Dr. Almir queria trazer para sua mesa, pois segundo ela não condizia com o tema do evento. Porém, como ele tem certa influência e é uma personalidade que tem história no movimento, ela não quis entrar em conflito e a mesa permaneceu com o tema que ele escolheu. Ainda nessa reunião, *Rosa* salientou que era preciso terminar o Documento Político da Parada LGBT (anexo), que é um documento reivindicativo para a gestão pública de Sergipe, construído pela militância na busca de políticas públicas.

Nele consta as ações identificadas dos/as militantes do estado de Sergipe que traduzem o anseio por uma política popular e que garanta uma política permanente de governo para além do tripé da cidadania. Os eixos apresentados no documento são: Educação e Laicidade; Cultura, Esporte, Lazer e Turismo; Trabalho, Emprego e Renda; Saúde e Assistência social; Direitos Humanos, Legislação, Cidadania e Segurança; Democratização e Disseminação da Informação e Comunicação; Pessoas com Deficiência e Pessoas Idosas. O documento também apresenta propostas para serem executadas nos anos de 2023, 2024, 2025 e 2026, tendo como prioridade os seguintes temas: Segurança Pública; Direitos Humanos; Assistência Social; Trabalho, Emprego e Renda; Cultura, Esporte, Lazer e Turismo.

Por fim, na oitava e última reunião foi pontuado o encontro da comissão política com o CONSER – Conselho Estadual das Pessoas com Deficiência e Altas Habilidades em Sergipe, e também os últimos encaminhamentos que deveriam ser feitos até o dia da Parada.

4.3 O lançamento da 21ª Parada LGBT de Sergipe e o Circuito do Orgulho

O lançamento da Parada ocorreu no dia 19 de julho de 2022, no auditório do Museu da Gente Sergipana. Por questões técnicas, houve um atraso de uma hora e o evento só iniciou às 19hs; todos os assentos estavam ocupados e quem chegou atrasado precisou ficar em pé para acompanhar. *Amarelo*, que tem bastante experiência na realização de eventos, se apresentou de forma audiodescritiva, agradeceu a presença das pessoas que compareceram e convidou a primeira atração artística. Em seguida me chamou, como pesquisador, para falar um pouco sobre a pesquisa que eu estava desenvolvendo. Ao subir no palco, consegui enxergar muitos jornalistas que estavam fazendo a cobertura do evento e identifiquei rostos conhecidos, tanto de figuras públicas, como o Delegado Mário Leony, Dr. Almir, a vereadora Linda Brasil e outras, como de pessoas que fazem parte da militância LGBT de Sergipe (Figuras 22 e 23). Na minha explanação, comentei que o tema que estava sendo estudado é muito “caro” para a comunidade LGBT. O público estava bastante atento a minha fala e, ao comentar sobre o Dialogay e quanto as novas gerações precisam conhecer sua história de luta e resistência, percebi a emoção que *Preto* estava sentindo ao relembrar de alguns episódios que fizeram parte da sua trajetória.

Figura 22 – Lançamento da 21ª Parada LGBT de Sergipe



Fonte: ASTRA, 2022.

Figura 23 – Lançamento da 21ª Parada LGBT de Sergipe



Fonte: ASTRA, 2022.

O próximo convidado depois da minha apresentação foi *Anil*, que, além de ajudar na execução do evento, fez o lançamento do protótipo do aplicativo “Inclusão Arco-íris”, que tem por finalidade disponibilizar cursos de formação e vagas de emprego cedidas pelos parceiros públicos e privados. O aplicativo ainda não se encontra disponível para download e é um produto do projeto “*Inclusão Arco-íris: Ação Estadual de Empregabilidade para LGBTs em*

Sergipe”, que teve como objetivo realizar durante doze meses ações de capacitação e fortalecimento das ações institucionais de lideranças sobre empregabilidade. Através dele, busca-se promover a cidadania em prol das pessoas LGBTs e trazer alternativas tanto de formação e qualificação quanto a inclusão de lésbicas, gays, bissexuais e pessoas trans ao mercado de trabalho.

Após a explanação de *Anil*, quem chegou para apresentar o evento junto com *Amarelo* foi *Rosa*, que assumiu o papel de intermediar um bate papo com dois convidados. Um deles abordou a importância do Gaymado Aju, evento que tem por objetivo a tomada de espaços públicos como forma de resistência e afirmação do direito à cidade de uma forma alegre, divertida e pacífica, criando um espaço de integração e inserção da população LGBTQIA+ na cidade de Aracaju/SE³⁵. Já a outra convidada foi a mesma moça que questionou sobre a inclusão de PCDs na Parada; mesmo que já outras deficientes tenham participado em edições anteriores, a sua inquietação desde a primeira reunião de planejamento possibilitou a inserção dessa pauta nas atividades que são elaboradas durante o evento. Essa questão da inclusão de PCDs na Parada também é abordada na pesquisa feita por Ferreira (2012) sobre a Parada de Florianópolis, na qual houve uma preocupação dos/as organizadores/as para que existisse um intérprete de libras nos eventos que antecedessem a Parada.

Apesar das sugestões que a convidada apontou durante as reuniões de planejamento não terem sido concretizadas devido à escassez de tempo, ela causou um impacto muito grande e tirou da zona de conforto os/as coordenadores/as e apoiadores/as da Parada. E isso se refletiu no dia do lançamento, pois um ato que ocorria durante todo o evento foi modificado assim que ela discursou. Ao se apresentar como autista e portar um abafador de ruídos, essa moça falou um pouco das vivências dessas pessoas e pontuou os preconceitos que elas passam, questionando a plateia sobre se havia algum autista no evento; nesse momento houve um silêncio total. Ela explicou que o motivo de estar usando um abafador de ruídos era devido ao barulho manifestado pelos aplausos ao final da apresentação dos (as) artistas e também dos (as) palestrantes.

³⁵ A título de aprofundamento, recomendo a monografia “[R] existência: população LGBTQIA+ no espaço público de Aracaju/SE” de Matheus Meira Rebouças Silva, defendida em 2021.

Figura 24 – Lançamento da 21ª Parada LGBT de Sergipe



Fonte: ASTRA, 2022.

Ao final dessa fala, todas as pessoas do auditório começaram a realizar os agradecimentos balançando as mãos ao término das apresentações artísticas e palestras, como ocorre na língua de sinais. Esse fato chamou bastante minha atenção, pois o que havia ocorrido era a materialização do poder que um discurso tem. Logo depois, ocorreram diversas homenagens a alguns militantes pela prestação de serviço durante os anos que estiveram à frente de ONGS. Por fim, o evento foi encerrado com uma apresentação artística da Casa DiBarro, que é uma forma de grupo com organização semelhante a uma família. A Casa DiBarro é a primeira *kiki house*³⁶ da cultura *ballroom*³⁷ de Sergipe.

O Circuito do Orgulho se assemelha com a “Semana da diversidade” (FERREIRA, 2012), sendo um conjunto de atividades que ocorrem semanas antes à realização da Parada e que acabam fazendo parte dela. A abertura do Circuito do Orgulho aconteceu no dia 15 de agosto de 2022 no Centro Cultural de Aracaju, localizado na Praça General Valadão, no centro da cidade, com a exibição do documentário “*Parada LGBT de Sergipe: Muito Mais que uma Festa*”³⁸, que foi produzido, roteirizado e dirigido por Eduardo Lins, Maria Eduarda Marques, Rogério Fernandes e Gladston Passos.

³⁶ O *Ballroom* é dividido em duas cenas, a *Kiki* e a *Mainstream*. Esta última se refere às casas que cresceram e evoluíram a partir da década de 80. São casas maiores, já inseridas em um contexto internacional, com uma finalidade mais competitiva. A cena *Kiki* se assemelha muito com o início da cultura das casas. São casas menores geradas através da experiência, da vivência, do contato direto com outras pessoas (DIAS, 2020).

³⁷ Um espaço de troca de afetos, conscientização, politização, acolhimento e acesso aos serviços de proteção ao HIV.

³⁸ O documentário pode ser assistido no canal da ASTRA pelo YouTube através do link: <https://www.youtube.com/watch?v=mxU4gh7uF8E&t=22s>

Ter participado na produção desse documentário foi desafiador, principalmente pela falta de recursos, mas no final foi muito gratificante ver todo o trabalho sendo reconhecido pela militância. A ideia de se criar um documentário surgiu após a *live* da 20ª Parada LGBT de Sergipe, no ano passado, pois problemas logísticos impediram a exibição completa, como citei anteriormente. O documentário é composto por depoimentos de vários integrantes do movimento LGBT de Sergipe e representantes de órgãos públicos, e mostra todos os processos de construção da Parada, desde a mobilização de militantes do estado, passando pelos trâmites burocráticos com autorizações e licenças, até os detalhes do trabalho no dia da festa, entre trios elétricos e os milhares de pessoas na orla de Atalaia.

Cheguei no Centro Cultural de Aracaju por volta das 18h. Estava chovendo bastante e o mal tempo fez com que muitas pessoas não comparecessem (figura 25). Às 18:30h o documentário foi reproduzido, e quando terminou os produtores comentaram as dificuldades na realização do material, alguns deles até mesmo se emocionando. Em seguida, foram chamados representantes de cada instituição que apoia a Parada, e essas pessoas convidaram o público para participar das atividades que cada uma elaborou.

Figura 25 – Coordenadores recepcionando o público na abertura do Circuito do Orgulho 2022



Fonte: Acervo do autor, 2022.

Após essa primeira atividade, ocorreram mais nove. Estas foram: “Direitos das Pessoas LGBTQIA+ e lançamento do Jurídico da Remonta”, uma roda de conversa; “E o I de Intersexo? Você sabe quem são essas pessoas?”, outra roda de conversa; oficina prática e vivencial – cuidados e carinhos com a saúde integral das mulheres lésbicas e bissexuais; Café com as Mães: Abrace nossos filhos na Parada LGBT de Sergipe; Gaymado Aju; Pré-Parada; roda de diálogos – importância de pessoas trans na educação; Diálogo sobre corpo político: debate acerca da descolonização e estigmas das corpos e corpos LGBTQIAPN+; Univer(C)idade fora do armário: saúde mental e acolhimento da população LGBTQIAPN+. Algumas dessas atividades ocorreram de forma presencial.

Além dessas, ocorreram outras atividades de forma virtual, a exemplo dos Bate Papos da Cidadania, o primeiro com o título “A Parada LGBT de Sergipe como um espaço de produção de saúde”³⁹ e o segundo intitulado “Serviço ambulatorial e suas necessidades de implementação”⁴⁰. Como já é tradição do Circuito, a sua última atividade é um seminário, o 13º Seminário Estadual de Direitos e Cidadania LGBTQIA+, que teve como tema “Controle Social” e ocorreu nos dias 26 e 27 de agosto (figura 26). No evento, houve o lançamento e posse do CONLGBT – Conselho Estadual da Promoção da Cidadania e Direitos de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais de Sergipe.

Figura 26 – Cartaz do 13º Seminário Estadual Direitos e Cidadania LGBTQIA+

³⁹ O bate papo pode ser assistido no canal da ASTRA pelo YouTube através do link: https://www.youtube.com/watch?v=ChY54FRRn_g.

⁴⁰ O bate papo pode ser assistido no canal da ASTRA pelo YouTube através do link: <https://www.youtube.com/watch?v=oJK6vC-77YE>.



Fonte: ASTRA, 2022.

O quantitativo de atividades dessa edição foi bem maior do que a de 2021, e por motivos pessoais fiquei impossibilitado de participar de todas as atividades que estão inseridas no Circuito. Porém, nas atividades que demandaram a maioria das instituições, eu pude estar presente e fazer a observação participante, assim como no dia da Parada, que descreverei no tópico seguinte.

4.4. De volta às ruas: Etnografando a 21ª Parada LGBT de Sergipe

E a gente vai à luta

E conhece a dor

Consideramos justa toda forma de amor

(Toda forma de amor – Lulu Santos)

Depois de dois anos acontecendo de forma virtual, a Parada LGBT de Sergipe voltou às ruas num domingo bastante ensolarado, em 28 de agosto de 2022, e o seu retorno trouxe algumas novidades. Como exemplo, tem-se o palco *Sobre(viver)*, que ganhou este nome como

forma de chamar atenção para a luta que pessoas LGBTQIA+ travam diariamente tentando viver suas vidas em plenitude, sendo um espaço construído com o objetivo de divulgar os (as) artistas sergipanos (as) LGBTQIA+ e também de divulgar os direitos dessa comunidade. Era 15hs quando ouvi um batuque e vi em umas das vias da Orla da Atalaia um grupo de mulheres batendo em tambores de forma sincronizada. Enquanto caminhavam, diversas pessoas se reuniram para ver de perto a apresentação (figura 27).

Esse grupo é conhecido pelo nome de Batalá–Sergipe, fundado em 2019 e exclusivamente composto por mulheres de diversas etnias, sexualidades e faixas etárias. Além de Sergipe, também existe um grupo em Brasília, que também se chama Batalá, O nome faz referência à frase "bate lá" e ao orixá Obatalá; a Batalá é um tipo de batucada especializada no ritmo samba-reggae da Bahia, e foi instituída pelo músico brasileiro e baiano José Gilberto Gonçalves – Giba, originalmente na cidade de Paris (DONEZA, 2019).

Figura 27 – Grupo Batalá na 21ª Parada LGBT de Sergipe



Fonte: Acervo pessoal do autor, 2022.

Quem estava presente ficou contagiado com a energia delas, e algo que chamou bastante a atenção foram os trajes coloridos, uma combinação de cores que se encaixou perfeitamente com o evento. Sob o comando da regente Gislene Souza, as integrantes saíram da rua e se posicionaram em frente ao palco *Sobre(viver)*, sob os gritos de “Fora Bolsonaro!”. Elas iniciaram cantando e tocando a música *Toda Forma de Amor*, de Lulu Santos, e esbanjaram alegria e muita simpatia num ritmo contagiante que fez o público acompanhar e reproduzir os movimentos da coreografia que elas estavam realizando (figura 28).

Figura 28 – Grupo Batalá se apresentando na frente do palco sobreviver



Fonte: Acervo pessoal do autor, 2022.

Com mais de vinte artistas para se apresentar no palco, a Parada estava programada para iniciar às 14h, mas houve um atraso de uma hora e isso acabou comprometendo toda a organização. Em reunião, foi informado que, além das atrações artísticas, também seriam convidados alguns representantes de órgãos públicos para falar sobre Direitos da população LGBTQIA+, o que ocorreria das 14hs às 17h30; em seguida, o cortejo dos três trios seria iniciado das 17h30 até as 21hs. Devido ao atraso, esse horário não foi cumprido, e isso causou estresse aos coordenadores/as, pois o que tinha sido combinado era que o trio só sairia depois de todos/as os/as artistas se apresentarem. A coordenação não queria que o público estivesse dividido entre acompanhar o cortejo e as atrações do Palco, mas como a situação fugiu do controle, e era preciso colocar o trio na avenida, já que o evento precisaria ser finalizado às 22hs. O cortejo se iniciou quase às 19h, enquanto ainda tinha artistas se apresentando no palco.

Além do Grupo Batalá se apresentaram no palco Andrômeda, Casa Dibarro, a Companhia de dança Bultrax, Chocolate Batidão, Henrique Menezes, Chrislops, Gabrielle, a drag Emilly Layser, Dj Henrique, Jullya Murvack, Keythy Latoya, Kloxx, Larissa Fox, Lú Xodó, Lindsay Divine, Paulo Pratta, Pérola, Luísa Sonza Cover, Marla Suellen, Seja Fada, Shanty Annanda, Companhia de Dança The Mob, Samarah Tornado, Sarah Capetinne e Tayná Dias.

Figura 29 – Cantora Pérola se apresentando no palco *Sobre(viver)*



Fonte: Acervo do autor, 2022.

Figura 30 – Drag se apresentando no palco *Sobre(viver)*



Fonte: Acervo do autor, 2022.

Figura 31 – Cantor Henrique Menezes se apresentando no palco *Sobre(viver)*



Fonte: Acervo do autor, 2022.

Durante a minha observação, notei que o público presente era bastante heterogêneo, sendo composto por adultos, crianças, idosos, pessoas da comunidade LGBTQIA+ e também apoiadores/as da causa, muitos deles/as heterossexuais. Não presenciei nenhuma briga ou discussão; pelo contrário, muitos se encontraram para festejar e celebrar aquele momento, que para alguns se torna único, pois se sentem realizados em assumir a sua orientação sexual e identidade de gênero sem se preocupar com o julgamento alheio. É somente na Parada que algumas pessoas se sentem respeitadas e acabam aproveitando cada segundo do evento, o que o torna muito especial. *Anil* afirma o quanto a Parada é significativa na vida das pessoas LGBTQIA+:

Eu sou assumidamente gay, graças a Deus nunca tive problema com isso, mas o fato de saber que têm pessoas que ainda tão dentro do armário, que não conseguiram se assumir, que naquele dia elas tão num outro mundo, eu falo assim, porque a gente tem relatos de pessoas que vieram aqui e até amigos e amigas trans que eu vi passar por todo o processo de transição, dessas pessoas sentarem e chorarem e dizerem: “ah velho, a Parada está acabando e aqui é o momento que eu consigo ser quem eu sou, é aqui que eu consigo ser respeitada, é aqui que as pessoas me admiram, me acham bonita”. Então assim, é um espaço, é um pedacinho de um outro mundo na terra, sabe? Você está ali, você vai beijar uma pessoa do mesmo sexo sem ter olhares te julgando, você vai com a roupa que você quer, você vai com cabelo colorido, você vai com unha grande, com roupa curta, com a roupa que você quer, então você vai se sentir bem sem ter pessoas te olhando e te julgando por aquilo. Então, pra mim a Parada é um pedacinho de outro mundo, é o pedaço do vale, como a gente costuma dizer. É onde a gente está, e não vai entrar nenhum homofóbico pra bater na gente, não vai entrar ninguém pra assustar a gente, então aquele momento a gente está seguro entre os nossos e com toda a energia ali maravilhosa que a Parada proporciona. (ANIL, entrevista concedida em 28 out. 2021)

A espontaneidade e a liberdade são algumas das características do evento, que estão relacionadas com a ideia de *communitas* (TURNER, 1974), onde se há um modelo de correlacionamento humano caracterizado por indivíduos iguais que se submetem em conjunto a uma autoridade geral. Essa categoria se adequa principalmente quando *Anil* afirma que a Parada é um espaço seguro para àquela comunidade, tendo em vista que existe uma união entre eles, um vínculo que os une acima de qualquer vínculo social formal.

Segundo Turner (2017), os vínculos da *communitas* são antiestruturais, no sentido de que são indiferenciados, igualitários, diretos, não racionais. Ao estudar a natureza do laço social em situações de peregrinação, o autor aponta três tipos de *communitas*, que são: a *communitas* existencial ou espontânea, a *communitas* normativa e a *communitas* ideológicas. Dessas, a que melhor se enquadra na Parada é a existencial ou espontânea, entendida como o confronto direto, imediato e total entre identidades humanas que tende a fazer os envolvidos pensarem na

humanidade como comunidade homogênea, desestruturada e livre. Muitos são os motivos que fazem a militância realizar anualmente o evento, mas a questão da busca pela liberdade é um dos que mais predomina entre os envolvidos, a exemplo de *Amarelo*,

Independente dos entraves políticos e sociais, é algo que não pode acabar, porque eu vejo como uma trincheira é o momento que a gente tem de gritar e dizer quem nós somos, eu acho muito importante falar isso. Às vezes a gente não tem noção do que seja a Parada LGBT de Sergipe, mas algo que me tocou muito e que me faz ainda lutar pela Parada LGBT de Sergipe, além de todas as coisas, do Direito, da importância das pessoas, foi um dia em que um LGBT chegou na instituição e agradeceu a gente porque era o dia que podia ser ele mesmo. Ele era de uma família muito religiosa e veio agradecer que era o único dia que ele podia ser quem é de verdade, ali naquele momento. Ele chegou e disse: “eu só tenho a agradecer a vocês, por favor não me deixem órfão da parada LGBT de Sergipe”. Então isso pra mim é o que continua me sustentando, além de toda questão política, de toda questão da ASTRA, do que representa. Mas esse relato, a gente acha que é uma bobagem, mas existem pessoas aprisionadas dentro de si mesmas porque a família, os amigos, os vizinhos não aceitam a liberdade de ser quem é, e a parada LGBT de Sergipe proporciona isso às pessoas, o momento de ser elas mesmas, de poder beijar embaixo do bandeirão ou fora do bandeirão, e se sentir seguro porque as pessoas entendem que aquele é o momento daquela manifestação política e cultural. (AMARELO, entrevista concedida em 03 nov. 2021)

Enquanto as atrações artísticas se apresentavam no palco *Sobre(viver)*, às 18:13h se iniciaram as falas políticas no trio principal, um rito que acontece em todas as edições e que antecede o cortejo. Durante trinta minutos, subiram no trio para discursar representantes de ONG's e coletivos, a exemplo da Associação à Diversidade em Ação em Busca da Cidadania LGBT do Baixo São Francisco (AADA LGBT), Associação Sergipana de Transgêneros Estanciana (ASTRAES), Associação Gay Simãoense (AGS), Mães pela Diversidade, Rede Nacional de Pessoas Trans (REDTRANS), ASTRA – Direitos Humanos e Cidadania LGBT e Gaymado Aju. Também participaram órgãos ligados aos Direitos LGBTQIA+: Centro de Referência em Direitos Humanos LGBTI+; Núcleo Estanciano de Diversidade Sexual e Direitos Humanos (NEDSDH); Secretaria de Estado de Inclusão e do Trabalho; e a Patrulha Maria da Penha.

Para muitos militantes, esse é o momento mais importante do evento, pois é onde se pode reivindicar Direitos e cobrar do Estado melhorias para a população LGBTQIA+. Nessa hora, notei que as pessoas paravam o que estavam fazendo para ouvir as demandas. Esse comportamento faz com que alguns/as militantes se sintam revigorados/as e realizados/as, pois entendem que essa escuta surtirá efeitos positivos para o segmento, expondo o real sentido da

manifestação. Essa afirmativa é mencionada por *Laranja*, um homossexual que fez parte da coordenação nas primeiras edições da Parada,

Quando eu vi a celebração da diversidade na Orla, quando eu vi casais de mãos dadas, quando eu vi casais se beijando, quando eu vi jovens se beijando, eu me senti representado. Quando eu vi o público parar, quando os trios são desligados e a população ouve cada voz daquela falando as bandeiras de luta, o compromisso dos militantes e o porquê, ali eu me realizei, ali eu me realizei. (LARANJA, entrevista concedida em 11 dez. 21)

A existência das Paradas faz parte do ciclo da cidadanização, da diversificação e dos direitos, pois é a partir da virada dos anos 2000, que a comunidade LGBTQIA+ chega a um patamar inédito de visibilidade, capilaridade e força política (QUINALHA, 2022). Segundo FACCHINI (2020), as Paradas funcionam como um repertório complementar à “incidência política”. Nesse sentido, além de ser um espaço de celebrar a própria existência, também é palco de reivindicar uma agenda política. Por isso, o delegado e ativista gay Mário Leony afirma o quanto ela é necessária:

A Parada é muito importante na perspectiva da visibilidade à nossa agenda, uma agenda política que vem sendo construída há décadas que busca o reconhecimento da nossa cidadania plena. Eu vejo muita crítica do tipo “ai, parada é só festa”, mas parada não é só festa, parada também é festa, a parada também é celebração, a gente precisa celebrar, celebrar as nossas conquistas que não caíram do céu, a gente sabe que a maioria delas foram no âmbito da jurisprudência (...). As conquistas maiores que a gente obteve foram fruto de muita mobilização, muita demanda nossa e aí a gente tem que celebrar essas conquistas. Isso é importante pra que a gente sinta irmanado, mas é um momento também da gente se mobilizar, se fortalecer pra os desafios que se impõem, pra que a gente possa avançar ainda mais, é um momento de denunciar também os diversos episódios de violações que são perpetrados contra a comunidade. É um momento político, e quando eu falo político, não é político partidário, não é no sentido politiquero, é no sentido de uma agenda política que o movimento social., que o movimento LGBT tem construído visando assegurar nossa cidadania. E isso é muito importante, esse momento de visibilidade de reivindicar essa agenda política. (MÁRIO LEONY, entrevista concedida em 06 nov. 2021)

As grandes conquistas que a comunidade LGBTQIA+ obteve ao longo dessas últimas décadas estão relacionadas com a luta dos movimentos no âmbito judiciário, tendo em vista que até o momento não há se quer uma legislação mais ampla de Direitos LGBTQIA+ que tenha sido aprovada (QUINALHA, 2022). Segundo Vecchiatti (2018), essa luta perante o Supremo Tribunal Federal tem obtido resultados históricos e paradigmáticos no país, um desses sendo o

reconhecimento da união estável homoafetiva no ano de 2011 (ADPF 132/ADI 4277), que possibilitou assim uma ampliação do conceito de família no ordenamento jurídico.

Contudo, houve bastante resistência perante os cartórios, e por isso o Conselho Nacional de Justiça editou a resolução 175 em 2013, determinando que os tabeliões celebrassem a união estável e o casamento entre pessoas do mesmo sexo (QUINALHA, 2022). Em 2015 se permitiu a adoção por casais homossexuais, e posteriormente ocorreram outras decisões, como a autorização da mudança de nome e gênero sem a necessidade de laudo médico, em 2018. Além dessas, outra demanda histórica do movimento foi atendida no ano seguinte com a criminalização da LGBTfobia. Esses julgamentos foram extremamente necessários na materialização da cidadania LGBTQIA+ e são frutos da reivindicação do movimento, benefícios que foram trazidos também pelas Paradas, incluindo a do nosso estado, conforme afirma *Anil*:

As leis do nome social pra travestis e transexuais foi uma reivindicação que surgiu dentro da Parada antes de virar decreto. Muitas pessoas não sabem disso, mas lá na Parada, na hora que os militantes e representantes de instituições a nível nacional e local pegam o microfone pra fazer a fala oficial, eles não tão dizendo: “a gente tem direito de ser livre”, não! “A gente tem direito de ser livre, mas a gente precisa disso aqui. Governo do estado, vocês têm o poder pra fazer isso aqui. Vocês podem aprovar essa lei aqui, vocês podem fazer isso aqui”. Então, dali saem reivindicações, sai um documento, sai um ofício, sai uma reunião, sai qualquer coisa pra correr atrás dos direitos da nossa população. Obviamente, há coisas que desde a primeira Parada vêm sendo cobradas e até hoje fica passando pra mão de um pra outro e não se resolve, nunca chegou a ser de fato concretizado. Mas muitas conquistas a gente conseguiu a nível local e outras surgiram também nas Paradas de outros estados, e com a reivindicação de vários militantes de todo o Brasil chegaram a ser instaladas de forma nacional, como é o caso do decreto. A aprovação da união estável foi uma reivindicação que surgiu das Paradas, não só daqui de Sergipe, mas de várias dessas outras Paradas também. (ANIL, entrevista concedida em 28 out. 2021)

O que *Anil* aponta quando os militantes fazem a fala política é que nesse momento não se reivindica somente quais os direitos que a população LGBTQIA+ necessita conquistar ou sobre os quais já alcançaram, mas junto a isso existem também as cobranças que são feitas ao Estado. Durante a Parada, pude observar que em uma das falas se cobrava a implantação de um ambulatório trans na capital, pois o único que funciona é no município de Lagarto, localizado no Hospital Universitário da Federal de Sergipe, e o deslocamento acaba sendo um empecilho para os assistidos. Além de *Anil*, a idealizadora do evento, *Rosa*, também afirma que a Parada acaba sendo um espaço que articula e cobra políticas públicas para o segmento LGBTQIA+:

Nessas Paradas saíram campanhas da lei do nome social lá em 2007/2008, saíram também campanhas de como a gente conseguiu propagar a lei do nome nos postos de saúde, isso foi objeto da Parada no ano de 2009, depois de visitar as delegacias especializadas e promover a interlocução com os centros de referência com delegacia em todos os estados. Foi objeto da Parada fazer missões pra apropriar as cidades do interior e os DAGVs do interior, foi campanha da Parada a testagem rápida para HIV/AIDS; a primeira Parada a fazer testagem no Brasil é a de Sergipe. É ação da Parada de saúde pública em Sergipe teste depois de hepatite, sífilis, campanha de delegacia itinerante no fundo da Parada para acolhimento de casos e propagação da importância da denúncia de violação de direitos humanos para LGBT. Então eu posso ficar aqui resgatando diversas ações de 20 anos pra você que possam linkar o quanto a Parada foi objeto de trazer discussão de políticas públicas e ações que o governo não pensava sozinho. A grande âncora da Parada trouxe a sua responsabilidade social, que é fazer com que a visibilidade positiva do movimento em trazer esse evento e lutar pela causa LGBT chegassem a ações concretas pra população. (ROSA, entrevista concedida em 13 jan. 2022)

No que tange o direito à saúde LGBTQIA+, durante a realização da Parada os/as organizadores/as procuram trabalhar a importância da Prevenção às ISTs/HIV e elaboram ações em parceria com a secretária municipal da saúde. Essas ações existem desde a sua primeira edição, coordenada pelo Dr. Almir Santana, que é o principal nome na luta contra a AIDS no estado de Sergipe, e, mesmo sendo uma pessoa heterossexual, entende a importância da existência da Parada:

Em todas as paradas eu estive presente... eu acho um evento extremamente importante para mobilizar a comunidade, não só a comunidade LGBT, a comunidade em geral, a sociedade em geral. A parada tem um papel importante nesse sentido, de divulgar que o preconceito não deve existir, que deve ter um respeito as pessoas, a orientação sexual das pessoas e também é um espaço para as ações de prevenção, ações de testagem de HIV, um espaço importante. (DR. ALMIR SANTANA, entrevista concedida em 13 jan. 2022)

As ações de testagens de IST/HIV no evento contribuem para que se identifique precocemente a existência do vírus. Caso seja positivo, os profissionais de saúde orientam essas pessoas e as direcionam para suas Unidades de Saúde para começar o tratamento. Durante a 21ª edição, notei que algumas pessoas estavam fazendo os testes, e na tenda onde se encontravam alguns profissionais de saúde (que estavam usando roupas no formato de preservativo), também era distribuído camisinha masculina, feminina e lubrificantes, além da entrega de panfletos explicativos e orientação aos participantes.

Figura 32 – Pessoas realizando os testes durante a 21ª Parada LGBT de Sergipe



Fonte: Acervo pessoal do autor, 2022.

Figura 33 – Funcionário fantasiado de preservativo feminino



Fonte: Acervo pessoal do autor, 2022.

É importante destacar que a Parada é considerada o maior evento organizado pelo público LGBTQIA+ no estado de Sergipe e atrai uma grande quantidade de pessoas desse segmento. Esse é um fato considerado muito relevante segundo os profissionais que trabalham no combate às ISTs/HIVs, a exemplo do médico Almir Santana, que aponta a facilidade proporcionada pelo evento de acesso da secretária da saúde ao público LGBTQIA+:

A Parada permite inclusive um acesso da própria secretária de saúde (...), acesso mais fácil a um número maior de pessoas LGBT, não existe outro momento mais fácil de ter acesso a essas pessoas. E conseqüentemente é um espaço para passar informações, orientações, um espaço de saúde. (ALMIR SANTANA, entrevista concedida em 13 jan. 2022)

Outro órgão que se fez presente no evento foi a Defensoria Pública de Sergipe, que, junto com a Associação dos Notários e Registradores do Estado de Sergipe (ANOREG/SE), realizou uma ação para auxiliar as pessoas trans a retificarem o nome e o gênero.

Figura 34 – Stand da Defensoria Pública na 21ª Parada LGBT de Sergipe



Fonte: Acervo pessoal do autor, 2022.

Figura 35 – Stand da ANOREG/SE na 21ª Parada LGBT de Sergipe

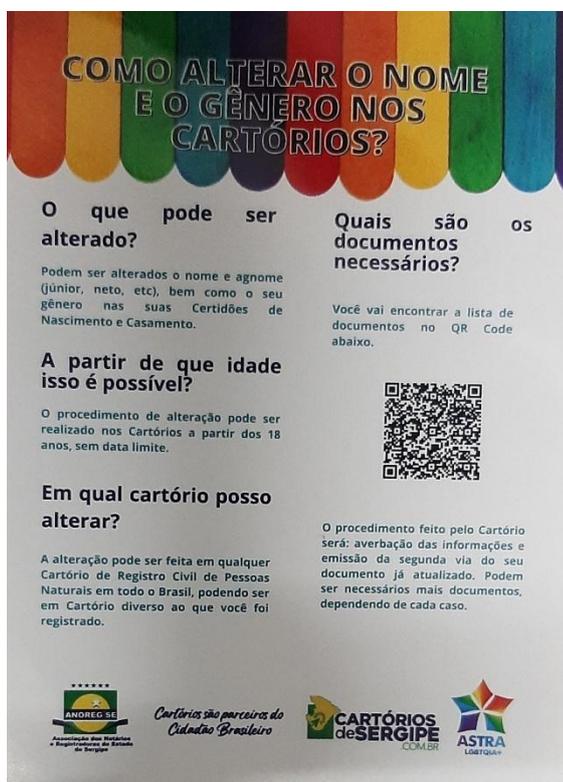


Fonte: Acervo pessoal do autor, 2022.

Desde que o Conselho Nacional de Justiça (CNJ) criou o provimento 73/2018, que dispõe sobre a averbação da alteração do prenome e do gênero nos assentos de nascimento e casamento de pessoa transgênero no Registro Civil das Pessoas Naturais (RCPN), a Defensoria Pública de Sergipe tem sido uma grande parceira das ONGs. Foi através de Dr. Sérgio Barreto Moraes, coordenador do Núcleo de Defesa dos Direitos Humanos e Promoção da Inclusão Social (NUDEDH), que foi obtida a gratuidade na cobrança de emolumentos a pessoas trans em estado de extrema vulnerabilidade ao alterar nome e gênero.

A decisão da Corregedoria do Tribunal de Justiça facilitou a realização do procedimento. A participação da ANOREG/SE na 21ª Parada demonstra o comprometimento com a população LGBTQIA+, tendo em vista que muitas instituições denunciaram o comportamento de alguns chefes de cartórios que muitas vezes se recusavam a fazer a retificação por puro preconceito. Durante o evento foi disponibilizado um panfleto informando qual a idade com que pode ser realizado o procedimento, quais os documentos que são necessários e o que pode ser alterado (figura 36).

Figura 36 – Panfleto da ANOREG/SE sobre a retificação de nome e gênero



Fonte: Acervo pessoal do autor, 2022

Ainda sobre Direitos das pessoas trans, em abril desse ano uma decisão inédita da 6ª turma do Superior Tribunal de Justiça (STJ) determinou a aplicação da Lei Maria da Penha a mulheres transexuais. Essa validação é um avanço, tendo em vista que por muitos anos o fator biológico prevalecia quando se tratava de questões de gênero. Com o intuito de ampliar a divulgação dessa decisão, a Patrulha Maria da Penha da Guarda Municipal de Aracaju compareceu no palco *Sobre(viver)* e explicou com detalhes essa novidade. A Patrulha Maria da Penha (PMP) é formada por uma equipe especializada no combate aos crimes de violência doméstica e atua desde 2019, acompanhando diariamente mulheres vítimas de violência doméstica que possuem medidas protetivas de urgência oriundas do Tribunal de Justiça.

A supervisora da PMP, Vileanne Brito, informou quais os mecanismos de denúncia e destacou que a iniciativa de terem comparecido ao evento acontece em alusão ao “Agosto Lilás”, que é o mês da campanha de enfrentamento à violência contra a mulher, fruto de uma parceria entre a Coordenadoria de Políticas para Mulheres (CPM) da Diretoria de Direitos Humanos (DDH) da Assistência Social de Aracaju; o Núcleo de Prevenção de Violências e Acidentes (NUPEVA); a Patrulha Maria da Penha; e o Conselho Municipal Da Mulher (CMDM) (Figura 37).

Figura 37 – Patrulha Maria da Penha no Palco *Sobre(viver)*



Fonte: Acervo pessoal do autor, 2022.

Às 18h42 se iniciou o desfile dos trios na avenida, esse ano liderados pela cantora Lorena Simpson, dona dos hits "Dreams" e "Brand New Day", e do DJ Filipe Guerra. Como de costume, o bandeirão se fez presente no percurso, e diversas pessoas se reuniram e acompanharam os trios pela Passarela do Caranguejo até as 21hs.

Figura 38 – Cantora Lorena Simpson na 21ª Parada LGBT de Sergipe



Fonte: Acervo pessoal do autor, 2022

Figura 39 – Bandeirão estendido na Passarela do Caranguejo durante a 21ª Parada LGBT de Sergipe



Fonte: Acervo pessoal do autor, 2022.

O confinamento que as pessoas tiveram que fazer durante dois anos alimentou o sentimento de extravasar, de querer ser livre. Para muitos LGBTQIA+, esse isolamento já ocorria antes mesmo da pandemia, e somente na Parada era possível se libertar. Independente da orientação sexual ou identidade de gênero, a edição de 2022 foi o respiro que todas as pessoas estavam precisando. A felicidade era notada em cada canto da Orla da Atalaia, havia muitos casais homo se beijando e de mãos dadas. O público era totalmente diverso, seja na etnia ou na idade. Muitos turistas que estavam nos hotéis abriram suas janelas para olhar o cortejo dos três

trios, e em nenhum momento eu percebi alguma agressão ou qualquer tipo de violência entre os presentes. Além das pessoas que foram se divertir e comemorar, haviam também muitos ambulantes que estavam garantindo uma renda extra.

Quanto à novidade do palco *Sobre(viver)*, esta foi bem-recebida pelo público, pois é uma outra alternativa para quem não quer se locomover durante duas horas. A sua criação foi bem oportuna, pois é um espaço de divulgação do trabalho de muitos artistas sergipanos que não encontram espaço na grande mídia. Dessa forma, o evento proporciona muita visibilidade, que é basicamente o que toda a comunidade procura.

Essa Parada foi um grito de resistência pelos quatro anos que se passaram num governo extremamente preconceituoso e genocida, e durante as falas políticas os militantes não pouparam as críticas ao presidente, e exclamaram em alto e bom som: “Fora Bolsonaro!”. Além do clima de protesto, não faltou diversão e muita paquera embaixo do bandeirão ao som dos trios elétricos. Esse foi o resultado de quatro meses de planejamento, onde diversas ONGs e militantes individuais se uniram para retornar as ruas na esperança de dias melhores.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

*I see your true colors
And that's why I love you
So don't be afraid to let them show
Your true colors
True colors are beautiful
Like a rainbow*
(Cyndi Lauper – True Colors)

No dia 3 de junho de 2022, a Justiça Federal do Acre determinou que o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE incluísse questões sobre orientação sexual e identidade de gênero no Censo Demográfico, que é uma pesquisa realizada em todo território nacional e ocorre a cada dez anos. Previsto para ser iniciado em primeiro de agosto de 2022, a 13ª edição do Censo era para ter acontecido em 2020, mas por falta de verba e devido à pandemia precisou ser adiada para 2022. A decisão da Justiça Federal do Acre foi suspensa por José Amilcar Machado, desembargador do Tribunal Regional Federal da 1ª Região⁴¹, alegando que o questionário já estava pronto e a inclusão de novas questões provocaria um novo adiamento, gerando grave lesão à ordem, à saúde e à economia pública. Dessa forma, lésbicas, bissexuais, gays, travestis e transexuais vão ter que esperar mais dez anos para “existirem”.

A visibilidade é o fio condutor de muitos movimentos sociais, e mesmo com tantas manifestações descritas neste trabalho, as pessoas LGBTQIA+ ainda estão lutando constantemente para terem mais visibilidade. À medida que os homossexuais lutavam para ser visibilizados nos anos 1980, existia um processo de produção de um sujeito estável. Segundo FACCHINI (2020), esses processos de “centramento” eram tensionados na medida em que homossexuais negros e lésbicas emergiam como sujeitos complexos, não permitindo o apagamento dos conflitos envolvendo diferenças na diferença. Nas décadas seguintes, essas tensões se consolidam por meio dos processos de redemocratização, de cidadanização dos sujeitos políticos dos movimentos e da participação socioestatal.

⁴¹ O Tribunal Regional Federal da 1ª Região é um órgão de segunda instância da Justiça Federal brasileira, com sede em Brasília e jurisdição sobre o Distrito Federal e os estados do Acre, Amapá, Amazonas, Bahia, Goiás, Maranhão, Mato Grosso, Pará, Piauí, Rondônia, Roraima e Tocantins

Quando o movimento emerge como LGBT entre os anos 1990 e 2000, esses conflitos se intensificam devido à delimitação de identidades, ocasionando o acirramento da disputa por visibilidade no interior do movimento. E isso se reflete na construção da Parada LGBT de Sergipe, o protagonismo que ela poderia proporcionar a determinado militante ou ONG também pode resultar em tensões entre os pares. Esse campo de disputas e tensões que é a Parada faz com que alguns militantes se desfoquem do propósito geral da manifestação, deixando a vaidade pessoal e institucional se sobressair.

As divergências políticas de alguns militantes também são a causa desses tensionamentos. Como um arco-íris, que é construído de diversos matizes cromáticos, a Parada também é constituída por meio de disputas em torno de diferentes posições e matizes políticas. São disputas em torno dos direitos e sujeitos LGBTQIA+, que ganham significados diferentes a partir do momento em que são articulados em contextos simbólicos e políticos distintos (FERREIRA, 2012). Os conflitos se manifestam tanto no planejamento, tendo como principal arena as reuniões, como também na sua execução.

Os embates no processo construtivo do evento também acabam sendo produtivos, tendo em vista que as divergências acabam criando olhares distintos sobre determinada ideia e a escolha final muitas vezes foi defendida pensando na melhoria do grupo. Como ainda vivemos num país que nega a existência das pessoas LGBTQIA+, a realização da Parada é extremamente necessária, pois é através dela que esse segmento se sente livre para se expressar e assumir publicamente sua orientação sexual ou identidade de gênero. Além disso, é um espaço onde se pode reivindicar melhorias na vida dessa comunidade, cobrando ao Estado direitos basilares como educação, saúde e segurança pública. Por mais que o evento tenha um caráter festivo, ele se torna uma ferramenta essencial na luta contra a LGBTfobia, quando se demonstra para a sociedade que essa não é uma minoria e que precisa ser respeitada.

Enquanto o Brasil continuar sendo o país que mais mata pessoas trans, a Parada assume um papel primordial como um evento que prega a igualdade, a tolerância e o respeito, independentemente de etnia, classe e gênero. O dia do evento representa a consolidação das atividades realizadas durante todo o ano pela ONG que coordena, e serve também como encontro de amigos que se unem pela mesma causa, podendo ser identificado como *communitas* (TURNER, 1974). A preparação do evento é um fator que contribui para sua seriedade, pois são quatro meses de muito empenho e dedicação em busca de recursos do município e do Estado..

Apesar das edições da Parada aqui analisadas terem sido realizadas em formato diferentes, a essência do evento permaneceu. No formato virtual, a questão política foi abordada por meio de entrevistas de militantes sergipanos, enquanto na de rua houve o momento das falas políticas, sendo a parte que a coordenação mais prioriza. Em relação ao entretenimento, a arte esteve presente em ambas, sempre valorizando os (as) artistas locais, pois estes não encontram espaço na grande mídia.

Mesmo que apenas uma ONG seja a responsável pelo evento, ela sozinha não consegue dar conta de tudo. As disputas e tensões que acabam afastando algumas instituições de forma definitiva ou temporária acabam sendo prejudiciais ao desenvolvimento e execução da Parada. As divergências que estão presentes na sua construção acabam sendo parte desse processo democrático e, mesmo que cause uma impressão de desunião entre os organizadores e militantes, o movimento não esteve enfraquecido, principalmente nesse governo fascista. De qualquer forma, é preciso deixar o individualismo de lado e se pensar mais na coletividade, até o dia que a comunidade LGBTQIA+ possa de fato ser vista e respeitada.

Depois de ter realizado diversas entrevistas com militantes e personalidades públicas e de ter observado de perto como ocorre todo o processo de construção desse evento que existe há mais de duas décadas, finalizo esse trabalho com o sentimento de ter contribuído de alguma forma no fortalecimento do movimento LGBTQIA+ sergipano, na esperança de que a sociedade conheça e valorize essa manifestação política e festiva que representa o orgulho, a luta e a resistência dessa comunidade.

6. REFERÊNCIAS

- ALBUQUERQUE, Juliene Tenório de; ALVES, Elba Ravane. Apontamentos sobre a violência contra a mulher na política institucional brasileira. **Debates Insubmissos**, Caruaru-PE., Ano I, v.1, nº 2, mai/ago. 2018.
- ALBUQUERQUE JUNIOR, Durval Muniz de. **Nordestino: invenção do "falo" - uma história do gênero masculino (1920-. 1940)**. São Paulo: Intermeios, 2013.
- ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE TRAVESTIS E TRANSEXUAIS. **Dossiê: Assassinatos e violência contra travestis e transexuais no Brasil em 2018**. BENEVIDES, Bruna G.; NOGUEIRA, Sayonara Naider Bonfim (Orgs.). Brasília: Distrito Drag, 2019. Disponível em: <<https://antrabrazil.files.wordpress.com/2019/12/dossie-dos-assassinatos-e-violencia-contra-pessoas-trans-em-2018.pdf>>. Acesso em: 27 ago. 2022.
- ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE TRAVESTIS E TRANSEXUAIS. **Candidaturas trans foram eleitas em 2020**. Disponível em: <https://antrabrazil.org/2020/11/16/candidaturas-trans-eleitas-em-2020/>. Acesso em: 02 set. 2022.
- BORRILLO, Daniel. **Homofobia: história e crítica de um preconceito**. Belo Horizonte: Autêntica, 2010.
- BORTOLOZZI, Matheus Remom. A Arte Transformista Brasileira: Rotas para uma genealogia decolonial. **Quaderns de Psicologia**, Vol. 17, Nº 3, 2015.
- BRANDÃO, Carlos Rodrigues. **Reflexões sobre como fazer trabalho de campo**. Sociedade e Cultura, vol. 10, núm. 1, janeiro-junho, Goiânia. 2007.
- BUTLER, Judith. **Corpos que pesam: sobre os limites discursivos do "sexo"**. In: LOURO, Guacira Lopes (Org). **Pedagogias da sexualidade**. 2. Ed. Autêntica: Belo Horizonte, 2000.
- CAETANO, Márcio; Nascimento, Claudio; RODRIGUES, Alexsandro. Do caos reemerge a força: AIDS e mobilização LGBT. In: GREEN, James N; et al (Org). **História do Movimento LGBT no Brasil**. São Paulo, Alameda, 2018.
- CALAZANS, Gabriela Junqueira. Políticas de Saúde voltada à diversidade sexual e de gênero. In: FACCHINI, Regina; FRANÇA. Isadora Lins. **Direitos em disputa: LGBTI+, poder e diferença no Brasil contemporâneo**. Campinas. Editora Unicamp, 2020.
- CAMARGOS, Moacir Lopes de. O surgimento das Parada LGBT no Brasil. In: GREEN, James N; et al (Org). **História do Movimento LGBT no Brasil**. São Paulo, Alameda, 2018.
- CARDOSO, Max Wesley Santos. **Por uma história do movimento homossexual no final dos anos de 1970 à formação do grupo Dialogay (1981-1983)**. Dissertação (Mestrado em História) – UFS – São Cristóvão, 2021.
- CARVALHO, Mario Felipe de Lima. **Que mulher é essa? Identidade, política e saúde no movimento de travestis e transexuais**. Dissertação (Mestrado em saúde coletiva) – UERJ – Rio de Janeiro, 2011.
- CAVALCANTI, Maria Laura Viveiros de Castro. As grandes festas. **Um Olhar sobre a cultura brasileira** (Orgs. Márcio de Souza e Francisco Weffort). Rio de Janeiro: FUNARTE/Ministério da Cultura. pp. 293-311. 1998.

CAVALCANTI, Maria Laura Viveiros de Castro. **Carnaval Carioca: dos bastidores ao desfile**. Rio de Janeiro: Ed Ufrj/Funarte. 2006.

CLIFFORD, James. 1998. **A experiência etnográfica: antropologia e literatura no século XX**. Rio de Janeiro: Editora UFRJ. 1998.

COSTA, Patrícia Rosalba Salvador Moura. **Aracaju dos anos 90: Crimes sexuais, homossexualidade, homofobia e justiça**. Aracaju: Editora Oficial do Estado de Sergipe - EDISE, 2016.

DAMATTA, Roberto da. **Carnavais, malandros e heróis: Para uma sociologia do dilema brasileiro**. Rio de Janeiro: Rocco, 1997.

DIAS, Mateus de Souza. Vogue: 'Ballroom', resistência e protagonismo negro e transexual. **Jornalismo Júnior**, 18 nov. 2020. Disponível em: <http://jornalismojunior.com.br/vogue-ballroom-resistencia-e-protagonismo-negro-e-transexual/> Acesso em 20 de janeiro de 2022.

DONEZA, Alessandro. **A difusão mundial da musicalidade brasileira: uma reflexão geográfica**. Geograficidade, 8(Especial), 27-40. 2019.

FACCHINI, Regina. De homossexuais a LGBTQIAP+: sujeitos políticos, saberes, mudanças e enquadramentos. *In*: FACCHINI, Regina; FRANÇA, Isadora Lins (Org). **Direitos em disputa: LGBTI+, poder e diferença no Brasil contemporâneo**. Campinas-SP. Editora da Unicamp. 2020.

FACCHINI, Regina. **Sopa de letrinhas? Movimento homossexual e produção de identidades coletivas nos anos 90**. Rio de Janeiro: Garamond, 2005.

FERREIRA, Glauco Batista. **Arco-Íris em Disputa: A “Parada da Diversidade” de Florianópolis: entre políticas, sujeitos e cidadanias**. Dissertação (Mestrado em Antropologia) – UFSC, Florianópolis, 2012.

FERNANDES, Felipe Bruno Martins. **A agenda anti-homofobia na educação brasileira (2003-2010)**. 2011. Tese (Doutorado em Ciências Humanas), Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2011.

FERNANDES, Marisa. Ações lésbicas. *In*: GREEN, James N; et al (Org). **História do Movimento LGBT no Brasil**. São Paulo, Alameda, 2018.

FRANÇA, Isadora Lins. Um breve histórico. *In*: COSTA NETTO, F. et al. (org). **Parada: 10 anos do Orgulho GLBT em SP**. São Paulo: Editora Produtiva: Associação da Parada do Orgulho GLBT de São Paulo, 2006.

GALVÃO, Jane. **AIDS no Brasil. A agenda de construção de uma epidemia**. Rio de Janeiro: ABIA/São Paulo: Editora 34, 2000.

GLUCKMAN, Max. **Rituais de rebelião no sudeste da África**. Série Tradução, v. 1. Brasília: DAN/UnB, 2011.

GREEN, James N. “Mais amor e mais tesão”: a construção de um movimento brasileiro de gays, lésbicas e travestis. **Cadernos Pagu**, Campinas n. 15, p. 271-295, 2015.

GREEN, James N. **Além do Carnaval: a homossexualidade masculina no Brasil do século XX**. São Paulo: Editora Unesp, 2019.

- GRUNVALD, Vitor Pinheiro. **Existências, insistências e travessias: sobre algumas políticas e poéticas de travestimento**. Tese (Doutorado em Antropologia), Universidade de São Paulo, São Paulo, 2016.
- GUBER, Rosana. **La etnografía, método, campo y reflexividad**. Bogotá: Grupo Editorial, Norma, 2001.
- HALL, Stuart. Quem precisa da identidade? In. SILVA, Tomaz. T. **Identidade e diferença: a perspectiva dos estudos culturais**. Petrópolis: Vozes, 2000.
- JESUS, Jaqueline Gomes de. Travessia: caminhos da população trans na história. In GREEN, James N; et al (Org). **História do Movimento LGBT no Brasil**. São Paulo, Alameda, 2018.
- JESUS, Jaqueline Gomes de. Alegria momentânea: paradas do orgulho de lésbicas, gays, bissexuais, travestis e transexuais. **Revista Interinstitucional de Psicologia**, vol. 6, n. 1, jan. - jun, 2013.
- JOHAN, Allan. Há 20 anos, Curitiba sediou a primeira parada gay do Brasil. **Revista Lado A**, 30 jun. 2015. Disponível em: <https://revistaladoa.com.br/2014/01/curitiba/rolezinho-gay-os-10-anos-dos-encontros-contra-preconceito-nos-shoppings-curitiba/>. Acesso em: 20 de janeiro de 2022.
- KATZ, Jonathan. **A invenção da heterossexualidade**. Rio de Janeiro. Ediouro, 1996 [1995].
- KHAIR, Augustine Araújo. O impacto da Primeira Parada Virtual LGBT+ de São Paulo. **Anais do Congresso Nacional Universidade**, EAD e Software Livre, v2., nº 11, 2020.
- LACERDA, Paulo Sérgio S. de. **Os arquivos audiovisuais/memória de Lú Spinelli como narrativa da história da dança moderna em Sergipe**. Dissertação (Mestrado em cinema e narrativas sociais) – UFS – São Cristóvão, 2021.
- MAGGIE, Yvonne. **Guerra de Orixá: um estudo de ritual e conflito**. Rio de Janeiro: Zahar, 2001.
- MELO, Anahí Guedes de. **Gênero, deficiência, cuidado e capacitismo: uma análise antropológica de experiências, narrativas e observações sobre violências contra mulheres com deficiência**. Dissertação (mestrado), Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2014.
- MELO, Anahí Guedes de. **Deficiência, incapacidade e vulnerabilidade: do capacitismo ou a preeminência capacitista e biomédica do Comitê de Ética em Pesquisa da UFSC**. **Ciênc. saúde colet.** 21 (10) • Out 2016.
- MELO, Lucas Martins Santos. **Diversão nunca é demais: um estudo acerca dos clubes sociais de Aracaju no século XX**. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Ciências Sociais) – UFS – São Cristóvão, 2013.
- MELO, Marcos Ribeiro de. Itinerários e “Lutas”: **O engajamento de lideranças dos movimentos homossexual e LGBT em Sergipe (1981-2012)**. Tese (Doutorado em Sociologia) – UFS, São Cristóvão, 2013.
- MOURA, Lino Daniel Evangelista. **Cabra macho e flamenco transculturados: a dança como embaralhamento de subjetividades**. Tese (Doutorado em Artes Cênicas), UFBA, Salvador, 2019.
- OLIVEIRA, Roberto Cardoso de. **O Trabalho do Antropólogo**. Brasília/ São Paulo: Paralelo Quinze/Editora da Unesp. 1998.

OLIVEIRA, José Marcelo Domingos de; LEMOS, Andrey Roosevelt Chagas. O movimento LGBTI+ em Sergipe: os 40 anos do Grupo Dialogay de Sergipe. **REBEH**, v. 4, n. 14, 2021.

OLIVEIRA, José Marcelo Domingos de. **Desejo, Preconceito e Morte: Assassinatos de LGBT em Sergipe – 1980 a 2010**. Tese (Doutorado em Ciências Sociais), UFRN, Natal, 2012.

PASSOS, Elayne Messias. **Espaço Travestido: ritmos e transformações identitárias em um território urbano**. Tese (Doutorado em Antropologia), UFBA, Salvador, 2020.

QUINALHA, Renan. **Movimento LGBTI+: uma breve história do século XIX aos nossos dias**, Belo Horizonte: Autentica, 2022.

RESTREPO, Eduardo. **Etnografia: alcances, técnicas y éticas**. Lima, Universidad Nacional Mayor de San Marcos. 2018.

ROCHA, Marcos Andrade. **Movimentos sociais de ocupação da grande Aracaju: ritos, símbolos e místicas**. Dissertação (Mestrado em Antropologia), UFS – São Cristóvão, 2021

RUSSO, Ana Lúcia Rodrigues Gama; RUSSO, Tatiana Rodrigues Gama. Por que falamos de Stonewall e esquecemos o WhK? A Ciência e o espaço da neutralidade como espaço do discurso conservador. **Revista Fronteira & Debates**, Macapá, v. 7, n. 2, jul./dez. 2020.

SÁ, Simone Pereira de; VECCHIA, Leonam Dalla; STOFFELS, Leandro. Criolo e comunidade LGBTQIA+ entre controvérsias e alianças: uma análise do projeto “Etérea”. **Revista Fronteiras – estudos midiáticos**, UNISINOS, 2002.

SAHLINS, Marshall. **Metáforas históricas e realidades míticas**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editores, 2008.

SAMPAIO, Juciana de Oliveira. Nem “Cabra Macho”, Nem “Paraíba Masculina”: Discutindo travestilidade e regionalidade em perspectiva interseccional. Seminário Internacional Fazendo Gênero 10 (**Anais Eletrônicos**), Florianópolis, 2012.

SANTOS, Osmário. **Oxente! Essa é a nossa gente**. Aracaju. Editora Ós, 2004.

SCHULMAN, Sarah. **Homofobia Familiar: uma experiência em busca de reconhecimento**. **Bagoas**, v. 4, n.5, 2010.

SEDGWICK, Eve K. A epistemologia do armário. **Cadernos Pagu**, Campinas, n. 28, p. 19-54, 2007 [1993].

SILVA, Cristina Luci Câmara da. ONGs/AIDS, intervenções sociais e novos laços de solidariedade. **Cad. Saúde Pública**, Rio de Janeiro, 14 (Sup. 2): 129-139, 1998.

SILVA, Lucas Luis. **Fontes para a história do Pré-Caju (1992-2004): as matérias do Jornal da Cidade**. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em História) – UFS – São Cristóvão, 2017.

SIMMEL, Georg, **O conflito como sociação** (Tradução de Mauro Guilherme Pinheiro Koury).

RBSE – Revista Brasileira de Sociologia da Emoção, v. 10, n. 30, pp. 568-573. 2011.

SIMÕES, Júlio Assis; FACCHINI, Regina. **Na trilha do Arco-Íris: Do movimento homossexual ao LGBT**. São Paulo. Editora Fundação Perseu Abramo. 2009.

SOLIVA, Thiago Barcelos. **Sob o símbolo do glamour: um estudo sobre homossexualidades, resistência e mudança social**. Tese (Doutorado em Antropologia Cultural), UFRJ, Rio de Janeiro, 2016.

TREVISAN, João Silvério. **Devassos no Paraíso: a homossexualidade no Brasil, da colônia à atualidade**. Rio de Janeiro, Objetiva, 2018.

TURNER, Victor. **O Processo Ritual: estrutura e anti-estrutura**. Petrópolis, Vozes, 1974.

TURNER, Victor. **Dramas, campos e metáforas: ação simbólica na sociedade humana**. Editora da Universidade Federal Fluminense – Niterói, 2017.

VALCUENDE DEL RÍO, José María; LÓPEZ, Juan Blanco. Hombres y masculinidad ¿Un cambio de modelo?. **MASKANA**, Vol. 6, No. 1, 2015.

VARJÃO, Círia de Aguiar Freitas. **Lugar de mulher é onde ela quiser?** Inserção, formação e trabalho das docentes em ciências agrárias no Campus do Sertão da Universidade Federal de Sergipe. 2020. Dissertação (Mestrado em Antropologia), Universidade Federal de Sergipe, São Cristóvão, 2020.

VECCHIATI, Paulo Roberto Iotti. Mobilização judicial pelos direitos da diversidade sexual e de gênero no Brasil. In GREEN, James N; et al (Org). **História do Movimento LGBT no Brasil**. São Paulo, Alameda, 2018.

VENCATO, Anna Paula. **“Fervendo com as drags”**: corporalidades e performances de drag queens em territórios gays da Ilha de Santa Catarina. Dissertação (Mestrado em Antropologia), UFSC, Florianópolis, 2002.

WOLF, Sherry. **Sexualidade e socialismo: história, política e teoria da libertação LGBT**. São Paulo: Autonomia Literária, 2021.

7. ANEXOS

QUESTIONÁRIO

Levantamento do Perfil das pessoas entrevistadas

(Nome, Idade, Escolaridade, Ocupação, Etnia, Orientação Sexual, Identidade de Gênero, Estado Civil).

Organizadores e Apoiadores

- 1) De que forma você contribuiu para realização da Parada LGBT de Sergipe?
- 2) Como se deu seu primeiro contato com a Parada LGBT de Sergipe?
- 3) Quantas Paradas você ajudou a construir? Teve alguma que te chamou a atenção e por que?
- 4) Quais as dificuldades em realizar a Parada?
- 5) Como se dá o processo de organização e planejamento para a realização da Parada?
- 6) A Parada de Sergipe é diferente de outras do Brasil? Se sim, quais diferenças ela apresenta?
- 7) Descreva como que o ocorre a participação das pessoas na construção da parada?
- 8) Com o advento da pandemia, no ano passado e esse ano não houve a possibilidade de realizar a parada, que alternativa foi elaborada para que o evento não deixasse de ser realizado?
- 9) Ao decorrer dos anos, a realização da Parada trouxe benefícios para a comunidade LGBTQIA+? Se sim, quais?
- 10) O que a Parada LGBT de Sergipe representa para você?
- 11) Você lembra de alguém ou uma instituição que ajudou na construção da Parada?

Personalidades/Figuras Públicas

- 1) Você já participou da Parada LGBT de Sergipe? Qual impressão que você teve desse evento?
- 2) Na sua opinião, a realização da Parada traz resultados para a população LGBTQIA+, se sim, quais?

- 3) A Parada é um evento somente para os LGBTQIA+? Qual a importância de ser um evento público?
- 4) O que mais chama a sua atenção no dia da Parada LGBT?
- 5) Além de participar do evento, você contribuiu de alguma forma para que ele fosse realizado? Se sim, como se deu sua contribuição?
- 6) O que a Parada LGBT de Sergipe representa para você?
- 7) Como a sociedade vê a Parada LGBT?
- 8) Qual a importância da participação do Estado nessa pauta?

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

Declaro, por meio deste termo, que concordei em ser entrevistado(a) e participar na pesquisa intitulada: Orgulho, Luta e Resistência: Uma análise antropológica da Parada LGBT de Sergipe desenvolvida por Gladston Oliveira dos Passos. Fui informado(a), ainda, de que a pesquisa é orientada pela Dra. Patrícia Rosalba Salvador Moura Costa, que poderei contatar / consultar a qualquer momento que julgar necessário através do e-mail: patriciarosalba@gmail.com/

Afirmo que aceitei participar por minha própria vontade, sem receber qualquer incentivo financeiro ou ter qualquer ônus e com a finalidade exclusiva de colaborar para o sucesso da pesquisa. Fui informado(a) dos objetivos estritamente acadêmicos desse estudo, que, em linhas gerais é analisar as relações de poder que constituem a construção da Parada LGBT de Sergipe.

Fui também esclarecido(a) de que os usos das informações por mim oferecidas estão submetidos às normas éticas destinadas à pesquisa envolvendo seres humanos, da Comissão Nacional de Ética em Pesquisa (CONEP) do Conselho Nacional de Saúde, do Ministério da Saúde.

Minha colaboração se fará por meio de entrevista a ser gravada a partir da assinatura desta autorização.

Fui ainda informado(a) de que posso me retirar dessa pesquisa a qualquer momento, sem prejuízo para meu acompanhamento ou sofrer quaisquer sanções ou constrangimentos.

Atesto recebimento de uma cópia assinada deste Termo de Consentimento Livre e Esclarecido, conforme recomendações da Comissão Nacional de Ética em Pesquisa (CONEP).

São Cristóvão-SE, _____ de _____ de _____

Assinatura do(a) participante: _____

Assinatura do(a) pesquisador(a): _____



DOCUMENTO POLÍTICO - PARADA LGBT

INTRODUÇÃO:

CONSTRUÇÃO DE TEXTO POLÍTICO SOBRE A GESTÃO PÚBLICA EM SERGIPE

As ações contidas neste documento prévio foram orientadas inicialmente a partir das necessidades identificadas dos/as militantes do estado de Sergipe e traduzem o anseio por uma política popular e que garanta uma política permanente de governo para além do tripé da cidadania.

EIXOS:

Educação e Laicidade: concepção de política desde a educação infantil, em que sejam desconstruídos preconceitos, mitos e tabus com relação à população LGBT promovendo a educação inclusiva, não sexista e não LGBTfóbica, como princípios baseados na laicidade.

Cultura, Esporte, Lazer e Turismo: articular o acesso contínuo da população LGBT às políticas de Cultura, Esporte, Lazer e Turismo em especial às dimensões simbólica, econômica e identitária.

Trabalho, Emprego e Renda: identificar os problemas que são considerados indispensáveis para garantia de empregabilidade da população LGBT no sistema público de emprego, trabalho e renda.

Saúde e Assistência social: garantir o acesso e qualificar o atendimento nos serviços de saúde e da assistência social de acordo com as especificidades da população LGBT.

Direitos Humanos, Legislação, Cidadania e Segurança: implantar políticas públicas que viabilizem a igualdade de direitos para a população LGBT e o exercício da cidadania plena.

Democratização e Disseminação da Informação e Comunicação: democratizar a transmissão e difusão de informações no intuito de efetivar o acesso à informação.

Igualdade Racial: garantir a efetivação da igualdade de oportunidades da população LGBT de negros e negras, a defesa dos direitos e o combate à discriminação e às demais formas

Pessoas com Deficiência: equiparação de oportunidades valorizando o protagonismo e as escolhas das pessoas LGBT com deficiência, além de promover efetivamente a inclusão e a acessibilidade de pessoas com deficiência LGBT nos mais diversos espaços e instâncias.

Pessoas Idosas: garantir à população LGBT idosa uma sociedade que assegure dignidade, independência, protagonismo, autonomia e inclusão social.

Propostas para serem executadas nos anos de 2023, 2024, 2025 e 2026.

Dentro desse contexto pensamos em apresentar cada proposta inserida dentro de uma pasta do governo para que a efetivação das políticas públicas ocorra de modo transversal

PRIORIDADES

DIREITOS HUMANOS

1. Recriar a Secretaria Estadual de Direitos Humanos prevendo a Criação, Regulamentação do órgão gestor de Política LGBT; garantindo recursos dentro da Lei Orçamentária Anual, da Lei de Diretrizes Orçamentárias e do Plano Plurianual para ações afirmativas visando a população LGBT na gestão estadual com a criação de um fundo orçamentário estadual que trabalhe diretamente com a política LGBT através de coordenadorias, assessorias dentre outros;
2. Criar dotação orçamentária nos planos plurianuais (PPA) e Lei Orçamentária anual (LOA), no sentido de assegurar recursos para a promoção e defesa da política da população LGBT, a exemplo da parada da diversidade sexual;
3. Estruturar e fortalecer do Conselho Estadual LGBTQIA+;
4. Criar o Plano Estadual de Promoção da Cidadania da População LGBT e de políticas Inter setoriais para a população, garantindo sua aplicação;
5. Criar programas nos moldes do Transcidadania, garantindo bolsa-auxílio para que pessoas travestis, transexuais possam estudar e ter oportunidades de vida, garantindo o acesso e permanência desta população em programas como o de Educação de Jovens e Adultos (EJA), financiamento estudantil e outros programas sociais.

SAÚDE

1. Formar, conscientizar e sensibilizar profissionais de saúde para o tratamento qualificado, no atendimento à população LGBTQIA+, procurando garantir acesso igualitário e formação permanente;
2. Criar o organismo de comitê técnico da saúde da população LGBTQIA+ dentro da estrutura da SES com atribuição e autonomia para discutir com Conselho de Secretários Municipais de Saúde (COSEMS), Comissão Intergestora Bipartite (CIB) e Comissão Intergestora Regional (CIR) a garantia dos insumos para os procedimentos com a população LGBT criando ações e campanhas específicas para população;
3. Promover ações permanentes junto à Vigilância em Saúde, visando a construção de indicadores da Saúde LGBTQIA+ e inclusão das variáveis de identidade de gênero e orientação sexual, nas fichas de notificação e prontuários nos serviços de saúde incluindo os serviços de saúde das Universidades Federais do Brasil com vínculo originário no MEC;
4. Realizar ações permanentes sobre promoção, prevenção e cuidado à saúde integral LGBTQIA+, envolvendo as políticas estratégicas e transversais com os demais ministérios;
5. Promover ações permanentes com as universidades federais para elaboração de pesquisas e outras atividades que abordem a temática Saúde Integral LGBTQIA+ conforme o PNSIP LGBTI+;
6. Criar o ambulatório estadual habilitado ao processo transexualizador para o acompanhamento da terapia hormonal para pessoas trans e redução de danos advindos do mau uso das tecnologias (como excesso de hormônios, silicone industrial, uso de colete compressor de mamas), prevenção ao câncer de mama, colo uterino e próstata na de pessoas travestis e transexuais;
7. Desenvolver políticas permanentes de Cuidado Especializado em Saúde Mental da População LGBTQIA+, garantindo acolhimento, acesso amplo e seguro nos Ambulatórios de Saúde Mental, CAPS e outros instrumentos de saúde mental da rede de atenção à saúde em parceria com estados e municípios;
8. Retomar o processo de educação permanente para todos os profissionais da rede estadual de saúde para o acesso e atendimento humanizado à saúde integral da população LGBT;
9. Restabelecer parceria institucional no trabalho com ONG/OSC para grupos minoritários e com maior vulnerabilidade social na promoção e prevenção às IST's, HIV/AIDS e hepatites virais tanto nas parcerias com ações como no resgate dos editais de projetos comunitários.

EDUCAÇÃO

1. Criar o departamento de Educação, Diversidade e Cidadania a fim de garantir formação continuada para os(as) profissionais de educação em todos os níveis, contemplando a temática da diversidade sexual, identidade de gênero, étnico-racial e anti-capacitista com ênfase no enfrentamento à LGBTQIA+fobia, a partir da educação infantil;

2. Fundar Comitê Técnico coordenado pelo departamento visando elaborar materiais didáticos sobre diversidade sexual, identidade de gênero e étnico-racial, acessibilidade e inclusão com ênfase no enfrentamento à LGBTQIA+fobia a partir da educação infantil para distribuição aos professores e inclusão de discussões dessa natureza nos livros didáticos;

3. Garantir a inclusão dos temas de identidade de gênero e orientação sexual nas políticas públicas de ensino, para crianças, adolescentes, jovens, adultos e idosos/as que não são contempladas na Base Nacional Comum Curricular (BNCC);

4. Capacitar e sensibilizar os(as) profissionais técnicos que trabalham em instituições públicas e que prestam assistência socioeducativa às crianças e adolescentes, visando a garantia dos direitos humanos e respeito à diversidade sexual, identidade de gênero, cor, raça, etnia e deficiência(s).

SEGURANÇA PÚBLICA

1. Promover ações permanentes de discussão e apropriação sobre a vivência da população LGBTQIA+ em privação de liberdade e cumprimento de medidas socioeducativas, inclusive com vistas a cobrança sobre a cidadania LGBT em concursos públicos da segurança pública e defesa;

2. Elaborar formação didático-pedagógica para agentes da segurança pública sobre respeitabilidade e cidadania da população LGBT em perspectivas práticas;

3. Aprimorar os atendimentos das delegacias especializadas em crimes de intolerância e motivados pelo ódio gerenciados pelas polícias estaduais;

4. Desenvolver uma política de proteção a pessoas LGBTs em privação de liberdade, priorizando a proteção física e mental dessas pessoas nos moldes da Política implementada na Paraíba.

5. Reestruturar o Centro Estadual de referência e combate a LGBTFOBIA e implementar Centros de Referências em Cidadania LGBT nas cidades polos.

6. Criar o Programa de apropriação, mapeamento e catalogação nas delegacias de todo estado das violações de direitos da população LGBTQIA+ como um instrumento para mensurar e contabilizar estatisticamente os indicadores de Violência contra a População LGBTQIA+ em todos os aspectos no Brasil.

ASSISTÊNCIA SOCIAL

1. Garantir uma política estratégica de acesso da população LGBT que se encontra em situação de vulnerabilidade social a todos os programas sociais serviços e benefício com foco na rede sócio assistencial e nos mecanismos de acolhimento e acompanhamento específico para as vítimas de violação dos direitos humanos LGBTQIA+;

2. Assegurar a implementação de serviços de acolhimento institucional preconizados pela Política Nacional da Assistência Social (PNAS) incluindo as pessoas LGBT, garantindo o atendimento adequado a esta população;

3. Adequar os serviços de acolhimento para a população de rua, principalmente os de acolhimento institucional, considerando a urgência da ampliação e reordenação dos serviços, com vistas a garantir atendimento adequado às pessoas travestis, mulheres transexuais e homens trans, com respeito à sua identidade de gênero e nome social, garantindo recorte geracional, incluindo e reconhecendo as famílias homoparentais e transparentais;

4. Criar a casa de apoio e abrigo às pessoas LGBTQIA+ com serviço de apoio psicossocial priorizando as especificidades das pessoas travestis, transexuais;

5. **Organizar campanhas e trabalhos de sensibilização para que** a cobertura dos planos de previdência públicos e privados reconheçam e respeitem as formações familiares entre LGBTQIA+;

TRABALHO EMPREGO E RENDA

1. Qualificar profissionais através de cursos ofertados em universidades e institutos federais direcionados à população LGBTQIA+;

2. Promover políticas de acesso a emprego e renda;

3. Incentivar o empreendedorismo e o primeiro emprego, promovendo assim a autonomia;
4. Estabelecer políticas de acesso a informações relacionadas ao mercado de trabalho;
5. Incentivar a proteção e o acolhimento das pessoas LGBTQIA+ no âmbito corporativo;
6. Caberia aqui buscar algum apoio junto NAT (Núcleo de Apoio ao Trabalhador) para viabilizar o acesso a informação e divulgação de vagas tbm para a população LGBTIA+.

CULTURA, ESPORTE, LAZER E TURISMO:

1. Fomentar parcerias com as TVs públicas (TV APERIPÊ) para o fortalecimento e construção de conteúdo LGBT. E estabelecer conteúdos LGBT nas mídias tradicionais como TV's privadas, rádios comunitárias, rádio comerciais, internet, entre outros;
2. Criar editais e fundos específicos para projetos LGBT na Cultura, no Esporte, no Turismo, no âmbito estadual, valorizando e realizando ações de referências nestas áreas, ausências já identificadas e pontuadas em eventos e ações da federação;
3. Providenciar previsão orçamentária cultural e de comunicação a eventos pontuais e de massa ligados a cultura LGBTQIA+ como as paradas do orgulho, feiras, espetáculos e datas comemorativas.
4. Incentivar a política local de valorização e divulgação de Sergipe ao turismo LGBTQIA+ nos moldes já implementados em diversos países e estados.

PLANEJAMENTO E GESTÃO ESTRATÉGICA

1. Garantir ações afirmativas relativas à identidade de gênero e orientação sexual, bem como o enfrentamento da LGBTQIA+fobia, através de campanhas publicitárias educativas na mídia (televisão, rádio, jornal, revistas, *outdoors* e redes sociais etc.);
2. Potencializar e sensibilizar as Ouvidorias dos Estados para acolher denúncias da população LGBTQIA+;
3. Articular e desenvolver ações de comunicação, de utilidade pública, respeitando as pautas de acessibilidade e de inclusão que garantam a divulgação dos Direitos Humanos e da cidadania da população LGBTQIA+, visando ampliar o repasse de informações em relação ao tema e, sobretudo, sensibilizar a sociedade brasileira para uma cultura de paz;

4. Intensificar, no serviço público e privado, políticas para o enfrentamento à discriminação por orientação sexual, identidade de gênero, cor, raça e etnia, deficiência através de campanhas de enfrentamento à discriminação.